

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 22 DE JUNHO DO ANO 2012
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CCDR	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento do Norte
CDS/PP	Centro Democrático Social/ Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
PDM	Plano Diretor Municipal
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RSECE	Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 22 de junho de 2012, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág
	.
DIVERSOS: Presenças e faltas	171
Expediente	8
Membros que solicitaram justificação da falta e respetiva substituição	8
Membros suplentes convocados	8
Instalação	8
Quórum	8,95
MOÇÕES:	
I – Criação de ATL	17
II – Conduta do Governo relativamente a Bragança e ao Nordeste Transmontano	29
Intervalo para almoço	95

ORDEM DE TRABALHOS	Pág
	.
1- ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Segunda Sessão Ordinária, do ano de 2012, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizada no dia 27 de abril	11
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	11
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	13
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	39
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	39
4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	96

4.2.1 – QREN-EG – CANDIDATURAS A EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ) CONTRATO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – Contrato de Financiamento Reembolsável;	96
4.2.2 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Autorização prévia da Assembleia Municipal;	119
4.2.3 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Autorização Prévia da Assembleia Municipal;	123
4.2.4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2011;	127
4.2.5 – ADEÇÃO AO PACTO DE AUTARCAS – PLANO DE ACÇÃO COMUNITÁRIO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA;	132
4.2.6 – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES).	135
4.3 – Tomada de conhecimento sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	149
4.3.1 – BRIGANTIA ECOPARK – PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNCO SOCIAL PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA;	149
4.3.2 – DECLARAÇÕES DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011, DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DOS RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.	157
4.4 – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA SOBRE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA – solicitação do Grupo Municipal do BE, com vista ao exercício da competência prevista no art.º 23 da Lei Orgânica n. 4/2000, de 24 de Agosto.	163

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	35
Alcídio Castanheira	19,82
Ana Almeida	24,30,84,89,126,147,167

António Malhão	31
Élia Cordeiro	83
João Fernandes	87
João Ortega	141,146
Jorge Laranjinha	17
José Luís (Público)	11
Júlio Carvalho	13,145
Leonel Fernandes	36
Luís Fernandes	75,95,144
Luís Pires	25,118,126,131,166
Luís Vale	164,167
Paulo João	69
Paulo Xavier	15,69,89
Pedro Fernandes	90
Presidente da Câmara	37,49,116,117,123,125,126,129,130,133,134,138,140,156,157
Presidente da Mesa	10,11,13,15,17,19,20,21,22,23,25,29,31,32,33,34,35,37,39,49,65,67,68,69,75,82,83,84,86,89,90,95,96,116,117,118,119,123,125,126,127,129,130,131,132,133,134,135,137,139,140,141,144,145,146,147,149,156,157,163,164,165,166,167,168,169,170,171
Rui Correia	19,165
Vice Presidente da Câmara	69,90

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	65,125,134,139
Hugo Pereira	67
Júlio Carvalho	67
Luís Pires	116,130,139,156
Luís Vale	65
Maria Veloso	66

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	21,32,119,127,132,135,149,169
Domingos Seca	22
Élia Cordeiro	22
Jorge Laranjinha	23
Júlio Carvalho	33
Leonel Fernandes	32,169
Luís Fernandes	135
Luís Pires	33,123
Luís Vale	32,169
Maria Morgado	23
Pedro Fernandes	34,168
Rui Correia	119
Vítor Pereira	170

----- Aos **vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e doze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Terceira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezassete horas e trinta minutos, na qual participaram **noventa e seis membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da Segunda Sessão Ordinária do ano de 2012, da Assembleia Municipal de Bragança - (Quadriénio 2009/2013), realizada no dia 27 de Abril.

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – QREN-EG – CANDIDATURAS A EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ) CONTRATO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – Contrato de Financiamento Reembolsável;

4.2.2 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Autorização prévia da Assembleia Municipal;.....

4.2.3 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Autorização Prévia da Assembleia Municipal;.....

4.2.4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2011;.....

4.2.5 – ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS – PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA;.....

4.2.6 – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES);.....

4.3 – Tomada de conhecimento sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 – BRIGANTIA ECOPARK – PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNCO SOCIAL PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA;.....

4.3.2 – DECLARAÇÕES DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011, DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE

DEZEMBRO DE 2011 E DOS RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.....

4.4 – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA SOBRE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA – solicitação do Grupo Municipal do BE, com vista ao exercício da competência prevista no art.º 23 da Lei Orgânica n. 4/2000, de 24 de agosto.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e foram presentes:.....

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 17 de abril de 2012

Data	Remetente	Assunto
17/04	Alcídio Augusto Castanheira	Reunião da Comissão de Educação para discussão e aprovação do relatório sobre o estado da educação
19/04	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Acusa receção da moção “ Documento Verde da reforma da Administração Local
26/04	Federação Nacional dos Professores	Constituição de grandes agrupamentos de escolas
27/04	DESC- Armindo Rodrigues	Proposta de Ata n.º 14, da reunião de 04-11-2011 do Conselho Municipal de Educação
04/05	Tribunal de Contas	Homologação da conta relativa ao exercício de 2010 – Recomendações
08/05	ANMP	Resolução do Conselho Geral da ANMP
10/05	Grupo Parlamentar do PCP	Situação financeira dos municípios
11/05	Assembleia Municipal de Mirandela	Convida o PMAM para o Seminário das Assembleias Municipais – 26 de maio - sobre o tema “A Reforma do Poder Local”
14/05	Associação de Pais de Bragança	Dá conhecimento do ofício enviado à CMB – solicitação de documentação - Reorganização Rede escolar
16/05	CMB	Convoca o PMAM para uma reunião do Conselho Municipal de Educação
18/05	ANMP	Informa dos assuntos debatidos na reunião entre a ANMP e os Ministros de Estado e das Finanças e Ministro Adjunto e Assuntos Parlamentares, sobre o Poder Local
31/05	ANMP	Proposta de Memorando de acordo entre o Governo de Portugal e a ANMP
31/05	Grupo Municipal do BE – Dr. Luis Vale	Projeto de deliberação – referendo local
31/05	Coordenador da Comissão Autárquica	Regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica
01/06	ULS	Resposta à Moção – Análises Clínicas
04/06	ANMP	Avaliação geral dos prédios urbanos
07/06	Grupo Parlamentar do PCP	Projeto de Lei do GP do PCP-Visa alterar o DL n.º 287/2003

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 16 DE ABRIL DE 2012

Data	Destinatário	Assunto
07/05	CMB	Envio senhas de presença relativas a março e abril
07/05	CMB	Envio boletins itinerários relativos a março e abril
10/05	CMB	Envio certidão geral da sessão de 27 de abril
10/05	CMB; Ministro da Educação e Ciência; Direção Regional de Educação	Envio da moção “ Encerramento de escolas”
10/05	Conselho de Administração da ULS	Envio da moção - “Análises clínicas”
01/06	CMB	Regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

MEMBROS QUE SOLICITARAM A JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:

PSD: Acúrcio Álvaro Pereira - Vânia Alexandra Silva Rodrigues – José Luís Baltazar - Maria Teresa – João Paulo da Veiga Matos – Carlos José Cadavez – António Manuel Teixeira Batista

PS: Alzira da Conceição Bento – Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso – Marisa Rodrigues Gomes Alexandre

CDU: Lídio Alberto Correia

Movimento Sempre Presente: José João Martins Lourenço - Cristina Maria Afonso - Armando Morais.

Presidentes de Junta: Santa Maria (Jorge Manuel Oliveira Novo) – Substituto (José Luís Vaz Pires); Espinhosela (Telmo Ramiro Prada Afonso) – Substituto (João David Condado Pires); Santa Comba de Rossas (Elídio Alexandre Morais); Rebordãos(Albino Alves Rodrigo) – Substituto (Emília Carolina)

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: Maria Natália Rodrigues Alves - Armando José Pereira – Bruno José Fernandes Miranda – João da Rocha e Silva – Miguel José Abrunhosa Martins – Delminda Marinho Costa Leite - Júlio da Costa Carvalho

PS: Fernando Carlos da Silva Paula – Maria Celina da Silva Paula - Francisco Manuel Esteves Marcos.....

CDU: Leonel dos Santos Fernandes.....

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro – Jorge Manuel Xavier Laranjinha – Hugo Manuel Rodrigues Pereira.

FALECIMENTO: Presidente da Junta de Freguesia de Castrelos – Amílcar Pereira Ventura

INSTALAÇÃO: PSD:.....

- **João da Rocha e Silva** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 13 de junho de 1967, filho de José Luciano Moreira da Silva e Maria de Fátima da Conceição Rocha, residente na freguesia de

Meixedo – Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 07379064 e contribuinte número 188443770. ...

- **Delminda Marinho Costa Leite** - Eleita pela lista do Partido Social Democrata, nascida em 02 de setembro de 1953, filha de Firmino da Costa Leite e Rosa de Sousa Marinho, natural da Freguesia de Margaride (Santa Ulália), Município de Felgueiras, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portadora do Bilhete de Identidade n.º n.º 3026400, contribuinte número 118094530.....

- **Miguel José Abrunhosa Martins** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 10 de fevereiro de 1979, filho de João Carlos Martins e de Amélia Filomena Abrunhosa, residente na freguesia da Sé – Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11451851.

- **Júlio da Costa Carvalho** – ELEITO PELA Lista do Partido Social Democrata, nascido a 20 de Janeiro de 1941, filho de Manuel de carvalho e de Maria da Costa, residente na freguesia da Sé – Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 00518048.....

- **Presidente da Junta da Freguesia de Castrelos - Pedro Miguel Castro Veiga** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 20/09/1981, filho de Francisco António Veiga e Leonor Maria Condado Castro, natural da Freguesia da Sé e residente na Freguesia de Castrelos, ambas do Município de Bragança, portador do Bilhete de Identidade n.º n.º 11992696, contribuinte número 222372893.....

- **Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria (Representante Legal) – José Júlio Vaz Pires** - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 08 de maio de 1970, filho de Júlio Augusto Pires e de Maria da Conceição Vaz, residente em Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 08990309 e contribuinte número 195344146.....

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.....

----- Como já devem ter reparado, a Mesa não está totalmente constituída, o Primeiro Secretário, o Professor Acúrcio Álvaro Pereira, hoje não está presente, tem justificação da falta, portanto a Mesa no cumprimento do Regimento, número 4 do artigo 8º - “ não estando presente um dos membros da Mesa, o Presidente, ou o seu substituto, nos termos do n.º 3, chamará para secretariar os trabalhos um Membro da AM para completar a constituição da Mesa”.....

----- Nesse sentido, eu vou chamar um elemento para a Mesa, espero não importunar ninguém que tenha já alguns planos, no sentido de eventualmente ter alguma necessidade de uma saída mais cedo, eu vou a Dr. Isabel para secretariar a Mesa.....

----- Bom, vamos iniciar os nossos trabalhos, quero recordar, aqui, que desde a última Assembleia até esta que hoje vai ter lugar, ocorreu o falecimento do nosso Presidente de Junta de Freguesia de Castrelos, o Amílcar Pereira Ventura.

----- Para o Amílcar Pereira Ventura, também, e a exemplo do que fizemos no passado, com outros distintos Membros desta Assembleia, vou pedir um minuto de silêncio e de reflexão por este nosso Presidente de Junta e companheiro.

----- Muito obrigado a todos por este momento de lembrança e saudade.

----- Vamos então iniciar os trabalhos da nossa agenda.

PONTO 1- ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO ANO DE 2012, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA (QUADRIÉNIO 2009/2013), REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL.

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, no que diz respeito à Ata, ela foi distribuída, foi seguramente lida por todos os membros, solicito aos Srs. Deputados que tenham algum registo de alguma incorreção, algo que não esteja bem, na Ata, o favor de o dizerem.

----- Não registamos nenhuma intenção de alteração do texto da Ata, pelo que passamo-la, de imediato, à votação.....

----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI A MESMA ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, OITO ABSTENÇÕES E SESENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não registamos nenhuma intenção para declaração de voto.

----- Vamos passar ao ponto seguinte.

----- **PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.**

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa informa que o público tem, agora, o período de trinta minutos para fazer intervenções.

----- Registo só uma intenção de intervenção, a Mesa não regista um outro elemento do público que pretenda intervir, de modo que solicito ao Sr. que está presente e que pretende intervir, o favor de se deslocar aqui ao microfone, porque a sessão é gravada e naturalmente a intervenção vai ficar gravada para ser redigida em ata, pelo que vou também pedir que faça ao microfone a sua apresentação e explique o motivo. Tem trinta minutos para tal.

----- **José Luís** - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara, Membros do Executivo, os meus cumprimentos.

----- O meu nome é José Luís, sou de Rebordãos, não resido neste concelho há muito tempo, sou um transmontano genuíno e por isso mesmo estou aqui a falar convosco, dando-vos conta de qual grito de indignação perante tal, o que se está a passar no nosso Concelho.

----- Como vos disse sou de Rebordãos, e sou proprietário de algumas propriedades que foram, agora, não digo vandalizadas, mas quase que estão a sê-lo, mas foram atravessadas pela estrada que

pensamos que nos virá a beneficiar a todos, que é a Auto Estrada Transmontana, e contra a qual estrada eu não estou, de forma alguma, antes pelo contrário, desde que ela nos venha beneficiar, como irá, com certeza, e isso dependerá de nós.

----- O que eu estou contra é a forma como ela está a deixar o nosso Concelho, a deixar as propriedades rurais, que são parte da alma e são património dos nossos agricultores, das nossas gentes, de mim próprio. E os meus pais, que foram agricultores, contribuíram, através da agricultura, para que eu pudesse tirar um curso, fizesse a minha formação, e é também em honra e homenagem a eles, o meu pai já falecido, que eu hoje estou aqui junto de vós, dizer-vos que a Auto Estrada está a hipotecar o nosso futuro.

----- Desde logo deixa-nos acessos impossíveis a localidades, neste inverno rigoroso, não estou a falar no inverno dos projetistas de Ar Condicionado, deixa-nos acessos impossíveis a propriedades, riqueza nossa, onde as nossas máquinas agrícolas, muito menos os carros de bois de antigamente, que hoje já não se usam, mas usam-se máquinas agrícolas ainda mais perigosas, portanto acesso impossível, talvez ainda no verão se consiga lá passar, não sei! Ou se nos deixam aí algumas máquinas das que trabalham lá, com grandes potências, para depois serem rebocados os tratores agrícolas e outras máquinas necessárias para tratarmos essas terras, e para a nossa sobrevivência.

----- No lanço que atravessa Rebordãos estão a ser feitos crimes autênticos, o que eu peço, e a culpa não é só desses projetistas de Ar Condicionado, não é só das máquinas que por ali passam e dos encarregados, aliás com quem tenho falado, e todos me têm dado razão, nestes últimos dias que aqui tenho passado, mas a culpa é de todos nós, é minha, e por isso aqui estou, e não quero ser culpado por isso, e por isso não sou culpado, porque escrevi, em tempos, há mais de dois anos, a quem de direito, dizendo que havia melhores projetos, mais fáceis, nalguns sítios, que estariam na disponibilidade de facultar de forma gratuita, alterações de projetos, isto é, não querendo ser expropriado, mas doando passagens, e isso não foi tido em conta, ou os projetos, que foram alterados, foram alterados para pior.

----- Dizia que somos todos culpados: é culpada esta Câmara se não ficar solidária para com alterações para com esta situação; será culpado o Executivo deste Concelho se não puser pés ao caminho, e tive conhecimento, hoje, de manhã, que o Sr. Presidente da Câmara tem já agendado com alguns técnicos, com algumas gavetas da função pública, a ver se consegue ser vaso comunicando entre eles, uma coisa que é bem Portuguesa; é culpa dos cidadãos da minha terra, da vossa terra e de outras terras por onde passam estas coisas, e se calam, podemos ser culpados, principalmente por omissão.

----- Que nunca nos culpem, por ação, por isso eu aqui estou, peço a vossa solidariedade, porque sois responsáveis, fostes eleitos, tendes a prerrogativa da palavra e da ação.....

----- Era isto que eu aqui vos queria deixar, esta indignação e este espicaçar-vos para que, com vontade, se juntem, numa atitude, pelo menos perante Rebordãos, que é o que eu conheço, as outras não posso falar, junto do Presidente da Junta e depois eventualmente junto da Câmara, para que possamos ainda remediar, já mal, se calhar, aquilo que está a ser feito, não deixemos que esta terra, que é nossa, seja hipotecada por pessoas que estão tão longe e estão tão bem instaladas.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. José Luís.

----- Terminou o tempo de intervenção do Público, vamos continuar os nossos trabalhos. Entretanto, antes de passarmos ao Ponto 3 – Período de Antes da Ordem do Dia, eu queria ler aqui uma mensagem, breve, remetida à Assembleia pelo Professor Mário José Gonçalves Pires. Vocês conhecem o Mário, sabem que houve, de facto, uma deliberação com carácter de apoio, por parte da AM, ao Mário, e temos aqui, uma carta remetida pelo Mário, que eu tenho que ler aos Srs. Membros desta AM, a carta é muito curta. -

“ Aos Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal de Bragança;

Dada a impossibilidade, por agora, de o fazer pessoalmente, venho por este meio agradecer e manifestar a minha gratidão a todos os Membros dessa Assembleia que, nestes momentos difíceis têm, de uma forma ou de outra, manifestado para comigo gestos de boa vontade e solidariedade.....

Bragança, 7 de junho de 2012-06-27

a) Mário José Gonçalves Pires”

----- Posto isto vamos passar ao ponto seguinte.....

----- **3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

----- A Mesa solicita, já, aos Srs. Membros da Assembleia que demonstrem a vossa intenção de intervenção. Registamos, até agora, só três intenções de intervenção.

----- Muito obrigado, Srs. Deputados, vamos então proceder já às intervenções, tem a palavra o Sr. Dr. Júlio de Carvalho.

----- **Júlio de Carvalho** – Dois motivos me trazem aqui a esta nobre insigne Assembleia. Em primeiro lugar, para manifestar a V. Ex.^ª, Sr. Presidente, e à sua equipa de apoio, a minha solidariedade, a minha disponibilidade para contribuir para a valorização dos trabalhos desta Assembleia e para facilitar esta tarefa difícil, que é, porque já o exerci também, de presidir a esta nobre Assembleia.

----- Em segundo lugar, ao Sr. Presidente da Câmara e Exmo. Executivo, também a minha disponibilidade e a minha forma de estar e o meu projeto pessoal e social, de manifestar que conte comigo em tudo aquilo que for necessário para valorizar também o trabalho nobre do Executivo.

----- Em terceiro lugar, a todos os líderes dos Grupos Municipais, no sentido de também contarem com a minha disponibilidade para valorizar os trabalhos desta Assembleia.

----- Depois, um cumprimento muito sincero a todos os membros desta Assembleia, sem exceção, por quem sempre nutri e nutro uma maior estima e consideração, pelo desempenho que aqui têm feito em prol do nosso Concelho.

----- Depois, aos Srs. Presidentes de Junta, que sei como árdua é a sua tarefa no cumprimento também da sua missão, e sobretudo nesta fase em que, com algum “sem sentido” se põe em causa o trabalho nobre que têm desempenhado a nível das suas freguesias.

----- Depois, dizer-lhes que é com muito orgulho que eu me sinto presente nesta Assembleia, onde tantas vezes nos debatemos.

----- E depois, ainda, finalmente, dizer a todos, sem exceção, que estou aqui no sentido de não só contribuir para o trabalho desta Assembleia, como para sempre defender o direito nobre da expressão que sempre caracterizou esta Assembleia, não obstante, muitas vezes estarmos em confronto direto, com opiniões diferentes, quero dizer-lhes, e todos sabem que assim fiz sempre, que respeitarei e sempre estarei ao lado daqueles que conscientemente, embora contra os meus princípios ou até contra o Executivo, que defendo, enfim, mas que legitimamente o fizeram.

----- E para terminar, sobre esta matéria diria o seguinte. Eu dei, toda a vida, a minha vida pela liberdade de expressão e continuarei a fazê-lo, mesmo, às vezes, contra algumas orientações do meu partido. E porque? Porque sou um continuador/seguidor de um princípio que aprendi na minha juventude, quando estudei os politólogos e filósofos. E recordo, a propósito, uma expressão de Voltaire que foi sempre o lema da minha vida, que, um dia, dirigindo-se a um inimigo dele, feroz, que o atentava em todas as formas e feitios, pessoalmente e profissionalmente, ele disse-lhe: Olha! Eu sei que tu cometes horrores contra mim, eu sei que tu és indigno em relação a mim, eu sei que tu tens sido injusto nas críticas que me fazes, mas quero dizer-te uma coisa, eu darei a minha vida para que tu continues sempre com o direito a exprimir as tuas opiniões e os teus problemas, em relação a mim. Assim estarei aqui para dar a vida também pelo direito de expressão que todos nós temos, numa Assembleia tão nobre como esta.

----- Em segundo lugar, eu queria, só, numa breve mensagem, dizer o seguinte:

----- Eu sempre entendi que, e disse-o várias vezes e até fui o Presidente, aqui, numa Comissão de Economia, eleito por unanimidade de todos os Membros desta Assembleia, na última legislatura, que nós, e a Câmara, temos um papel importante no contributo para o nosso desenvolvimento regional e local. --

----- E, agora, só comunicar-lhes, sobretudo aos Srs. Presidentes de Junta, muita gente pode desconhecer, está em vigor, neste momento, com efeitos a partir, creio eu, de vinte e dois de maio do corrente ano, o novo PRODER, que é o Programa de Desenvolvimento Rural, que prevê apoios, não aqueles que eu sempre defendi, mas que prevê muitos apoios para a agricultura, no setor da fruticultura, horticultura, cereais, viticultura, olivicultura, quase que até mecanismos e máquinas agrícolas e construção de melhoramentos fundiários e até eficiência energética.....

----- Estão abertos os concursos para esses projetos, eu acho que nós temos a obrigação de anunciar a todos os agricultores, dando o nosso contributo para que aproveitem, para que concorram, para que se empenhem no sentido de obter fundos comunitários para o desenvolvimento rural do nosso Concelho.

----- Muito obrigado a todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado Júlio de Carvalho.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, Paulo Jorge Almendra Xavier.

----- **Paulo Xavier** – Ora, permitam-me os cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e suas Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, meus caros companheiros Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Srs., a todos muito bom dia.

----- A Junta de Freguesia da Sé sempre trabalhou, como trabalha e trabalhará, com a única preocupação de prosseguir o interesse público. Tudo quanto temos feito resulta desse compromisso. A expressividade de sermos a mais urbana das Freguesias do Município, estimula a complementaridade do trabalho em prol dos munícipes de Bragança. Os projetos da Junta são da Câmara, na medida em que são para todos, a ação da Câmara naturalmente resulta em benefício também dos munícipes da Sé, sempre assim foi.

----- Dito isto é com alguma perplexidade que registamos o que se tem vindo a passar com a Escola de Dança de Bragança e que passo a expor:

----- Ponto um - A Junta de Freguesia da Sé criou em 1999 a Escola de Dança de Bragança vocacionado para crianças e jovens da cidade e do Concelho.

----- Ponto dois - Passados treze anos, frequentam, hoje, esta escola cento e onze crianças, divididas por vários grupos etários, dos quatro aos dezassete anos.

----- Ponto três - O espaço utilizado para o desenvolvimento das atividades da Escola de Dança de Bragança foi, inicialmente, na ex. Escola Preparatória Augusto Moreno, hoje Centro Cultural e Conservatório.

----- Ponto quatro - No ano de 2001 por cedência gratuita da Câmara Municipal de Bragança a escola passou a utilizar o espaço aqui ao lado, no salão do auditório “Paulo Quintela”.

----- Ponto cinco - Desde de 2005 e em simultâneo com o espaço referido no ponto anterior, a Escola de Dança de Bragança começou a utilizar instalações do Teatro Municipal, cedidas a título gratuito, pelo Executivo Camarário, como reconhecimento do bom trabalho desenvolvido na Escola de Dança, pela frequente procura, ano após ano, e partilhando o objetivo da Junta de Freguesia da Sé, no incentivo à prática da modalidade artística, foi exatamente aquilo que o Município sempre apoiou.

----- Ponto seis - Na ata da AM de 30 de junho de 2008, podemos ler a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, referindo que a Escola do Loreto seria a solução definitiva para instalar a Escola de Ballet.

----- Ponto sete - No encerramento das atividades da Escola de Dança, em 2008, uma vez mais o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança reforça, publicamente, a necessidade para a instalação da Escola de Dança, referindo, ainda, que durante este ano tinha esperança na solução definitiva para que este projeto da Junta de Freguesia da Sé, da cidade e do Município, tenha condições de continuar a evoluir.

----- Ponto oito – No âmbito do programa “Bragança Ativa” foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia da Sé, no dia vinte de outubro de 2008, visando a requalificação da Escola do Loreto.

----- Ponto nove – Num memorando deste protocolo, no ponto cinco, onde se diz, e pode-se ler, “Descrição”, transcreve-se: “Este projeto pretende requalificar a Escola EB1 do Loreto, atualmente na dependência da Junta de Freguesia da Sé...” - e eu repito - “... atualmente na dependência da Junta de Freguesia da Sé, para aí instalar a Escola de Dança.

----- Em termos conclusivos:

----- Ponto um – O espaço da Escola EB1 do Loreto deve ser devolvido à Junta de Freguesia da Sé, de modo que esta instituição lhe permita desenvolver este projeto, que legitimamente lhe pertence.

----- Ponto dois – O Executivo Camarário deve honrar os compromissos assumidos, com bom senso e credibilidade.

----- E, por último – A motivação foi, como continua a ser, a mesma de sempre, trabalhar para os municípios.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, Jorge Laranjinha.

----- **Jorge Laranjinha** – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Público presente, Comunicação Social--

----- Hoje, venho aqui trazer, a esta Assembleia, dois anseios e duas angustia, que têm atrapalhado, digamos assim, os pais, ultimamente.

----- O primeiro ponto tem a ver com a questão das férias. Os pais não têm férias, as crianças têm férias, os pais não têm o mesmo tempo de férias que têm as crianças e não têm onde deixar as crianças, têm os avós, alguns têm, outros não têm, portanto isso é um problema todos os anos.....

----- Aquilo que nós propomos e eu vou apresentar uma moção nesse sentido e passo a ler já a moção, porque o que está na moção é a ideia que nós trazemos aqui.

“MOÇÃO

Atendendo a que:.....

- A grande maioria dos pais não tem possibilidade de ficar com os filhos em casa todo o tempo de férias porque evidentemente têm compromissos laborais e nem todos têm os tão abençoados avós para os auxiliar nestes dias;

- As soluções são poucas, as entidades que podem acolher as crianças são insuficientes, com muitas delas a praticar preços proibitivos para a bolsa da grande maioria, nos tempos que vivemos, e ainda por cima, com a agravante de algumas destas só receberem crianças a partir dos 6 anos;

- O bem estar, segurança, e educação das nossas crianças, deve estar acima de quaisquer outras prioridades,

O Grupo Municipal do “Movimento por Bragança Sempre Presente” traz a esta Assembleia uma proposta simples, que consideramos válida e possível, com a ajuda e boa vontade dos vários intervenientes, entre os quais, esta Assembleia e a Câmara Municipal.....

Assim,-

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 22 de junho de 2012, delibera solicitar à Câmara Municipal de Bragança, a criação de um ATL público na cidade que possa dar resposta às necessidades deste período, das crianças, pais e encarregados de educação desta cidade, a funcionar em três escolas da cidade distribuídas geograficamente de modo a servir da melhor forma, todas as zonas da cidade,

sendo este serviço público fundamental, pago pelos pais, da mesma forma que nas entidades privadas, mas com preços mais acessíveis.
Pelo Movimento Por Bragança sempre Presente”

----- A segunda situação que neste momento os pais me têm feito chegar e que eu quero trazer aqui também, e que aflige os pais desta cidade, e não só, do Concelho geral, tem a ver com atual panorama do Reordenamento da Rede Escolar, e da respetiva Carta Educativa.

----- A este respeito, têm os pais e encarregados de educação, nomeadamente através de Associações de Pais, suas representativas, manifestado uma seríssima preocupação a que esta Assembleia não pode virar costas, pois o que está em causa é apenas e tão pouco o futuro dos nossos filhos, refiro-me tão só e simplesmente à liberdade de escolha da escola que nós queremos para os nossos filhos.

----- À parte das consequências pedagógicas nos percursos educativos das nossas crianças e jovens, este direito está consagrado na lei e não deve, em circunstancia algum, ser violado. Aquilo que vimos exigir aqui hoje e que pedimos aos restantes elementos desta Câmara para partilharem desta causa, é que desde que a escolas disponham salas disponíveis para albergar novas turmas, devam aceitar inscrições e não as limitar às vagas pré estabelecidas, como se de uma mercearia se trata-se.....

----- Em nossa opinião não será, nunca, um argumento para a não aceitação de um aluno, dizer que escola só tem trinta vagas, quando nós vemos a olho nu e a escola apresenta condições físicas para ter cinquenta, por exemplo. Não podemos, pois, permitir que os pais sejam pressionados e obrigados a inscrever os filhos nas escolas que o sistema quer, contrariando o disposto na lei.

----- Nestas condições pode acontecer, por exemplo, que dois irmãos sejam colocados em escolas diferentes obrigando-os os pais a esforços e despesas acrescidas, com transportes para locais diferentes e eventualmente distantes, dentro da nossa cidade, não faz qualquer sentido.....

----- Assim, e para um esclarecimento cabal e inequívoco de todos os pais, que anseiam conhecer a postura da Assembleia e da Câmara Municipal, neste processo, vimos solicitar ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, do Executivo, que informe do seguinte: Se tais restrições constam ou não das decisões tomadas acerca deste assunto e de que a Câmara tenha feito parte.

----- Segunda questão - Em caso afirmativo, qual a postura que o Executivo adotará relativamente à liberdade de escolha dos pais e alunos desta cidade e Concelho, da escola que pretendem frequentar sempre que se verificar que a opção preferida tem capacidade física e pedagógica para acolher novas turmas.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar à discussão da Moção apresentada por Jorge Laranjinha, Deputado do Movimento Sempre.

----- Pedidos de esclarecimentos, dos Srs. Deputados, em relação a esta Moção?

----- Volto a perguntar - há pedidos de esclarecimento sobre o teor da Moção?

----- Não há, não há registos para tal.

----- Então pergunto se há intenção, de alguns Srs. Deputados, de intervir sobre o texto desta moção. Julgo que haverá um pedido de intervenção. Os Srs. membros do PSD têm intenção de fazerem uma intervenção? Registamos então a intenção de intervenção pelo Rui Correia, do PSD.

----- **Rui Correia** – Sr. Presidente, Sras. Secretárias, hoje, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros e distintos Membros desta Assembleia, Público em geral, Srs. Jornalistas.

----- Em relação aos ATL's eu acho que é pertinente, de facto nós devemos dar condições aos pais para poderem “guardar os seus filhos em segurança” durante este período de férias escolares que não são as férias da maior parte, ou de grande parte, do resto da população que trabalha, como referiu, e bem, o nosso ilustre Membro Laranjinha. Mas, acontece que nos jardins as crianças têm “aulas” , se é que se pode chamar assim, até ao dia seis de julho, pelo que não vemos muita necessidade nesse campo, no jardim, para que isso aconteça. No entanto, quer a Câmara, quer as Juntas de Freguesia, quer outras entidades, têm sempre férias, férias desportivas onde podemos “guardar”, como referiu, os nossos filhos mais novos, e no fundo é um reforço para que continue a acontecer isso, não vemos porque não dizer à Câmara que continue a fazer esse esforço, mas já o faz quer com as férias desportivas, quer com outra situação. Parecia-me mais correto que fosse uma recomendação, nesse sentido acho que seria muito mais lógico. No entanto, como moção, não vemos por que não também acrescentar um bocadinho mais àquilo que a Câmara já faz, por que não fazer mais um bocadinho!

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda há uma intenção de intervenção por parte do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Alcídio Castanheira.

----- **Alcídio Castanheira** – Bom dia Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, a todos muito bom dia.

----- Esta proposta que nos apresenta aqui o Movimento Sempre Presente acho que é de ter em conta, porque dado o contexto sócio-económico com que as nossas famílias se deparam neste momento, nomeadamente através do corte de subsídios, e recorde que hoje era um dia de receber os

nostros subsídios e infelizmente não os recebemos, portanto as famílias deparam-se realmente com grande problemas económicos, e todo o contributo que o Município possa dar, neste aspeto, acho que é positivo. Sabemos que também o terceiro setor proporciona as atividades - ocupação dos tempos livres - mas acho que a Câmara devia, neste momento difícil para as famílias, também, dar o seu contributo, e não apoiando diretamente esta proposta, forçando o Executivo a fazê-lo, talvez no sentido também de que o Sr. Deputado que me antecedeu aqui, propor à Câmara que reforce o trabalho que já faz, temos que reconhecer isso, mas convinha, neste momento importante, reforçarmos o apoio às famílias, sabemos que as nossas famílias vivem com muitas dificuldades, quem está no terceiro setor sabe perfeitamente o dia a dia, no dia a dia as abordagens que nos fazem no sentido de as famílias serem apoiadas, famílias que têm crianças em creches e já não podem pagar a comparticipação, famílias que recorrem já às instituições para serem apoiadas no que diz respeito à alimentação e etc. portanto não tem recursos também para neste momento em que por um lado não vão gozar férias e muitos também estão desempregados, portanto tentarmos também resolver também esta questão dos filhos, das famílias mais desfavorecidas.....

----- Portanto eu acho que deveríamos deixar aqui uma recomendação à Câmara e penso que o Sr. Presidente também nos deveria dizer se há essa possibilidade de reforço deste trabalho junto das famílias.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais intervenções sobre esta matéria?

----- Sr. Deputado Laranjinha pretende alterar o teor da Moção?

----- Bom, muito obrigado.....

----- Eu perguntei aqui ao Sr. Deputado se pretendia responder à questão formulado pelo Deputado Alcidio Castanheira, transformando esta Moção em Recomendação à Câmara. Portanto o Sr. Deputado respondeu dizendo que mantém a intenção de que este texto se mantenha tal qual como está, apresentado como moção, e portanto vamos passar à votação da Moção apresentada pelo Deputado Jorge Laranjinha.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E SETENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E OITO MEMBROS PRESENTES. ..**

----- Declarações de voto, Srs. Deputados? Regista a Mesa duas intenções de declaração de voto.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Muito bom dia a todos, neste segundo dia de verão, cumprimento a Mesa, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, cumprimento o Executivo, e queria, não podia deixar de o fazer, dar uma palavra de estima e apreço muito especial ao Dr. Júlio de Carvalho, muito obrigada pelos cumprimentos que me fez na qualidade de líder parlamentar do CDS/PP, é com carinho que o sinto como colega, aliás colega, de criança, de uma das suas filhas.

----- Relativamente à moção dizer duas coisas: Congratulo-me com o facto do Movimento Sempre Presente não ter alterado a forma. Eu percebo a sugestão do PSD, de tentar que isto fosse uma recomendação e não uma moção, mas eu acredito que com recomendações prometemos muito, todos, e fazemos todos muito pouco, e de facto cria-nos uma injunção para o cumprimento desta política que eu acho que não pode ser uma iniciativa pontual, e eu passo a explicar.

----- Vai ser, tendo em conta a reorganização Administrativa, um problema de médio e longo prazo, e portanto acho que muito para além desta solução para este ano, o Município deverá demonstrar ser capaz de criar uma estratégia efetivamente para criar, digamos assim, condições de apoio às crianças, ademais eu também acho, e isto é uma sugestão que eu faço ao Sr. Presidente da Câmara, para conseguir os resultados e a eficiência da Moção, que temos parceiros ideais no Concelho para o Município se associar, temos um Instituto Politécnico, temos um Centro Regional de Segurança Social, e eu acho que entidades e parceria com mutualização de recursos todos temos a ganhar, e envolver os responsáveis pela cidade é preciso, e sugeria então que para materializar a esta Moção fossem efetivamente feitas parcerias, não público/privadas, mas público/públicas, com as instituições e os responsáveis pelos decisores destas questões.

----- Eu lembro-mo, quando era criança, e eu andava numa escola pública, nunca me faltaram tempos livres, efetivamente ou porque tinha os do Centro Regional, ou porque tinha as Piscinas da Câmara Municipal, e é uma forma de empregabilidade também,

----- **Presidente da Mesa** – Sra. Deputada, peço que se cinja em concreto,

----- **Ana Almeida** – Mas é verdade, é uma declaração de voto, e portanto eu estou a dizer que efetivamente o meu voto vai no sentido de que isto já existiu no Município e portanto continuamos a ter, aliás, nota-se, nós temos uma cidade escalonada para tal, com todos os equipamentos de uma média/grande cidade, e portanto temos meios para conseguir dar este apoio aos pais e é uma forma de empregabilidade de próprios quadros na Câmara Municipal.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada, mas entendo que esse teor cabia mais na intervenção do que na declaração de voto.

----- Bom, temos ainda a declaração de voto da Dra. Élia. Tem a palavra, se faz favor.

----- **Élia Cordeiro** – Muito bom dia a todos, cumprimento a Mesa, cumprimento o Executivo Camarário e cumprimento todos aqueles que estão dentro desta Sala.

----- Queria só dizer que votei favoravelmente esta proposta porque me coloco ao lado dos pais e percebo a necessidade que eles têm de ocupar os filhos, e ocupar bem, durante dois meses e meio, que é o período de férias de verão. No entanto recomendo à Câmara Municipal que tenha a preocupação de estabelecer parcerias e fazer protocolos com as instituições, que, de há uns anos a esta parte, nesta cidade, tem trabalhado, de alguma forma, parte da ocupação do tempo livre das criança. Há muitas instituições a nível local, nomeadamente IPSS's que desenvolvem atividades de ocupação de tempos livres no período de verão.

----- Deverá a Câmara Municipal garantir, e é esse pedido que eu faço, que essas instituições se mantenham e que se mantenham a funcionar, porque também, através desse serviço que prestam essas instituições, colaboram no sentido de ajudar os pais a resolver este problema. É só nessa condição que eu aqui estou, e penso que a Câmara Municipal, com os recursos que certamente arranjará para isso, que também deve ter a preocupação de com as instituições de ATL's desenvolver parcerias no sentido de as manter a trabalhar na ocupação dos tempos livres das crianças e ajudar os pais nesse sentido.

----- Muito obrigada.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem ainda a palavra, para a declaração de voto, o Sr. Presidente de Junta da Freguesia da Paradinha Nova.

----- Eu quero pedir aos Srs. deputados que sejam mais concisos nas declarações de voto, é verdade que têm três minutos para o fazer, e se cinjam em exclusiva a uma declaração de voto, reservando as intervenções para o período adequado, dentro da nossa agenda de trabalho.

----- **Domingos Seca** – Sr. Presidente da AM, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, isto trabalha-se só para a cidade, eu votei a favor, mas só quero dizer que isto só se trabalha para a cidade de Bragança, os nossos agricultores têm que crescer como antigamente, levam o filho enroscado numa saca e põem-no ao toro da giesta enquanto lavra a propriedade. Vós, Presidentes de Junta, e eu, como vós, de nós ninguém se lembra, é só a cidade, cidade, cidade, centro, centro, Lisboa, Bragança, Lisboa, Bragança.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Sr. Deputado Jorge Laranjinha, pretende fazer uma declaração de voto?.....

----- Responder? Não! Não há lugar a resposta, neste momento há lugar apenas a declarações de voto, terminou já o período de discussão. Se pretender fazer declaração de voto, tem a palavra.

----- Muito bem, então passamos à inscrição.....

----- A Sr.^a Secretária da Mesa manifesta a intenção que seja dada informação que vai também apresentar uma declaração de voto, por escrito.....

----- Jorge Laranjinha, tem a palavra para a declaração de voto.....

----- Eu gostaria de, enquanto o Sr. Deputado Jorge Laranjinha vem ao microfone para procedermos à gravação da sua declaração de voto, gostaria de pedir, enfim, a vossa colaboração para o seguinte: Sempre que a Mesa dá início a um determinado período, seja de solicitação de inscrições para pedidos de esclarecimento, ou intervenções, ou declarações de voto, devem, os Srs. Deputados, naquele momento, fazer realmente a manifestação de vontade, havia duas intenções de declaração de voto, depois houve mais uma, depois surgiu mais outra, depois ainda surgiu uma outra, isso perturba os trabalhos de coordenação de tempo da Mesa. Portanto solicito que haja uma colaboração de os Srs. Deputados no sentido de procedermos ao registo imediato das intenções de intervenção, ou o que seja, para impedir estes solavancos nos trabalhos.

----- Tem a palavra, para a sua declaração voto, o Sr. Deputado, Jorge Laranjinha.

----- **Jorge Laranjinha** – Peço desculpa, isto não é bem uma declaração de voto, é só para dizer ali ao Sr. Presidente de Junta, que eu referi as crianças da cidade, não só da cidade, mas também do Concelho, Ora, obviamente no concelho estão as aldeias, e eu sou um fervoroso defensor das aldeias.

----- Obrigado.

----- **Primeira Secretária da Mesa – Maria Morgado** – Apresentou, por escrito, a seguinte

“ DECLARAÇÃO DE VOTO

----- Absteve-me nesta Moção porque entendo que a Câmara Municipal não deve imiscuir-se neste tipo de assunto, aliás como o tem feito.....

----- Entendo que a Câmara deve ceder os espaços por esta geridos, às IPSS's, por forma a que estas continuem a servir, e bem, os pais e as crianças deste Concelho.

a) **Maria Madalena Morais Morgado**”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Passamos então para a inscrição seguinte, tem a palavra a Sra. Deputada do CDS/PP, Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, novamente. Neste período de Antes da Ordem do Dia, eu trazia duas questões, trazia uma informação a esta AM, uma questão direta ao Sr. Presidente da Câmara e queria expor um procedimento que me parece ser facilitador e poderia ser uma forma de envolver, ajudar ainda mais as populações a investir em Bragança.

----- Primeira informação - Eu vou requerer a certidão da última ata, porque, e apelava aos meus colegas Membros da Assembleia para estarmos atentos, me parece, francamente, que pode projetar uma má imagem desta Assembleia, nomeadamente quanto às competências que a lei nos atribui. Nós sabemos que as atribuições são dadas por lei e só por lei podem ser retiradas, não pode ser uma AM a criá-las.

----- Nós, na última sessão da AM, mais uma vez, votámos ilegalmente a declaração de uma utilidade pública, para a qual não tínhamos competência, eu pretendia trazer e pedir a projeção do artigo do código das expropriações, que diz quando é que a AM tem competência para declarar utilidades públicas, e é só e apenas quando esteja em causa a concretização de planos de urbanização e de planos de pormenor. A AM não pode aprovar declarações de utilidade pública extraídas da concretização do PDM, estamos a repetir o erro, praticámos um ato nulo, isto fica-nos mal, e as nulidades têm o valor que têm, porque elas vão-se materializar e provavelmente o fim da utilidade pública vai ser concretizado, mas, de facto, também nada impedia que pedindo-se a declaração de utilidade pública ao Ministro ou ao Membro do Governo com a competência para tal, que ela não fosse dada, agora devíamos abstermo-nos de votar ilegalidades. Esta é a informação.....

----- A questão, é - Sr. Presidente da Câmara, há seis meses que enviei um email a esta Assembleia a pedir que me fosse disponibilizado o processo “Veiguihas”, não tive, até hoje, qualquer resposta, insisti para a disponibilização da documentação, o direito à informação e à participação esclarecida é um dever fundamental, portanto consulte os registos, e, nomeadamente esta Assembleia, e deve ter sido enviado o pedido, há seis meses, e portanto eu tenho esperado pacientemente para ver até onde é que isto vai, e portanto pergunto-lhe quando é que me pretende dar essa informação processual de todo o processo “Veiguihas”, e inclusivamente pedimos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara.

----- A última questão que eu trazia aqui é efetivamente uma das entropias que mais tolhe, se assim podemos dizer, os particulares, quando se querem relacionar com a administração, são as burocracias, todos nós temos consciência disso, e eu sugeria ao Sr. Presidente da Câmara que nomeadamente porque a agilização e simplificação procedimental é um dos fatores de eficiência e de efetividade das pretensões dos particulares, que pensasse fazer como muitos municípios piloto e de referencia, um código regulamentar no sentido de que tornasse todos os deveres municipais e todas as obrigações

Municipais transparentes de forma a que os particulares o pudessem consultar online no site da Câmara e assim comparando com os outros municípios que já têm essa informação, poder ver se Bragança é ou não é um Município mais apelativo para efeitos de investimento, mas disponibilizar a informação transparentemente num site onde todas as regras são claras, ou não são. Eu verifico que, neste momento, um particular para fazer o que quer que seja relativamente à administração tem que recorrer a inúmeros procedimentos nomeadamente duplicando documentos para os vários tipos de procedimentos, é uma deseconomia, e portanto acho que era um meio facilitador e de eficiência e de relacionamento com os particulares.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente da AM, Sra. Secretária, Sra. Secretária requisitada, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros deputados municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, muito bom dia a todos.

----- Antes de passar concretamente à minha intervenção, apenas um comentário, o primeiro à Dr.ª Cláudia, por isso é que relativamente ao votar ilegalidades nós fizemos a declaração de voto que fizemos nesse ponto, naquela AM, porque estávamos cientes daquilo que estávamos a fazer.

----- Em relação à escola de Ballet apenas referir que essa confusão já me tinha chegado, houve um conjunto de pais que me fizeram chegar esse tema, preocupados e, mais do que tudo, desenformados, e sem saberem qual seria o futuro dos filhos que estavam tão empenhados nessa atividade e agora ficaram também, digamos assim, já que estamos a falar de Ballet, com os pés descalços. Não fica bem à Câmara, não fica bem à Junta este tipo de confusões, acho que não deviam sair para público desta forma e em bem daqueles que são prioritários, que são os filhos, há que ultrapassar esta questão.

----- Passando, agora, à intervenção propriamente dita.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“É com tristeza, com preocupação e com efetiva apreensão relativamente ao futuro que hoje me dirijo a esta assembleia.

Se realizarem um exercício de memória, facilmente se recordarão de intervenções passadas onde manifesto a necessidade de reforçar alguns vetores de atuação como pilares fundamentais na sustentabilidade existencial da nossa região.

A capacidade de uma região, diria até que de um país, manter a sua competitividade no seio de uma nação, no seio da europa e do mundo, passa pela possibilidade de disponibilizar às populações

presentes condições condignas de vida, quer no aspeto económico, através da existência de emprego, de serviços de saúde condignos e competentes, da possibilidade de educar os seus ativos com qualidade, de fornecer estruturas judiciais facilitadoras e consequentes com um estado de direito democrático e de valores humanos que se desejam idóneos, aplicados com justeza e sem discricionariedade, quer ainda pela possibilidade de mobilidade fácil de pessoas e mercadorias, aproximando mercados e tempos de serviço.....

Passa também pela capacidade, uma vez estabilizado em patamares desejados o quotidiano do ecossistema região ou cidade, de cativar ativos qualificados que acrescentem valor aos existentes e possam contribuir para um salto de qualidade no desempenho funcional da região ou cidade que queremos potenciar. A capacidade apelativa do binómio cidade/região passa efetivamente pela disponibilização de condições de saúde, justiça, educação e outras relacionadas, que confirmam a quem vive na região o conforto emocional que lhes possibilite dedicarem-se à sua atividade agregadora de valor, sabendo que quando necessitarem de serviços estes estarão ao seu dispor, com competência, com eficácia.....

Pois bem distinta assembleia, com exceção do fator mobilidade, concretizado na nossa região em vias de comunicação e na aposta que sempre apoiámos desta autarquia no aeroporto regional, não é a isso que estamos a assistir. Antes pelo contrário.

As notícias que vêm a publico são desesperantes. Tem-se verificado o propósito de empobrecimento dos portugueses em geral e dos nordestinos em particular, o intencional aumento do desemprego, a destruição da já de si débil malha de funcionalidades estatais, entre outros ardis fastidiosos que mais não têm feito que subjugar e privar o povo português e de forma mais nefasta, o do Distrito de Bragança, *em particular*.

No que à justiça concerne, assistimos a um esvaziamento dos serviços, a um acréscimo de dificuldades para quem necessita de aceder à justiça, alarmantes numa região com população envelhecida e reconhecidamente com dificuldades de mobilidade, quer seja por motivos de saúde quer pelo dispêndio económico associado à obrigação de se deslocar aos serviços. A justiça tem que ser justa, célere e executada dentro dos direitos que cabem a cada um, sendo inadmissível que se afastem os cidadãos desses direitos por fatores acessórios e economicistas. O encerramento de várias comarcas do nosso distrito e a criação de extensões judiciais é um problema que não afeta de forma direta e imediata a cidade de Bragança, mas os valores da solidariedade que se exigem entre habitantes e instituições do distrito exigem-nos essa postura, esse respeito.....

O que está em causa é a sustentabilidade do interior, os direitos das pessoas.

Mais uma vez, as decisões tomadas num fausto gabinete, por atores cujo país não passa de uma circunferência com raio de 60 Km e centro no terreiro do passo, pululando esporadicamente para as margens mediterrânicas em momentos em que o calor aperta, manifestam-se desastrosas evidenciando-se como a concretização de mais uma etapa no fecho do interior deste país. A inteligência apela ao reconhecimento do interior como uma oportunidade para Portugal. Os mais avisados compreendem com clareza que a oportunidade passará por alterações de facto estruturais e não por sucedâneos de alterações estruturais sem qualquer impacto que não seja o de concretizar diretivas de documentos da Troika.

Reconhecido como fator competitivo, quer na perspectiva da fixação dos ativos formados, quer na captação, é o nível de instrução e a capacidade de investigação com indução aplicada existente numa região. Esse processo começa nos patamares mais baixos, na preparação adequada dos mais novos. É a defesa da escola pública, estrutura que amortece as desigualdades sociais e promove a igualdade de oportunidades que inicia todo esse processo. É a escola pública que tem a responsabilidade e capacidade de ultrapassar as condicionantes económicas, sociais e geográficas que inibem a realização individual dos alunos e que coartam os seus horizontes e a sua evolução para ativos competitivos e qualificados. Mas todo esse trabalho de base, esse investimento na intelectualidade, não pode ser desbaratado por medidas insensatas de um governo desgovernado.

Já por várias vezes se apontou o IPB como entidade incondicionalmente catalisadora da região de Bragança. A observação da sua influência ao nível de indicadores demográficos, económicos e de qualificação não deixam margem para dúvidas.

O Decreto-Lei de Execução Orçamental, Decreto-lei nº 32/2012 estabelece um conjunto de imposições que se podem vir a repercutir de forma penalizadora no funcionamento de instituições de ensino superior. Nomeadamente, a norma constante do artigo 4º que impossibilita a assunção de compromissos em valor superior aos fundos disponíveis. A aplicação desta norma às instituições com autonomia financeira traduzir-se-á na sua penalização, particularmente no que toca ao financiamento de projetos nacionais, europeus ou prestação de serviço para captação de receitas próprias que não propinas.....

Ou seja, as instituições de ensino superior, independentemente da disponibilidade de verba prevista para o ano de 2012, não podem assumir em momento algum um compromisso que ultrapasse a liquidez verificada no momento dessa assunção. Isso significa que se impossibilita o investimento próprio ou o avanço de verbas para contrapartidas nacionais ou para outras componentes de projetos.

Pasme-se com o entendimento do governo, *numa resposta de um secretário de estado* "...Nenhuma instituição de serviço publico, por mais relevantes e indispensáveis que sejam as missões que lhe são atribuídas, poderá considerar-se excecionada da situação de dificuldade que o país vive, aconselhando-se os seu dirigentes a alterar os seus modos habituais de gestão Orçamenta e critérios de prioridade...". *Isto é inadmissível*.....

Cara Assembleia, as IES (Instituições de Ensino Superior) não eram mencionadas no acordo da Troika!! Nem uma linha. Não geravam deficit porque fruto da lei cumprem orçamentos estabelecidos e não têm transferência de mais um cêntimo!! Isto é espupidez, é incompetência pra lá da Troika!!! Felizmente a lei publicada ontem, assume um recuo *mínimo* nessa postura, algo a que este governo nos tem habituado com frequência inusitada e contempla um artigo mais leve que poderá, eventualmente salvaguardar ações plurianuais".....

----- Sr. Presidente, eu vou fazer aqui uma pausa para referir que este texto, que eu estou a ler, vai fazer parte de uma Moção que eu vou apresentar.

"No entanto, insatisfeitos na sua soberba, atacam de novo e de forma que poderá ser letal. De forma artificial atuam na definição das vagas no ensino superior, uma vez que de forma clara tal seria incompreendido pela sociedade. No entanto os lobbies falam mais alto. A possibilidade de migração de vagas internamente a uma IES foi agora indexada aos níveis de empregabilidade dos cursos, possibilitando o aumento de vagas em cursos do Litoral. Não nos admiraremos com a drástica redução de número de alunos no interior com as consequências que facilmente todos adivinham para as regiões que acolhem essas instituições.

Minhas senhoras, Meus senhores

Cada sociedade tem como referência a sua própria ordem de valores ou de entendimento das prioridades, no entanto um dos temas que transversalmente as pessoas acolhem com maior preocupação tem a ver com a saúde. A existência de cuidados de saúde com qualidade é um fator valorizado por indivíduos e organizações no momento de realizarem escolhas relativamente ao local onde pretendem viver ou instalar os seus investimentos, o que torna esta matéria preponderante e condicionadora de diversos fatores chave para a região como sejam o desenvolvimento económico ou o despovoamento. A preocupação com a saúde, embora generalizada, não atinge todos os cidadãos de igual forma, sendo a apreensão acolhida com maior ou menor desespero em função da situação económica.....

A atualidade revela-nos uma política de saúde que contrariamente ao propalado está a coartar o acesso à saúde aqueles que menos possibilidades têm, seja através do exorbitante aumento de taxas moderadoras, seja pela não comparticipação nas deslocações, *de cidadãos que não têm condições para ta situação*.....

A postura economicista não pode fomentar a destruição do serviço nacional de saúde. O desentendimento que grassa no seio da ULS é alarmante e tememos que fruto desse desgoverno os serviços e valências até então instalados e que apresentavam indicadores com valores de referência a nível nacional, sejam desbaratados em nome do balancete final.

A vida humana é prioritária para o PS e face ao tempo que tenho de assembleia e ao nível de conhecimento que tenho de cada um de vós e aos valores que defendeis, creio que comungais desta postura. Em momento algum deixaremos de pensar naqueles cujas debilidades económicas, a precariedade da saúde, o discernimento e outras maleitas, não lhes possibilitam acesso a cuidados adequados, a cuidados a que têm direito, à dignidade de viver.

“

Moção

Face ao exposto supra, a Assembleia Municipal de Bragança, em reunião de 22 de junho de 2012, exerce o seu direito à indignação no respeito pelos eleitores que representa, manifestando com esta Moção o seu repúdio face às diretrizes que gizam a conduta do Governo relativamente a Bragança e ao Nordeste Transmontano, nos domínios da Saúde, da Justiça e da Educação

Desta moção deve ser dado conhecimento aos digníssimos Ministros da Saúde, da Justiça e da Educação.

a) Luís Carlos Pires”

----- E entregarei uma cópia ao Sr. Presidente da AM, com o texto que eu li, que é, como viram, bastante extenso, e fico a aguardar os esclarecimentos adicionais que sejam necessários.

----- Muito obrigado.

Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Posto isto, Srs. Deputados, a Mesa pergunta se há pedidos de inscrição para esclarecimento.

----- Não regista, a Mesa, nenhum pedido de inscrição para pedido de esclarecimento.

----- Solicitam-me que releia o texto da Moção de modo que eu vou lê-lo e volto a solicitar, depois, se há pedidos para inscrições para pedidos de esclarecimento.

“Moção

Face ao exposto supra, a Assembleia Municipal de Bragança, em reunião de 22 de junho de 2012, exerce o seu direito à indignação no respeito pelos eleitores que representa, manifestando com esta Moção o seu repúdio face às diretrizes que gizam a conduta do Governo relativamente a Bragança e ao Nordeste Transmontano, nos domínios da Saúde, da Justiça e da Educação

Desta moção deve ser dado conhecimento aos digníssimos Ministros da Saúde, da Justiça e da Educação.

a) Luís Carlos Pires”

----- Então coloco, mais uma vez, a pergunta - pedido de esclarecimento sobre a Moção? Não há.....

----- Pedidos de inscrições para intervenções?

----- Regista, a Mesa, um pedido de inscrição para intervenções.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo. Luís, só uma nota, relativamente àquilo das expropriações, eu sei que vocês votaram de vencido, mas temos que ser consequentes, não podemos ficar de braços cruzados perante uma nulidade.

----- Quanto à Moção, eu revejo-me nas vossas preocupações e não poderia deixar ser assim, agora vamos tentar perceber uma coisa, e temos que ser realistas no quadro real e que eu acho que é mais um dado adquirido do que outra coisa, portanto temos que caminhar no âmbito da realidade.

----- Nós temos um País sobredimensionado, e isto é à escala nacional e à escala local, Luís! Nós temos uma cidade, Bragança, que tem as mesmas facilidades que tem Braga, que tem Porto, que tem os maiores centros urbanos, nós estamos a viver um problema de escala, estamos sobredimensionados, não sou de ataques políticos, houve muito dinheiro e toda a gente quis ter o mesmo e portanto copiamo-nos, todos, muito aos outros, precisamos de mutualizar recursos, se passa pela extinção ou pela fusão de serviços, eu não sei qual é o melhor modelo, agora o que eu acho é que nós podemos aproveitar, digamos assim, os momentos de fraqueza em oportunidades, no sentido de que, e tu que és esclarecido, no Reino Unido quem tem a competência para gerir os Hospitais são os municípios, vamos propor esse Modelo? Estou contigo, deixa de estar a tutela no âmbito da Administração Central? Agora, nós não temos forma de impor, passa a ser mais uma Moção, temos, então, que fazer contrapropostas porque de facto como estamos não é possível, há necessidade de mutualizar recursos, e esse também, perdoa que te diga, a reforma da Administração Hospital, vem de Governos Socialistas, e portanto prá lá

já caminhávamos, prá lá já caminhávamos, porque isto é insustentável ao sistema, agora que de facto isto não pode por em causa o estado social, não pode, e esta é uma das discussões da atualidade, agora temos é que ser realistas, não é? E então vamos propor novos modelos de organização, fazemos como estamos a fazer para as escolas, transferimos para os Municípios, transferimos a saúde, transferimos a segurança Social. O Reino Unido pode ser uma forma de mentes Marketing, vamos a isso!

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Ainda um pedido de intervenção por parte do Deputado Eduardo Malhão, tem a palavra.

----- **Eduardo Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sras. secretárias, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Srs.

----- Lamento profundamente que o PS só agora traga aqui estas preocupações com áreas tão importantes, e gostaria de lembrar, de facto, as medidas que o Governo tem tomado são medidas que vão muito na sequência do memorando da TROIKA que foi assinado, como todos nós sabemos pelo PS enquanto Governo.

----- É certo que, nós, relativamente a muitas questões, estamos coartados e estamos limitados na nossa estratégia e na nossa linha de rumo. Nós entendemos que é importante que existam um serviço de proximidade relativamente aos cidadãos, aliás o Grupo Municipal do PSD tem insistentemente defendido essa tese, agora entendemos que, de facto, sem dinheiro não é possível fazer milagres, e o PSD herdou do PS uma situação desastrosa, uma situação de banca rota, que é mesmo o termo para não fugirmos às palavras, e com apenas um ano de Governo o PSD obviamente que tem como grande responsabilidade encetar reformas que são absolutamente fundamentais, nomeadamente na área das finanças públicas e o que o PSD está a fazer é de uma forma equilibrada, atender às preocupações das populações, mas também perceber que com uma rotura das finanças públicas não é possível prometer aquilo que depois a seguir não pode concretizar. E como tal, o PSD não estando contra os pressupostos, de maneira substantiva, entende também que não é justo estar de uma forma tão direta e tão incisiva a responsabilizar o Governo do PSD quando no fundo se alguém tem responsabilidades destas medidas que têm sido tomadas ultimamente é o PS, que está agora a sacudir água do capote, e a meu ver com uma grande incoerência e uma grande injustiça, por isso o grupo Municipal do PSD vai-se abster relativamente a esta Moção.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar à votação da Moção apresentada por Luís Pires, representante do PS.

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM DOIS VOTOS CONTRA, CINQUENTA E DUAS ABSTENÇÕES E DEZOITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES. .

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Registo a declaração de voto: Luís do Vale, Leonel Fernandes, Ana Cláudia Guedes de Almeida, Luís Pires, Júlio de Carvalho e Pedro Fernandes. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vale

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Sr. Presidente da Mesa, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, bom dia a todos.

----- Eu votei favoravelmente esta Moção, como não podia deixar de ser, mas estava a ouvir o ilustre Membro que a apresentou e nem parecia que fazia parte de um partido que ainda há bem pouco tempo também foi Governo da Nação, e, ao mesmo tempo, depois de ouvir o Membro do PSD que veio aqui a argumentar, achei engraçado porque andam ambos os partidos a sacudir a água do capote, e quando estava o PS no Governo eu lembro-me de ouvir aqui e de aprovar também, votar favoravelmente algumas moções que não sendo idênticas a estas eram bem parecidas, propostas pela bancada do PSD. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado da CDU, Leonel Fernandes.

----- **Leonel Fernandes** – Muito bom dia, Srs. Membros da Mesa, Exmo. Executivo, Srs. Membros desta Assembleia, Exmo. Público e Comunicação Social, se ainda está presente.

----- A CDU votou favoravelmente esta proposta porque não poderia deixar de ser desta forma, porque concorda em absoluto com o seu conteúdo, no entanto não podemos deixar de responsabilizar, de certa forma, ou sem ser com certa forma, efetivamente o PS por algumas destas políticas que foram iniciadas por eles, embora o PSD, agora com a ressalva da TROIKA que serve para tudo e para todos, esteja a agravá-las, mas muitas destas políticas foram efetivamente iniciadas pelo PS, daí chamar a atenção disso.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Luís, só dizer que me abstive, e acho que percebias logo o porquê, pela minha intervenção, revejo-me nas tuas preocupações, são transversais a vários ciclos políticos, eu acho que isto vai continuar, é mais uma questão estrutural que tem que ser resolvida, temos que dar o passo a

seguir e, se calhar, começar a fazer propostas concretas e talvez então pedir maior autonomia local também nestas áreas de setores chave da sociedade.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada.....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Membro do PS, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Para Justificar o nosso voto a favor, que não podia deixar de ser, uma vez que apresentamos a Moção, e justificar que apresentámos esta Moção e concretizamos a nosso voto a favor por questões locais, não são questões nacionais, por uma medida que surgiu há poucos dias, que passou em todas as televisões, a tentativa de indexação das vagas do ensino superior, de instituições de ensino superior e a sua migração interna com base na empregabilidade dos cursos, não é mais do que, de uma forma encapuçada, alteração do número de vagas, ou seja, o aumento de vagas no litoral, e todos vocês sabem que embora a gente só tenha, no interior, 10% de alunos de ensino superior, o que vai acontecer é que esses 10% desaparecem, e sabem a importância deste tipo de instituições para o interior, e isto não tem a ver com TROIKAS, não tem a ver com o PS, desculpem isto tem a ver com o Senhor, que está à frente do Ministério, que não sabe o que anda a fazer, pura e simplesmente isso.

----- Relativamente à justiça, não me recordo também de ter sido o PS que iniciou essa reforma, e relativamente às diretrizes da ULS, meus caros amigos, estes Srs. que lá estão só geram confusão, lá dentro ninguém se entende, a hierarquia desapareceu, há quadros que se vão embora, pedem demissão, vão-se do Hospital, estão cá não sei quantos anos e vão-se embora, há diretores de serviço que se vão embora, meus caros amigos, isto não tem a ver com o PS, portanto é um puramente local, são preocupações locais, e acho que com este tipo de abordagem temos alguma coisa a dizer e a fazer para mudar o estado das coisas. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Júlio de Carvalho.

----- **Júlio de Carvalho** - Sr. Presidente, eu quero Justificar a minha abstenção, pela seguinte razão. Em termos de conteúdo, de termos da moção, posso aceitar, em termos formais tenho que a repudiar e tenho que manifestar a minha indignação, e pelo seguinte, e não o fiz, votando contra, por uma questão de respeito pelo meu partido, que me orientou nesse sentido, e pelas seguintes razões: se a moção tivesse uma forma coerente, e com respeito pela realidade nacional, nunca, nós, poderíamos votar abstendo-nos. Porquê? Primeiro porque dá a entender, ou quer pretender o PS, que só ele está de mãos limpas neste processo. E não está! Não vou dizer que é ele o único responsável, eu já o disse, publicamente, que neste processo todo, a nível nacional, e recente, que ninguém tem as mãos limpas, e

que não conheço nenhuma obra literária intitulada “mãos limpas”, só conheço uma, intitulada “mãos sujas”, que é do Sartre. Portanto todos têm as mãos sujas, agora, o PS, incoerentemente, apresenta uma moção no sentido de que só esses são os responsáveis, e se o fizesse no sentido de dizer: conhecemos e entendemos a realidade nacional, entendemos, no entanto, que o caminho que está a ser seguido podia ser outro, também concordo que podia ser outro, agora, não pode é o PS aparecer nesta Assembleia como se fosse o único partido que tivesse as mãos limpas, e não tem, por isso eu votei abstendo-me.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, para a sua declaração de voto, o Deputado Pedro Fernandes do PSD.

----- **Pedro Fernandes** – Bom dia a todos. Eu votei contra, um dos dois que votámos contra, porque acredito que aquilo que foi falado na moção em relação à indexação das vagas de ensino superior com a taxa de empregabilidade, eu apoio essa decisão, acho é que as instituições de ensino superior em vez de andarem a queixar-se, principalmente as do interior, de que vão ter menos alunos, devem é procurar ter uma atualização dos cursos e fazer com que os candidatos ao ensino superior tenham mais interesse por esses cursos, e em relação ao Instituto Politécnico de Bragança isso não se tem verificado.

----- Depois dizer que estes cortes que tem sido feitos, estranho muito que a atual administração da ULS já não sirva, agora, porque o Sr. Presidente da ULS durante os últimos anos serviu ao PS para governar as contas do Serviço de Saúde, do Distrito. E dizer também que votei contra, em relação a isto, porque realmente o País precisa cortar em muita coisa, porque realmente os últimos anos de governação Socialista, como a anterior Ministra da Educação disse, e bem, foram uma festa, foram uma festa para tudo e para todos, portanto andámos aqui a desgovernarmo-nos, já o Tribunal de Contas conseguiu, esta semana passada, provar que a festa foi realmente uma festa grande e que agora temos que pagar a contas da festa, e somos nós, a única forma de fazer isto é cortar, porque neste momento não há dinheiro para mais e não há dinheiro para pagar a fatura das tais festas que vocês fizeram na educação, na saúde e nas outras áreas todas, portanto eu votei contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar à inscrição seguinte.

----- Resta um pedido de intervenção no período das inscrições, do Sr. Deputado Eduardo Malhão.

----- **Presidente da Mesa** – Prescinde?

----- O Sr. Deputado prescinde. Temos ainda a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, o Adriano.....

----- **Adriano Rodrigues** – Ora, bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados, Comunicação Social e Público em geral.

----- Também o que me trás aqui é o assunto da Auto Estrada. Agradecer, publicamente, ao José Luís por a intervenção que fez aqui, acho que está completamente certo, e queria também pedir a todos os colegas Presidentes da Junta, desde de Quintela de Lampaças a Quintanilha, penso que todos nós, nessa zona que é atravessada por a Auto Estrada, temos problemas nessas áreas, em termos de acessos, de cruzamentos, dessas coisas.....

----- Na quarta-feira o Sr. Presidente da Câmara vai estar em Rebordãos, com os Diretores das estradas e eu acho que todos vós deveriam dizer para a Câmara, ou a Câmara devia marcar uma reunião com todos, se o Sr. Presidente não pudesse, um dos Vereadores, para que todos lhe comunicassem os problemas que existem em cada Freguesia, que era para ver se conseguíamos resolver ou minimizar isto. Ninguém pense que nós, Presidentes de Junta, estamos contra a Auto Estrada, nada disso, queremos é que as coisas ainda possam ser minimizadas porque os acessos, especialmente à Sarzeda, aquilo não está bem, e é mais nesse sentido, não estamos nada contra a Auto Estrada, mas todos nós devemos comunicar à Câmara, e quanto mais rápido melhor, porque eu já tive conhecimento de dois ou três colegas, especialmente de Salsas, Quintela e outros, que devemos comunicar à Câmara até quarta-feira, porque quarta-feira há uma reunião e acho que o Sr. Presidente, visto que tem a agenda muito ocupada, deixava o Vereador encarregue de reunir com os Presidentes de Junta ou pedir para todos lhes fazerem chegar os problemas da sua Freguesia.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra também, agora, para a sua intervenção, o Sr. Representante da CDU, o Sr. Leonel Fernandes.

----- Aproveito, agora, para informar, antes da intervenção do Sr. Membro da Assembleia, Leonel Fernandes, que o Sr. Presidente da Câmara acaba, na sequência da anterior intervenção, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, que pede e solicita aos Srs. Presidentes de Junta que estejam presentes também aquando da visita a Rebordãos, no cruzamento da Sarzeda, na quarta-feira próxima às onze horas da manhã, aqueles Presidentes de Junta que naturalmente estão no corredor da A4 e que se sentem eventualmente alguma perturbação relativamente à questão dos caminhos, passagens, etc. Portanto repito: Srs. Presidentes de Junta, a convite do Sr. Presidente de Câmara, para estar presentes no Cruzamento da Sarzeda na quarta-feira próxima, às 11h da manhã, pois vão estar lá também os diretores das estradas.

----- Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- **Leonel Fernandes** – Ora, reitero os cumprimentos a todos os presentes, e no seguimento de algumas questões políticas que aqui já foram levantadas hoje, dizer o seguinte:.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A política seguida pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS, ora com a desculpa do défice ora com a desculpa da dívida pública e agora com o Memorando de Entendimento, que mais não é do que um Pacto de Agressão ao povo e ao País, tem levado ao esvaziamento e encerramento de muitos serviços públicos essenciais quer para as populações em todo o país, mas com muito mais gravidade no nosso distrito e também no concelho de Bragança.

----- O encerramento de tribunais, embora no caso de Bragança não se coloque, obrigando as pessoas a grandes deslocações e a gastos que já não podem fazer, afasta cada vez mais a justiça dos cidadãos. Por outro lado não deixa de ser estranho que se aumente o volume de processos e se reduza o quadro de pessoal com todas as consequências que isso poderá acarretar.

----- O encerramento de escolas e a criação de Mega-Agrupamentos colocará dezenas de trabalhadores e professores no desemprego ou na mobilidade, diminuirá a segurança e a qualidade do ensino, afastará cada vez mais as populações do acesso à educação e subverte o conceito de ensino consagrado na Constituição da República Portuguesa.

----- O encerramento de serviços de saúde e a perda de valências dos Hospitais do distrito mas também do Hospital de Bragança com a perda de especialidades como seja infeciologia obrigando-nos a procurar assistência noutras localidades, é mais um passo para o abandono da nossa terra.

----- A par de tudo isto temos ainda a extinção, *ou a agregação* das freguesias e aqui não me alongarei, porque é um ponto que está na ordem de trabalhos, mas deixo desde já a pergunta para reflexão: Quer esta Assembleia e cada um dos seus eleitos dar o argumento àqueles que têm a responsabilidade sobre esta matéria, os deputados na Assembleia da República, de que se limitaram cumprir a vontade das autarquias quanto à extinção de freguesias?

----- Caros deputados:

----- Para a CDU os dados dos Censos de 2011 demonstram uma contínua desertificação do nosso distrito (exceção feita ao concelho de Bragança que verificou um aumento residual de população) que é consequência direta das políticas de direita, levadas a cabo pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS e agravadas com o Memorando imposto pela Troica do FMI, BCE e UE.

----- A concretizar-se tudo o que tem sido anunciado e mais o que estará para vir, alterar-se-ia por completo a paisagem social desta região, cheia de potencialidades e recursos. Portanto, para a CDU é

tempo de dizer basta a esta política e é também tempo de, esta Assembleia e a nossa Câmara Municipal, se colocarem na linha da frente da luta contra a destruição e o abandono e pela defesa do interior e das suas populações.

----- Se nada for feito por nós, qualquer dia, o que fica na região é apenas a paisagem!

----- E como já se ouvimos aqui, hoje, mesmo essa fica degradada”.

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminámos as inscrições para intervenções no PAOD, penso que o Sr. Presidente da Câmara terá manifestado a intenção de se pronunciar neste ponto da agenda de trabalhos. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Saúdo o Sr. Presidente da AM, os restantes Membros da Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público presente.

----- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, salientar que no âmbito da candidatura “Bragança Ativa” apresentámos na instrução da candidatura um conjunto de parceiros entre os quais estava a Junta de Freguesia, só que no âmbito da apreciação da referida candidatura a Junta de Freguesia não era ilegível, de acordo com o regulamento do programa.

----- A escola de Ballet da Sé existe como uma escola informal, uma escola de ocupação de tempos livres, e a Câmara Municipal está a criar uma escola oficial, com reconhecimento da formação. Neste âmbito, reuni duas vezes com a Junta de Freguesia da Sé, no sentido de compreendermos a complementaridade dos dois projetos e de preferência encontrar uma forma de cooperação entre as duas iniciativas, a escola de Ballet da Sé, como escola informal e sem exigência curricular específica, mas necessária para níveis de aproximação á dança, e a Escola Municipal de Dança como escola formal, seguindo as orientações e exigências de formação oficiais, integrada como uma valência no Conservatório de Música e Dança, conferindo a esta instituição mais solidez e sustentabilidade, melhor evolução e aproveitamento de recursos.

A Escola de Ballet da Junta de Freguesia pode trabalhar em regime de complementaridade com o Conservatório de Música e Dança, podendo criar condições iniciais de aprendizagem e de motivação para os jovens que lhes permitam vir a transitar para o ensino oficial de dança, obtendo uma formação mais estruturada e com possibilidades de ingresso em níveis superiores de ensino da dança.

----- Não há que dramatizar, há que ser positivo, perceber que estamos perante mais uma boa oportunidade para os jovens e não promover mensagens alarmistas junto dos pais. A integração da Escola de Dança como uma valência do Conservatório, agora designado de Musica e Dança, beneficia da

experiência técnica administrativa e pedagógica e dos meios existentes, conseguindo-se assim maior viabilidade e regularidade em termos de funcionamento e de reconhecimento oficial. Manter a situação conforme o existente era muito pouco e não justificaria o investimento.

----- Quanto à questão dos ATL's para as crianças, salientar que o Município já promove ocupação de tempos livres, férias desportivas, para jovens dos seis aos catorze anos, não é recente essa situação, fazendo-o para um número muito significativo de jovens, este ano as inscrições já decorreram, e foram acolhidas todas as inscrições que surgiram, cerca de quatrocentas..

----- Saliento que as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras, promovem ATL's, disponibilizando boas condições e bons programas, aproveitando os trabalhadores das instituições e obtendo receitas necessárias ao equilíbrio dos orçamentos. A Câmara Municipal não pode esvaziar um setor que é fundamental na nossa sociedade, e é fundamental também no nosso Concelho, é preciso alguma prudência quando se faz a abordagem dos assuntos e perceber as implicações que determinadas decisões sejam as positivas, mas também as negativas para que a ponderação seja feita.

----- É verdade que a situação económica e financeira do País conduz, cada vez mais, muitas famílias, para uma situação de precariedade, situações que requerem políticas mais ativas, o Município tem algumas políticas ativas desenvolvidas nesse âmbito, as Instituições Sociais, mais do que ninguém, também as tem, ou seja, é preciso que se garanta o equilíbrio de funcionamento entre as instituições, respondendo àquelas que são, de facto, as necessidades das famílias, mas fazendo-o sem esgotar outras instituições que são fundamentais a esta e a outras atividades das famílias.

----- Quanto às vagas nas escolas, são tratadas pelo Ministério da Educação, que tem a competência, assim como nos órgãos legítimos das respetivas escolas. O direito de escolha, por parte dos pais, estando previsto na lei, tem que se conformar com outras orientações específicas de gestão das respetivas escolas (n.º de salas, professores, pessoal auxiliar etc.). A Câmara Municipal não pode intervir naquilo que são competências próprias de outro nível de administração, temos as nossas, ouvimos as preocupações dos pais, das famílias e transmitimos aos órgãos legítimos das escolas, particularmente aos Concelhos Gerais onde o Município tem participação com três representantes, fá-lo em reuniões com os diretores das escolas ou até no Conselho Municipal de Educação.

----- Quanto à Sra. Deputada Ana Cláudia, na parte relativa às solicitações de informação para a AM, garanto-lhe que não temos esse pedido pendente, respondemos em tempo oportuno e de acordo com a lei a todas as solicitações formuladas pela Assembleia, vamos verificar o que se passa, a Sra. Deputada também pode fazê-lo.

----- Salientar ainda que esse projeto esteve em discussão pública e que o processo esteve disponível para quem o pôde e quis consultar.....

----- Quanto ao processo de declaração utilidade pública - parcela de terreno na Zona Industrial - a Câmara Municipal seguiu procedimentos legais, com orientação jurídica capaz, para salvaguardar a legitimidade nos procedimentos, no âmbito da proposta que apresentou à AM, que foi aprovada.

----- Temos, de facto, uma orientação central da gestão municipal, a salvaguarda da legalidade e do direito nos procedimentos, não tratamos assunto sem adequada avaliação técnica e jurídica e não gostamos de considerar os nossos técnicos e juristas como pessoas incompetentes. Acho que a Sra. Deputada pode, se assim o entender, questionar por escrito ao nível que entender, já o fez noutras situações, não me parecendo que este seja um espaço de discussão técnico jurídica por excelência, mas sim de âmbito político. Se pretender fazer essa discussão com outros juristas como por exemplo o Dr. Júlio de Carvalho, isso já pode ser compreensível. Não me parece aceitável pretender fazê-lo com o Presidente da Câmara Municipal, mesmo que fosse jurista, visto a informação técnico jurídica dos assuntos apresentados á Assembleia Municipal ter que ser preparada pelos serviços do município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Encerramos aqui o Período Antes da Ordem do Dia, vamos passar para o período da ordem do dia. ----

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 27 de abril de 2012, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 31 de maio de 2012, a execução bruta do Orçamento da receita é de 32,30% (no montante de 13,49 milhões de euros), para um Orçamento da despesa paga de 31,98% (no valor de 13,32 milhões de euros).

De um modo global, as Grandes Opções do Plano atingiram - até 31 de maio de 2012 - uma execução financeira de 25,70% (4,71 milhões de euros) provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 4,12 milhões de euros e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 0,59 milhões de euros. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 2,90 milhões de euros. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 25,41% e o Plano de Atividades da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 25,20%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de maio uma diminuição de 1 488 544,30€, ou seja, de -10,98 pontos percentuais, comparativamente a 1 de janeiro de 2012.

De 01 de abril a 31 de maio de 2012 foram deliberados em reunião de Câmara Municipal apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 59 350,00€ e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 112 500,00€.

1.1.2 - Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

De 01 de janeiro a 31 de maio de 2012 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 390 801,97€ representando um saldo negativo de 20 395,69€ (-5,22%), comparativamente ao mesmo período do ano transato.

Nos meses de abril e maio foram abertos 11 procedimentos concursais por ajuste direto referentes a aquisição de bens e serviços. Foram efetuadas adjudicações no valor total de 88 370,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foram emitidas e enviadas a satisfazer pelos fornecedores 516 notas de encomenda no valor total de 357 573,60€, correspondendo a uma despesa de capital de 139 361,91€, enquanto a despesa corrente ascendeu ao montante de 218 211,69€.

Em termos patrimoniais realizaram-se 4 escrituras de compra e venda de cinco parcelas de terreno, para a ampliação da zona industrial das Cantarias, no valor total de 122 744,70€.

1.2 - Divisão Administrativa

- Setor de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 2.370 documentos; foram emitidos nesse período 7 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Deu-se continuidade à nova fase do processo da

desmaterialização e gestão documental, que incidiu no registo e envio pela aplicação do atendimento da correspondência para toda a organização.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hirondino da Paixão Fernandes.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos e Remunerações – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 7 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo resolutivo certo e incerto) e 5 processos de aposentações. Estão a decorrer 19 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego.

- **Gabinete Jurídico** prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

- **Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação**

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projeto de Modernização Administrativa, sendo de destacar: a) Gestão da Qualidade (SGQ), com vista à certificação de vários serviços do Município. b) TIC nas Escolas : concluída a instalação das infraestruturas tecnológicas (Rede, PC's, Impressoras, Quadros interativos, software) e feita a formação dos professores, está em fase final de implementação a última componente do projeto a qual consiste num portal que congrega as valências da aprendizagem e da gestão escolar. Através do portal, será possível o acesso a conteúdos digitais multimédia adequados ao 1º Ciclo (matemática, português, estudo do meio, inglês) e ficará disponível o módulo de gestão do parque escolar, o qual permitirá efetuar e monitorizar pedidos de assistência das escolas. C): Intranet - Ficou disponível o novo sítio da Intranet Municipal. Com a Intranet pretende-se disponibilizar informações de diversas áreas da autarquia, de forma organizada, através de uma interface única. A Intranet possibilita a integração de diversas aplicações através de interface web, evita a replicação da informação e permite acesso aos serviços através de uma interface única. A Intranet evoluirá gradualmente até ao momento em que será o ponto de acesso a toda a informação e às aplicações.

c) Transição para Sagaweb / Sigmadocweb - Deu-se início à transição para novas ferramentas, no âmbito das aplicações de gestão autárquica. Esta atualização é necessária não só em virtude da descontinuidade de produtos bem como para permitir o acesso às aplicações, em ambiente web, a partir do exterior, nomeadamente para o executivo e para as chefias.

O principal website do Município de Bragança registou, de 16 de abril a 12 de junho do presente, um total de 77 306 (média de 655 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 9.097 vezes (77/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1 340 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 3 648 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 3 415 visitas e o da Biblioteca Municipal 694. Relativamente ao Facebook 5.000 “amigos” e 1.358 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

✓ Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 14 de abril, a exposição de escultura, fotografia e desenho “Os Caminhos da água e do corpo sobre a terra”, de Alberto Carneiro, que vai estar patente até 24 de junho de 2012.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais foi inaugurada, no dia 18 de maio, a exposição “Nós na Arte – Graça Morais nas Tapeçarias de Portalegre” realizada em parceria com o Museu da Presidência da República que mostra, não apenas um conjunto de obras da artista recriadas pela Manufatura de Tapeçarias de Portalegre, mas também um conjunto de elementos e artefactos que ajudam a compreender todo o processo. Nos meses de abril e maio foram realizadas 38 visitas/jogos solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2581 pessoas. Nos dias 26 e 27 de maio, realizou-se a viagem cultural a Guimarães – Capital Europeia da Cultura, com 40 participantes.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de abril e maio foram realizadas 12 visitas, solicitadas por escolas e instituições e visitaram o museu 1252 pessoas. No dia internacional dos museus (18 de maio), o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais organizaram atividades para os mais jovens e concederam entradas gratuitas para todos os visitantes.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses em análise realizaram-se 14 espetáculos com 19 sessões. No mês de abril destaca-se o 27.º – Festival Internacional de Teatro e no mês de maio o Teatro Escolar e a Gala das Escolas.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 242 monografias e efetuada a correção de 1190 registos. No período em questão, registou-se a presença de 4.279 utentes em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 287 crianças. De 10 a 13 de abril, na biblioteca secção de adultos, esteve patente a exposição “China Antiga”, organização da Câmara Municipal, Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Macau.

No âmbito da programação conjunta com a Rede de Bibliotecas de Bragança, nos dias 23 e 24 de abril, o escritor Luís Miguel Rocha visitou as Escolas Secundárias e o Agrupamento Augusto Moreno.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 412 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – No dia 4 de maio foi inaugurada a exposição de pintura “Percurso 3”, mostra de trabalhos dos alunos da área artística da Escola Secundária Emídio Garcia.

Turismo - No posto de Turismo foram atendidos durante o mês de abril 2392 turistas, sendo a sua maioria de nacionalidade estrangeira.

Foi iniciada a implementação do sistema de audioguias com a colocação da sinalização nos pontos de visita sobre os quais é fornecida informação áudio.

2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

✓ Serviço de Educação

Foram adquiridos e entregues 9 equipamentos fotocopiadores digitais nas escolas EB1 das Cantarias, Formarigos, Artur Mirandela, Beatas, Campo Redondo, Mãe D´Água e Toural e nos jardins de infância de Santiago e Estação, bem como contratados os respetivos serviços de manutenção e assistência técnica.

Desde a última sessão da Assembleia Municipal realizaram-se duas reuniões do Conselho Municipal de Educação para discussão do reordenamento da rede escolar.

No dia 1 de junho de 2012 comemorou-se o Dia Mundial da Criança com a participação de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público de Bragança, numa organização da Câmara Municipal, dos agrupamentos de escolas e da empresa prestadora dos serviços das AEC's.

✓ Serviço de Desporto e Juventude

Na Piscina Municipal, decorreu mais uma edição do Torneio Internacional de Natação, que contou com a presença de 150 atletas. Estiveram representados os seguintes clubes: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube de Mirandela, Ginásio Clube de Vila Real, Clube de Natação do Interior Norte de Vila Real, Clube de Campinho e Benavente.

No dia 1 de maio decorreu, na freguesia de Nogueira, a XIII Edição dos Jogos Tradicionais, contando com a presença de cerca de 110 participantes, que puderam apreciar e jogar os seguintes jogos: Rellha, Raiola, Fito, Ferro, Jogo dos Paus.

Durante os meses de abril e maio o projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária contou com a realização de 6 caminhadas, num total aproximado de 80 km, nas freguesias de Rebordainhos, Sé, Baçal, Parâmio, Espinhosela e Zoio onde participaram 250 caminheiros.

No passado dia 2 de junho realizou-se o Dia do Desporto que contou com a I Edição do Duatlum cidade de Bragança, onde participaram cerca de 16 atletas em 4 escalões distintos, nas provas de Ciclismo e Atletismo, a realização da Mini-Maratona de Fitness Cidade de Bragança e de uma Aula de Mega Dance e Pilates, no Jardim Verde do Polis, que contou com a participação das alunas das Classes Orientadas da Piscina Municipal e da população Brigantina, num total de cerca de 70 participantes.

Decorreu o Torneio Internacional “Crescer Jogando 2012”, durante o fim de semana de 2 e 3 de junho, onde participaram cerca de 400 crianças, numa organização da Escola de Futebol Crescer que contou com o apoio do Município de Bragança. O Estádio Municipal de Bragança recebeu 45 equipas de 11 clubes nos escalões de traquinas, petizes, benjamins e infantis.

Também, integrado no Dia do Desporto, decorreu a Maratona de Futsal no Pavilhão Municipal, nos dias 2 e 3 de junho, que contou com 16 equipas de Futsal e um total de 250 participantes.

✓ **Serviço de Ação Social**

Entre o período de 4 de abril a 12 de junho 2012 realizaram-se com marcação prévia 76 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social solicitado e 145 atendimentos sem marcação, o que fez um total de 221 atendimentos.

Relativamente à realização de visitas domiciliárias concretizaram-se cerca de 23 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais (visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d’Água, e da Coxa, Previdência, Freguesia da Sé, Freguesia de Santa Maria, Freguesia de Paçó de Mós, Freguesia de Babe, Freguesia de Deilão, entre outras).

Nos dias 09 e 10 de maio realizou-se a 2.ª edição da Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada pela Câmara Municipal de Bragança, entidade promotora e pelo Centro Social e Paroquial Santos Mártires, entidade coordenadora e executora do Contrato Local Desenvolvimento Social, com um balanço muito positivo, apresentado quer pelos participantes quer pelos inúmeros visitantes que conseguiu atrair. No âmbito da feira decorreu, também, a Apresentação da Carta Social do Concelho de Bragança, do Guia de Boas Práticas de Intervenção Social no concelho de Bragança e da Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais. Foi, também, realizada uma conferência sobre “O envelhecimento ativo”.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 2 concursos, com um valor base de 184.760€+IVA, destacando-se a melhoria dos acessos e envolvente do Bairro do Campo Redondo (114.000€+IVA).

Neste período foram adjudicados trabalhos complementares para melhoria da eficiência energética no Bairro Social da Mãe d'Água, pelo valor de 46.960,61€+IVA.

Outras obras a decorrer: - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis”; - Requalificação de edifício para instalação de Sedes de Associações de Santa Maria; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d'Água; - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d'Água e ligação à Avenida Abade de Baçal; - Pavimentações no Bairro do Campo Redondo; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa, Lagomar e Terroso; Escola de dança e ampliação da Casa da Seda. Início das obras de construção da primeira fase do Brigantia EcoPark.

3.2 - Divisão de Urbanismo – Do conjunto das operações urbanísticas sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 63% destas ações reportaram-se ao espaço rural, registando-se um aumento de 7% na tendência já verificada no ano de 2011. No âmbito da consolidação do espaço urbano acresce um fator positivo, 96% das operações urbanísticas são dentro dos perímetros urbanos, contrariando uma disseminação da construção difusa, conforme era constatado no anterior instrumento de gestão de planeamento - PDM.

Conforme tendência económica nacional regista-se um abrandamento de 4,37%, ao licenciamento de processos no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

A decorrer/executados os seguintes trabalhos: - Babe: Deteção de várias perdas de água ao longo da rede pública de distribuição, que em média contabilizavam cerca de 100 m³/dia, decorrentes da antiguidade da mesma. Para o efeito colocaram-se novas torneiras de seccionamento, em locais estratégicos. Paralelamente foram, de imediato, repostos os pavimentos danificados pela equipa de saneamento

No Setor do Saneamento executados os seguintes trabalhos: - Rio Frio: Prolongamento da descarga da fossa e colocação de uma caixa de visita á cota; - Soutelo: Prolongamento da descarga da ETAR em tubo corrugado; - Carocedo: Ampliação da rede de saneamento em tubo corrugado; - Início da empreitada de “EXECUÇÃO DE

SANEAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE ETAR NAS ALDEIAS DE FRANÇA, RABAL E REBORDÃOS”, com o valor da adjudicação de 601.149,61€ + IVA.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (18); limpeza de fossas (31); mudanças de nome de clientes (94); execução de novas ligações (19); substituição de contadores (78); reparação de fugas (65).

4.2. Divisão Ambiente – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Trabalhos de Manutenção Urbana: Durante o período foram repostos 23 sinais de trânsito e foram colocadas 5 placas de toponímia. Contribuindo para a manutenção e melhoria da imagem urbana, foram repintadas 150 bolas delimitadoras, 40 floreiras e 48 pilaretes do Centro Urbano de Bragança. Foram recolocados 4 pilaretes, 1 bola e 2 papeleiras devido a acidentes rodoviários e ações de vandalismo. Iniciaram-se os processos de manutenção dos parques infantis, melhorando as condições de segurança da sua utilização, efetuando 3 ações de manutenção.

- Sinalização rodoviária: Foram instalados 3 prumos com 8 placas de sinalética direcional na Zona da Estacada e S. Sebastião, melhorando as condições de circulação e fluxo de tráfego.

- Recolha de veículos em fim de vida: Com o objetivo de melhorar a imagem urbana e cumprir com o estipulado na legislação, foram retirados da via pública 5 veículos que estavam em estacionamento abusivo, sendo os mesmos transportados para as instalações municipais.

- Gestão Cemiterial: Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades: Inumações (16); - Concessão de terrenos (5); - Transmissões/averbamentos (1); - Licenças de construção (5).

- Classificação de duas árvores: A Autoridade Florestal Nacional classificou de Interesse Público duas árvores do Concelho de Bragança, por proposta da Câmara Municipal de Bragança, na sequência de um “desafio” lançado no Ano Internacional das Florestas a todas as Juntas de Freguesia de Concelho de Bragança. Um dos exemplares, um Carvalho-Negral, localiza-se no Cimo do Couto de Baixo, na freguesia de Rio de Onor, pertencente ao Conselho Diretivo de Baldios de Rio de Onor e trata-se de uma árvore centenária, de porte considerável, de fuste grosso e copa ampla, constitui uma referência geográfica, fazendo parte das memórias das populações locais. A outra árvore classificada é um Castanheiro localizado no Vale de Quinto – Lugar de Portela, Freguesia de Gondesende, pertencente à Comissão Fabriqueira de Portela, conhecido pela sua antiguidade.

- Gabinete Técnico Florestal: Elaboração, apresentação e aprovação do POM-2012, na CMDFCI. Organização de uma sessão de informação/sensibilização conjuntamente com a GNR, sobre a temática DFCl, com distribuição de documentação (posters). Reuniões de trabalho com a GNR, para articular levantamentos de áreas ardidas e levantamento de pontos de água.

- Atividade de veterinária municipal: No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 54 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública. Foram ainda realizadas 6 vistorias a veículos de venda ambulante, 7 vistorias a cantinas de estabelecimentos de ensino e foram efetuadas 2 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade.

- Espaços verdes: Finalização da requalificação dos espaços verdes junto ao Cemitério do Toural com colocação de 500 m de rega gota a gota. Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Manutenção e ensaio de todos os sistemas de rega automática; Poda de árvores de alinhamento e de sebes dos espaços verdes; Preparação dos canteiros para plantação de flores de verão; Ornamentação dos espaços verdes envolventes ao Centro de Convívio do Zoio; Limpeza dos espaços de cedência; Rega com cisterna de todas as áreas verdes sem sistema de rega.

No dia 5 de junho, no âmbito das comemorações do dia do Ambiente, realizaram-se as seguintes atividades: Apresentação do projeto “Oleões” que se trata de um serviço que, a partir desta data ficou disponível a todos os cidadãos, permitindo que os óleos alimentares usados possam ser corretamente encaminhados colocando-os em um dos 15 oleões instalados na cidade; Entrega de kit’s de reciclagem aos alunos do 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário do concelho. Foram entregues 3749 kit’s de reciclagem compostos por um trio de ecopontos, uma carta dirigida aos pais, um marcador de livros e um livro de atividades. Estas duas atividades foram realizadas com a colaboração da empresa Resíduos do Nordeste – EIM e tiveram a presença de representantes da PSP e da GNR-SEPNA.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Desde janeiro, foram transportados no STUB 121.343 passageiros, que corresponde a um decréscimo de 9,9% em relação a igual período do ano anterior.

Foram efetuados 34 serviços ocasionais, dos quais 26 foram transportes de crianças solicitados por escolas do ensino básico ou pré-escolar.

Nos cinco primeiros meses de 2012 verificou-se 877 movimentos de aeronaves e 2123 embarques ou desembarques de passageiros. No que respeita à carreira regular verificou-se, em relação ao mesmo período de 2011, praticamente o mesmo número de embarque (1009 contra 1001) e desembarques de passageiros (910 contra 905) e uma diminuição de 3% nos movimentos das aeronaves (-13 movimentos derivados essencialmente das condições meteorológicas adversas – nevoeiro e greve dos controladores aéreos).

Trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 23 de maio realizou-se a cerimónia de assinatura do contrato entre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – ZASNET, AECT e o consórcio luso-espanhol responsável pela elaboração do projeto “Biosfera Transfronteiriça”, que diz respeito à candidatura à UNESCO para classificação de Reserva de Biosfera. Esta candidatura engloba, em Portugal, o Nordeste Transmontano e, em Espanha, as províncias de Salamanca e Zamora e deverá ser apresentada em março de 2013, prevendo-se que a avaliação da UNESCO seja comunicada em setembro do referido ano. Em caso de aprovação, será a maior reserva transfronteiriça da Europa, com uma área de 1.768.284 hectares, e que integra os Parques Naturais de Montesinho, do Douro Internacional, de Sanabria e das Arribas do Douro, territórios inseridos em Rede Natura, como a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, Romeu, Sierra de la Culebra, Lagunas de Villafila, Rio Sabor e o Rio Maçais.
- No dia 26 de maio foi inaugurado o Centro de Convívio do Zoio, onde decorreu uma significativa homenagem ao Padre Telmo Batista Afonso, promovida pela Diocese Bragança – Miranda.
- No dia 31 de maio realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em colaboração com a Casa do Professor, o Sarau de Poesia. O evento teve a participação de todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias de Bragança. Vários momentos de poesia e de música marcaram a noite, com a participação de alunos do 1º ao 12º ano.
- A Câmara Municipal de Bragança organizou, no dia 4 de junho, uma visita à Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, com 70 agricultores do Concelho, que aproveitaram o certame para conhecer novas tecnologias, novos produtos, equipamentos, maquinaria, pecuária e novidades no setor alimentar, entre outros.
- O Centro Cultural Municipal Adriano Moreira acolheu, no dia 5 de junho, o Laboratório “Lugares Criativos”, que contou com a participação de cerca de 30 pessoas, oriundas de instituições do concelho e do distrito. Organizado pela Câmara Municipal de Bragança e pela Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, esta iniciativa teve como objetivo promover o encontro de pessoas e instituições interessadas em implementar estratégias de desenvolvimento nas áreas criativa e cultural. Tratou-se, essencialmente, de um momento de reflexão e de partilha de experiências, pretendendo potenciar uma melhor organização nas iniciativas desta área e um aprofundamento do potencial de estratégias de desenvolvimento. Foi realizado em duas sessões: uma da parte da manhã, dirigida a agentes ligados ao planeamento e gestão no

âmbito das atividades culturais e criativas e da parte da tarde, aberto à comunidade, dinamizou-se um workshop sobre a realidade local, projetos e apresentação de práticas em desenvolvimento, seguido de uma visita guiada a alguns dos equipamentos culturais da cidade.

- Entre o dia 6 e o 10 de Junho, realizou-se a segunda edição de Artes e Livros, organizada pela Câmara Municipal de Bragança e pela Academia de Letras de Trás-os-Montes. Apresentações de livros, workshops dirigidos ao público escolar preencheram estes dias. O público teve, também, oportunidade de conhecer escritores jovens que partilharam as suas experiências de escrita, como Vítor Alves Morais com “ A menina que sonhava com rosas” e Tomás Silvestre com “ As histórias de Tomás”. Hugo Girão apresentou a sua obra “ Meninos do vento, dirigida ao público infantil e escrita em português e em castelhano. Rosa Silva apresentou e dinamizou uma sessão de pintura baseada na obra “ Iniciação à vida” de Elisa Flora. Denis Alves Viático deu a conhecer a sua obra “ Auto Defesa energética”, seguida de alguns exemplos práticos desta modalidade. Várias obras de escritores transmontanos foram apresentadas nesta iniciativa: a antologia, coordenada por Armando Palavras, “ Trás-os-Montes e Alto Douro Mosaico de Ciência e Cultura”; “Roteiro do Culto Mariano em Terras de Bragança e Zamora”, de Rui Feio; “ Bibliografia do Distrito de Bragança”, Il volume de Hironidino Fernandes; “ Caminhos da Vida”, de Manuel Amendoeira; “ Camilo Castelo Branco por terras de Barroso e outros lugares” de Bento da Cruz; “Derivações do Ser”, de Idalina Brito; “ Na demanda do ideal”, de Armando Sena; “ Histórias que o Povo tece - Contos do Marão”, de Maria Hercília Agarez; “ Quadros de Transmontaneidade”, de António Sá Guê e “Cruzes de Guerra”, de Henrique Pedro.

Município de Bragança, 13 de junho de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal,

a) António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, para a apresentação do Estado e Vida do Município.

----- **Presidente da Câmara** – A informação escrita, sobre o Estado e Vida do Município, foi distribuída aos Srs. Deputados, em que são abordados os aspetos relacionados com a execução financeira, também com a estrutura de dívida a terceiros, que a 31 de Maio registava uma diminuição de 10,98 pontos percentuais relativamente a 1 de Janeiro de 2012, faz-se ainda uma abordagem no setor de taxas e licenças, gestão patrimonial e aprovisionamento.

----- Na Divisão Administrativa há um conjunto de informações relevantes designadamente com modernização administrativa, para o que estamos a fazer os investimentos necessários, dos quais temos dado conhecimento aos Srs. deputados municipais.....

----- No âmbito da Divisão Sócio Cultural e Turismo está sintetizada a informação relativa à atividade dos equipamentos culturais, exposições, bibliotecas, também no âmbito de serviço de educação, desporto e juventude é feita uma informação exaustiva das principais que ocorreram, o mesmo no âmbito do serviço social.....

----- Também no Departamento de Obras e Urbanismo é dada a informação das atividades realizadas no intervalo de tempo entre a anterior e a presente Assembleia.....

----- Ao nível da Divisão de Águas e Saneamento também a relação dos trabalhos e das principais orientações que foram produzidas neste intervalo de tempo.

----- Na Divisão de Ambiente também um conjunto vasto de iniciativas que foram promovidas, algumas iniciativas novas, como seja: o projeto de oleões, de recolha de óleos usados.....

----- Na Divisão de Mobilidade e Energia, voltaremos a falar de alguns assuntos que foram tratados nesta Divisão e que estão agendados para a presente Assembleia, e também uma listagem, no final, de outras atividades mais relevantes, que considerámos integrar na informação sobre o Estado e Vida do Município, sendo que a generalidade delas constam já como atividades realizadas no Site da Câmara Municipal.

----- Relativamente a alguma evolução no âmbito do investimento, queria destacar que se iniciaram no mês de maio, as obras da primeira fase, do Parque de Ciência e Tecnologia, com um prazo de execução de dezoito meses, há outras componentes do Parque cujos concursos públicos serão abertos em fase posterior conforme a evolução das obras, designadamente a parte relativa a equipamento de laboratórios e outros equipamentos.



Obra em curso

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK
Custo da obra: 6,3 M€; Início: maio 2012; Prazo de execução: 18 meses




2

----- Parque Verde da Coxa – a requalificação de um espaço abandonado durante anos, que está em execução e que resultará num espaço bastante atrativo e útil para os cidadãos em geral e particularmente para os do Bairro da Coxa.



Obra em curso

PARQUE VERDE DA COXA (Custo da obra: 146.371 m€)
Data prevista conclusão: jul.: 2012



2

----- Circular interior - Estamos com duas empreitadas em execução, numa extensão de cerca de 2 KM e com valor significativo de investimento. Os trabalhos estão avançados, as obras iniciaram há pouco tempo e prevemos que durante o mês de Julho a empreitada principal esteja finalizada e a segunda que inclui o troço final de ligação à Av. Abade de Baçal, esteja concluída entre setembro e outubro.



----- Neste troço de ligação à Av. Abade de Baçal, será instalada uma nova conduta de reforço do abastecimento de água na zona do Campo Redondo, de modo a aumentar a pressão nos prédios mais altos e resolver um problema que se arrasta há anos. Em consequência, o aumento da pressão nas condutas obriga-nos a substituir algumas condutas na Av. Abade de Baçal, entre o Hospital e o cruzamento para Castro de Avelãs, o que por sua vez nos obriga a repavimentar a Avenida.



Obra em curso

CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR - Troço de ligação à Av.ª Abade de Baçal (Custo da obra: 332.491 m€) Conclusão prevista conclusão: Julho 2012



5

----- De seguida temos imagens dos trabalhos de requalificação do forte São João de Deus, estando as obras a evoluir bem.



Obra em curso

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
Custo Obra:10,21 M€ Data prevista conclusão: Maio 2013



6



Obra em curso

REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJETO ECOPOLIS E ECODOMUS

Custo Obra: 10,21 M€

Data prevista conclusão: Maio 2013



----- As obras de requalificação de dois edifícios no Centro histórico para Residências Universitárias, para alojamento de estudantes em programa ERASMUS ou programas de mobilidade com os Países de Língua Oficial Portuguesa, estão na fase final, dois projetos de muita qualidade que valorizam a imagem do Centro Histórico. Após conclusão serão entregues ao Instituto Politécnico de Bragança, que procederá á sua gestão e conservação, sem qualquer contrapartida para a Câmara Municipal.....



Obra em curso

REQ. EDIFÍCIOS NA ZONA HISTÓRICA (Projecto Domus Universitária)

Custo Obra: 330.468,03€;

Data prevista conclusão: Junho 2012



----- Um outro edifício está a ser recuperado para casa de Associações, estando praticamente concluídos os trabalhos.....

 **Obra em curso**

REQ. EDIFÍCIOS NA ZONA HISTÓRICA (Sede das Associações de Santa Maria)
Custo Obra: 266.793,20€; **Data prevista conclusão:** Junho 2012



9

----- De seguida, a Escola de Dança, em construção que envolve a reabilitação da antiga escola primária do Loreto e uma ampliação de que resultará um bom conjunto, obras que pensamos inaugurar a vinte e oito de Junho.

 **Obra em curso**

ESCOLA DE DANÇA
Custo Obra: 257.303,34€ **Data prevista de inauguração:** 28 junho 2012



10

----- Também a ampliação da Casa da Seda, o projeto está na fase final, ou seja, estamos, até final de julho, com cinco edifícios recuperados na cidade.

 **Obra em curso**

AMPLIAÇÃO DA CASA DA SEDA
Custo Obra: 180.000€ **Data prevista conclusão:** junho 2012



11

----- As obras de construção das redes de saneamento e distribuição de água nas aldeias de Frieira, Vila Boa e Lagomar, que estão com bom ritmo.

 **Obra em curso**

EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM FRIEIRA, VILA BOA E LAGOMAR
Custo Obra: 670.090,66€; **Data prevista conclusão:** Fev. 2013



12

----- Também as obras de construção das redes de Saneamento e de distribuição de água nas aldeias de Terroso, Gondesende e Parâmio estão com execução normal.

 **Obra em curso**



EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO
Custo Obra: 468.790,99€; Data prevista conclusão: Fev. 2013

13

----- Estão também em construção as ETAR's das aldeias de França, Rabal e Rebordãos, obras de substituição dos antigos sistemas de tratamento por fossa séptica e que nestas aldeias têm dado vários problemas ambientais, o mesmo acontecendo noutras aldeias de maior dimensão, em sistemas antigos, e que carecem de resolução.



Outros trabalhos

Tratamento e manutenção do relvado do Estádio Municipal



17

----- Atividades diversas de caminhadas rurais, jogos tradicionais, que decorreram com elevada participação e bom apoio da Junta de Freguesia de Nogueira e colaboração de outras que a participaram.



Eventos/Acontecimentos

Caminhadas rurais Rebordainhos, Baçal, Parâmio, Espinhosela, Zoio, Meixedo e Rebordãos

296 participantes

XIII Edição dos Jogos Tradicionais

01 maio - Nogueira



----- Milha das Cantarinhas, dia do desporto.

 **Eventos/Acontecimentos**

Milha das Cantarinhas
(2 maio)




Dia do Desporto (2 e 3 de junho)




----- Bragança Ativa, é uma atividade em que participam cidadãos seniores da área urbana e rural.

 **Eventos/Acontecimentos**

Bragança Ativa (20 junho)




+ de 140 participantes

12

----- II Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada em colaboração com o Centro Social e Paroquial de Santos Mártires e colaboração da Associação Académica do IPB.



Eventos/Acontecimentos

II Feira do Emprego, Educação e Solidariedade (9 e 10 de maio)



Participação de 68 expositores do distrito de Bragança



Apresentação da Carta Social, da Plataforma Social e do Guia de Boas Práticas do Concelho de Bragança

----- Dia da Criança, uma iniciativa realizada em todas as escolas do Concelho, num formato que foi alterado há dois anos, com vantagens para as crianças e com redução da despesa.



Eventos/Acontecimentos

Dia da Criança (01 junho)



----- Iniciativa relacionada com a realização de exposições.

 **Eventos/Acontecimentos**



4 de maio: CCAM - exposição "Percurso 3º" - trabalhos realizados pelos alunos do 12.º ano do curso de Artes Visuais da Escola Secundária Emídio Garcia

18 maio: CAC - exposição "Nós na Arte – Graça Morais nas Tapeçarias de Portalegre, em parceria com o Museu da Presidência da República

22

----- No pavilhão municipal, realizou-se a festa das atividades de enriquecimento curricular, participaram os alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Os pais e os encarregados de educação assistiram às atividades, enchendo as bancadas do pavilhão.

 **Eventos/Acontecimentos**

Festa das AEC (14 junho)



21

----- Projeto Biosfera Transfronteiriço, projeto que está adjudicado e já iniciada a sua execução, com vista a apresentação de candidatura à UNESCO, projeto que foi aprovado no âmbito do POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal). Pensamos, que até final do primeiro semestre do próximo ano, ser possível formalizar a candidatura.

----- Também, no âmbito ZASNET- AECT, vamos adjudicar a elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação Territorial, para o período 2014/2020, ou seja, é necessário que este território prepare aquela que é a sua visão sobre o ponto de vista da cooperação entre os vários atores públicos e privados, no sentido de poderem ter uma estratégia definida, e algumas iniciativas preparadas que se adequem àquelas que são as orientações da política da Comissão Europeia para a cooperação territorial, e que os projetos sejam assertivos, para no momento de abertura dos avisos de candidatura se poderem apresentar projetos adequados aos objetivos dos avisos e poderem ser aprovados, ganhando tempo e recursos.

Eventos/Acontecimentos

Projeto Biosfera Transfronteiriça

23 de maio: assinatura de contrato entre o ZASNET – AECT e o consórcio luso-espanhol responsável pela elaboração do projeto Biosfera Transfronteiriça - candidatura à UNESCO para classificação de Reserva de Biosfera.

Custo total elegível: 400 m€, cofinanciado em 75% pelo FEDER - POCTEP

----- No dia do ambiente, foram tomadas algumas iniciativas importantes como o projeto dos Oleões e a colocação de sinalética em árvores classificadas como de interesse público.



Eventos/Acontecimentos

Dia do Ambiente (05 de junho)



Apresentação do projeto "Óleões"



Inauguração da sinalética de classificação de árvores de "Interesse Público"

24

----- Inauguração do Centro de Convívio do Zoio.



Eventos/Acontecimentos

Inauguração do Centro de Convívio do Zoio (26 maio)



25

----- Uma visita à feira nacional de agricultura de Santarém promovida com agricultores do Concelho, também acompanhada pelo Sr. Presidente da AM.

 **Eventos/Acontecimentos**

Visita à Feira Nacional de Agricultura – Santarém (04 junho)



26

----- E também uma visita à feira Internacional de Galiza, com os Srs. Presidentes de Junta e também acompanhada pelo Sr. Presidente da AM.

 **Eventos/Acontecimentos**

Visita à Feira Internacional da Galiza (15 e 16 de junho)



27

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o período para pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal.

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento?

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida e Luís do Vale.

----- Tem a palavra, Ana Cláudia Guedes de Almeida, para formular o seu pedido de esclarecimento. ...

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, quanto às expropriações de modo algum quis atacar qualquer colega jurista, longe de mim, mas, já agora, gostava de lhe mostrar, depois, se tiver disponibilidade e desafio-o para isso, de ver o código das expropriações, e ver comigo aquilo que estamos a falar.

----- Passando ao Estado e Vida do Município só queria fazer uma pergunta muito concreta. No programa das festas, que nos apresenta sobre o Estado da Vida do Município, esta expressão já tenho vindo a utilizar correntemente, nomeadamente quando fala nas visitas de outras entidades a Bragança, eu pergunto: Quais são as intenções de investimento dessas entidades em Bragança? Elas vêm com intenções de investir ou ainda é o Sr. Presidente que as convida e lhes paga a deslocação? Quais são os compromissos para o futuro com a cidade de Bragança? Onde está a política de atratividade e o que é que tem para lhes oferecer?

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís do Vale.....

----- **Luís Vale** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Sr. Presidente da Câmara, duas perguntas distintas, a primeira relativamente à questão do documento que um dia teve o nome de Carta Educativa e agora não sei como é que chama, mas sei que quando foi criado pela primeira vez esse documento veio à AM e foi discutido e foi votado, entretanto sabemos, pela Comunicação Social, que já existe um novo documento, que está aprovado e que já está, pelos vistos, em funcionamento, e pergunto se não deveríamos, pelo menos, ter tido conhecimento oficial desse documento, é que, até a este momento, nada nos chegou.....

----- A segunda situação diz respeito a algo que tive conhecimento concreto aqui nesta Assembleia, no dia de hoje, que diz respeito ao diferendo entre a Junta de Freguesia da Sé, com a Escola de Ballet, ou Escola de Dança, como lhe quiserem chamar, e ouvi uma versão, e agora ouvi o Sr. Presidente a esclarecer o seu ponto de vista, eu não sei se ouvi bem, ou se não entendi o seu discurso, mas o que vai acontecer é que vai duplicar uma oferta, já existe uma Escola e vai passa a existir outra, é a pergunta que lhe faço.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra a Sr. Deputada Fátima Renovato para proceder ao seu pedido de esclarecimento.

----- **Maria Veloso** – Muito bom dia, cumprimento o Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente do Município, Srs. Vereadores, colegas Deputados, Srs. Presidentes da Junta, Público e Comunicação Social.

----- Depois de ter ouvido a apresentação e de ter lido o documento que nos foi entregue, sobre o Estado e Vida do Município, algumas questões se me levantaram e que eu gostaria que o Sr. Presidente, se possível, tendo justificação para as mesmas, me respondesse.

----- E isto diz respeito, concretamente, porque não vejo contemplado nas informações nas informações prestadas, qualquer investimento, qualquer intervenção, no perímetro urbano, nomeadamente a nível de passeios desta cidade. Eu pergunto - toda a gente, e somos muitos, constata que os passeios ou estão em muito mau estado, ou não existem, ou estão incompletos, eu penso que há prioridades e tudo que seja para facilitar e criar condições melhores da vida dos cidadãos, neste caso de Bragança, que é de todo o interesse, e eu pergunto porque é que não está contemplado aqui realmente este aspeto dos passeios, não existem. Outra coisa é, os que existem, como já disse, estão em muito mau estado, são passeios que não existem, de acessos locais onde passa muita gente e que é realmente necessário deslocarem-se a esse locais, por exemplo: para se deslocarem ao Centro de Saúde de Santa Maria, Avenida das Forças Armadas, a seguir ao monumento 25 de Abril, só existe passeio do lado direito, quem desce, em relação ao Jardim da Braguinha, onde existem prédios. Acabou o prédio, acabou o passeio. O que é que resta? Pedras, ou como lhe queiram chamar, ou então a alternativa é ir por onde os carros circulam, o que se torna extremamente perigoso, são pessoas que vão a pé para o Centro de Saúde de Santa Maria.

----- Vindo do Sapato em direção aos mesmos semáforos nem do lado direito nem do lado esquerdo existem passeios para as pessoas se deslocarem, e os carros passam a alta velocidade, infelizmente, embora não podendo, mas passam, e é um perigo as pessoas circularem ali.

----- Passeios, só digo mais um porque não acabava de os enumerar, de acesso ao Cemitério, e digo isto porque as pessoas me transmitem e queixam-se que não há passeios quando vão acompanhar os funerais ao Cemitério Velho, do lado esquerdo, em direção ao Cemitério, junto à casa do Sr. João Miguel Pires, etc. por ali fora. Isto são, realmente, quantias irrisórias em relação ao que se gasta, às obras que se fazem, que eu não estou contra, estou a favor, mas que realmente há coisas que são tão importantes para nós e que não se fazem.....

----- Outra coisa, em relação às passadeiras, por acaso, por coincidência, começaram agora a serem repintadas, mas se repararem há muitas passadeiras que não se vêem, nem para os condutores, nem

para os peões, não se vêem, e era uma urgência realmente também serem repintadas, porque aquilo tem o seu período de existência, vão-se desgastando.

----- Portanto gostaria de ter resposta, para o facto de não serem contemplados aqui no Estado e Vida do Município. Obrigada.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Júlio de Carvalho.

----- **Júlio de Carvalho** – Obrigado. Um pedido de esclarecimento rápido.

----- Tive conhecimento, recentemente, pela imprensa, de que uma determinada Associação com interesse lá para Lisboa, e que está a interferir aqui na vida do Município, com uma providência cautelar, para que não se faça a Barragem de Veiguiñas, depois de tantos anos de luta para esta grande obra de interesse para o Município.

----- Queria saber se, de facto, a Câmara Municipal já recebeu ou foi notificada desse providencia cautelar, e, caso tenha, quais os fundamentos de interesse direto, direto e pessoal, que a QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza) invocou nessa providencia cautelar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, Hugo Pereira, para formular a sua questão.

----- **Hugo Pereira** - Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Deputados, Comunicação Social e Público.

----- A questão que eu queria aqui pôr ao Executivo, falou-se aqui nas obras que foram feitas já a nível de saneamento, o saneamento de frieira está concluído, mas só quem passa lá todos os dias é que sabe pelas dificuldades que passa e o transtorno que causa aos carros, aquilo está pior que esburacado, inclusive as tampas já andam viradas na diagonal, aquilo está um caos, a questão que ponho aqui é: quanto tempo mais é que vai ser preciso para fazer a repavimentação dos rasgos feitos para meter o saneamento? E, ao fazer a repavimentação, não será possível também fazer uma reparação na estrada de Frieira a Sanceriz, porque o acesso a Sanceris, ao pé do cemitério, está degradante?

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Vice-Presidente, tem a palavra para formular respostas.

----- **Vice-presidente da Câmara** – Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, caras Colegas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes da Junta, minhas Sras. e meus Srs., bom dia a todos.

----- Relativamente às questões que foram colocadas para esclarecimentos devo informar o Sr. Deputado Luís Vale que, de facto, relativamente a Carta Educativa não está aprovada, o que houve foi evoluções emanadas por parte do Ministério, precisamente com a DREN, evoluções que foram feitas a nível da reorganização da Rede Escolar, no entanto a Carta Educativa continua em elaboração e terá o seu andamento normal para aprovação depois na Assembleia, como lhe compete.

----- Relativamente à Escola de Dança, o Sr. Presidente já teve a oportunidade de explicar, na sua intervenção, há bocado, que se trata de duas escolas, uma escola oficial, uma escola Informal, a escola oficial tem os órgãos próprios de direção, tem um currículo próprio para os alunos, enfim, deve ter ficado percebido que até os alunos da escola informal, que tem sido levado a cabo pela Junta de Freguesia da Sé, podem beneficiar da outra escola oficial que vai ser criada.

----- É verdade que muito tem sido feito a nível de infra-estruturação da nossa cidade, haverá sempre um ou outro passeio que não está completamente bem, nós também detetámos isso, os serviços, também, amiúde, fazem intervenções de requalificação, também nós próprio que utilizamos os passeios, chamamos a atenção para algumas correções, há um ou outro que é necessário ser feito, e ele, a seu passo, será feito, sabendo e sendo certo que os recursos não são ilimitados, mas estaremos sempre atentos a estas execuções.

----- Sr. Dr. Júlio de Carvalho - Nós desconhecemos ainda o conteúdo da providência cautelar apresentada ao parecer favorável da declaração de impacto ambiental de Veiguiñas, neste momento nem sabemos ainda onde foi entregue, provavelmente terá sido no Tribunal de Lisboa, porque é contra a aprovação, mas desconhecemos o seu conteúdo, como tal ainda não podemos pronunciar-nos e mesmo o que temos que fazer. A providência foi, de facto, contra o parecer, e a Secretaria de Estado do Ambiente... nós acreditamos sempre na justiça e que haja uma evolução favorável.

----- Sr. Deputado Hugo Pereira - O saneamento de Frieira está em execução, o calcetamento faz parte da obra, portanto ele será executado aquando da sua finalização, enfim, cada coisa de sua vez, no entanto também chamaremos a atenção do empreiteiro para alguma coisa que não esteja minimamente bem, os nossos fiscais também têm a obrigação de estarem a acompanhar a obra e também fazer essa intervenção junto do empreiteiro.

----- A repavimentação da estrada não está prevista, mas qualquer reparação será feita, como é feita noutras estradas do Concelho.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bragança.....

----- Vamos, agora, abrir o período de inscrições para intervenções.

----- Registei: o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal; Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé; Luís Filipe Fernandes, do PS; Ana Cláudia Guedes de Almeida, do CDS/PP; Alcidio Castanheira, do PS e a Professora Élia, do PSD.

----- Não sei se conseguimos registar todas as intenções de inscrição, no entanto eu vou ler novamente, é uma forma se algum Deputado se inscreveu e a Mesa tenha tido a falha na inscrição:

----- Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal; Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé; Luís Filipe Fernandes; Alcidio Castanheira, Élia Cordeiro, Ana Cláudia Guedes de Almeida. São as inscrições que temos registadas. Não falhámos nenhum pedido de inscrição?

----- Bom, então tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo.

----- **Paulo João** – Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Vice-Presidente, Sr. Vereador, Exmos. Srs. colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Comunicação Social, um bom dia a todos.

----- O assunto que me trás aqui é congratular-me com, finalmente, a obra que irá ser feita em Rabal, da Mini ETAR Depuradora, fiquei, de facto, feliz quando vi já o início da obra adjudicada, da Mini ETAR de Rebordãos, França, que já está em execução, e seguidamente a de Rabal.....

----- Mais uma vez este Município está atento também ao meio rural, como prova, onde, de facto, estão vários saneamentos em curso e Mini ETAR's Depuradoras, que duas delas, principalmente no corredor do Sabor, irão proporcionar com que o Parque de Campismo de Bragança, portanto ali o Parque de Campismo na estrada de Rabal, fique efetivamente num estado de salubridade das águas, totalmente diferente, pois se, a montante, França e Rabal ficam já com os dejetos tratados, a jusante pois o Parque de campismo irá sofrer uma melhoria substancial em termos de aquíferos para banhos etc.

----- Desde já então o muito obrigado pela sensibilidade que este Município tem tido para com o meio rural, e um bem-haja também a todos.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de freguesia da Sé, Paulo Jorge Xavier.

----- **Paulo Xavier** – Uma vez mais muito bom dia a todos, e permitam-me aqui repor alguma verdade que, de certa forma, o Sr. Presidente da Câmara e depois reiterado pelo Sr. Vice-Presidente, agora fez uma distinção de uma informal, outra formal, uma que agora vai ser boa, a outra é má, e quando há bem pouco tempo batiam palmas a dizer que era a melhor do Mundo. Bem, estranhámos isso. De qualquer maneira mais que as palavras, e vamos ter aqui uma sequência, é pouco tempo, mas mais do

que as palavras possam dizer, vamos ver a questão de uma pasta que temos ali gravada e pedia aos serviços técnicos que carregassem nessa pastinha e pusessem aquilo aqui a dar, por favor.

----- Enquanto os serviços técnicos afinam as agulhas, eu adiantaria mais alguma coisa. O que está também em causa não é a questão do Conservatório, nós estamos a favor do Conservatório, aliás a Junta de Freguesia da Sé em cooperação com o Município, há doze anos atrás, entregou na mão do Sr. Presidente e da Vereadora, na altura da Câmara Municipal, entregou o projeto do Conservatório para candidatura. Mais, ainda, até a parte pedagógica entregou e que serviu de base para a sua candidatura, portanto numa cooperação frontal e que sempre teve e há-de ter, desde que virem as costas, paciência! Eu aí já não posso fazer nada, agora, da nossa parte, Junta de Freguesia da Sé, terão sempre esse respeito institucional e essa colaboração.

----- Portanto nós não vemos nada que o Conservatório possa ter a própria valência de dança, normal! É perfeito. Agora, sabemos que no mesmo espaço, com a carga horária do Conservatório é impossível ter lá as cento e onze crianças que há treze anos andam numa escola e a fazer um caminho saudável para a cidade e para o Concelho.

----- O que está em causa é o espaço, o espaço que foi prometido, o espaço que foi assinado e que num passe de magia, ninguém sabe porquê, deixa de ser da Junta e passa a ser exatamente da Câmara para administrar as aulas com como uma extinção do Conservatório. O Conservatório pode muito bem ter aulas de dança no próprio Conservatório, até era saudável trazer gente à cidade.

----- Agora, o que está aqui em causa são promessas não cumpridas, e é honrar os compromissos, tão simples quanto isso, e não é, de uma forma, menosprezar o informal ou deixar de ser informal que está em causa. Muito bem, o Conservatório vai ter.... Nós só não temos a escola de dança certificada porque não temos espaço, e, aliás, o Executivo sabe disso.

----- E também, já agora, neste espaço do Município, e noutra matéria, eu até fico indignado, não é a primeira vez, eu bato palmas porque há dias os meus companheiros foram à Galiza, e eu acho muito bem que fossem à Galiza, a ver novas culturas e novos contactos, acontece porém que quando me convidaram telefonaram-me no dia treze para ir no dia quinze e recebi um papel no dia treze à tarde, parece que a maioria também fez assim, mas que foi a culpa, mais uma vez, dos correios, nós temos aqui um homem também importante nos correios tem que ver essa questão, mas o que é mais grave é que eu aí digo assim: vou barato, vai tudo bem, o que é mais grave é que havia Presidentes de Junta, porque o sei, já mo disseram, vários, que já sabiam disso há oito, ou dez dias atrás, mas só souberam alguns, o que quer dizer que houve alguns, que não quiseram que fossem, é essa a grande questão, mas

não há problemas nenhuns, vocês só de vez enquanto querem que nós possamos aparecer, ou não, portanto estão à vontade, no Executivo Municipal.....

----- Então, agora, já estamos em condições de ver o vídeo? Porque as palavras, muitas vezes, levadas o vento e as imagens são importantes.

----- É difícil, é difícil, Sr. Presidente da Assembleia, este tempo não conta? Está bem, mas este tempo não conta, é uma questão técnica, não é?

----- Como vêm aqui há as palavras daquilo que eu expliquei, completamente, a dizer que a Junta de Freguesia iria com a escola de Ballet para a Escola do Loreto.

----- São palavras e a palavra vale mais do que o dinheiro, isto é o que diz o nosso povo.

----- **Apresentou em power point** o seguinte:

.....Também o projecto do Centro Escolar da Sé, um projecto também com uma excelente e moderna arquitectura, com um valor base de 1.450.000,00€, e também com 14 salas de aula, 10+4, ou seja, vinte salas para o primeiro ciclo, e oito salas para o pré-primário, o que quer dizer que no ensino pré-primário, a oferta pública multiplicará por 2,5 vezes, o que é bem, uma vez que há algumas listas de espera e isso facilita muito a vida às famílias.

.....Com a conclusão destes Centros Escolares, que têm um prazo de execução de dez meses, ou seja, a nossa previsão é de que em Agosto de 2009 estejam concluídos, para que o ano lectivo seguinte possa iniciar já nestes centros escolares, nessa altura serão libertadas já quatro escolas actuais. Três delas deverão ser entregues a Associações, por exemplo, a Banda de Música da Sé, que precisa, anda sempre com os instrumentos às costas, não só para as festas, mas também para os ensaios, acho que a Escola de S. Sebastião pode ser um bom espaço para instalar a Banda de Música de Bragança, com carácter definitivo, potencial a dar-lhe uma outra dimensão a uma banda tão importante e que tanta actuação pública tem tido no Município e fora do Município.

.....A Escola da Estação pode vir a ser entregue, eventualmente, ainda não discutimos isso no Executivo, fizemos uma abordagem linear muito superficial à Associação Reaprender a Viver, uma associação que trabalha uma área importante para a inclusão social de jovens toxicodependentes..... Também a Escola da Estacada ficará também liberta, junto da casa de Trabalho, bom, provavelmente para essa instituição, será o lógico integrar.

.....E a Escola do Loreto, provavelmente para a Escola de ballet, uma escola boa, adaptada, um bom edifício, encontrar também uma solução definitiva para instalar a Escola de ballet. Talvez as coisas devam andar por aí, ou seja, os edifícios não ficarão abandonados, terão imediatamente uma utilidade pública.

----- Aqui, como estamos a ver, foi em 2008 também, quando o Sr. Presidente da Câmara proferiu algumas palavras sobre a entrega de quatro escolas EB1, e estão aqui, até que chega também à escola do Loreto, o que quer dizer que será para a Escola de Ballet de Bragança.....

----- **Apresentou em power point o seguinte:**

5. Descrição

Nos últimos anos o Ministério da Educação vem dando seguimento ao processo de reorganização da rede escolar, encerrando inúmeros estabelecimentos de ensino, sobretudo do 1º ciclo do ensino básico. Na cidade de Bragança, um pouco à semelhança do resto do país, foram encerradas diversas escolas designadamente S. Sebastião, Estacada, Loreto e Estação, procurando, por um lado, uma distribuição equilibrada do ensino básico pelas duas freguesias da cidade e, por outro, uma maior articulação entre os 1º e 2º ciclos do ensino básico.

Este projecto pretende requalificar a Escola EB1 do Loreto, actualmente na dependência da Junta de Freguesia da Sé, para aí instalar a Escola de Dança. A Escola de Dança de Bragança, fundada no ano de 2000, sofreu recentemente uma grande reorganização da prática pedagógica devido ao crescente número de alunos inscritos, aumentando o número de professores e alargando o leque de modalidades de dança, o que lhe concede um grande rigor e uma disciplina próprios de uma Escola de Dança de nível elevado.

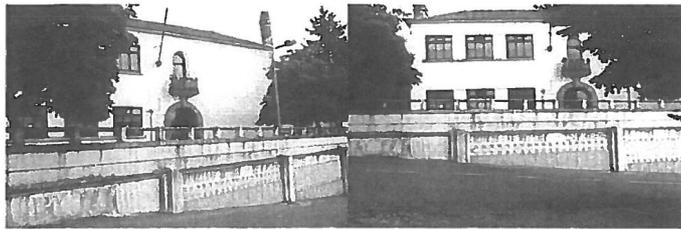


Figura 65: Escola de Dança.
Fonte: CMB, 2008.

Hoje em dia a Escola de Dança de Bragança oferece diversas modalidades, designadamente ballet clássico, danças de academia e danças de salão e funciona em duas salas em locais diferentes, devidamente equipadas para o efeito: Sala de ensaios do Teatro Municipal de Bragança e Sala de ensaios do auditório Paulo Quintela.

Acordo de Colaboração

Título do Programa de Acção: Bragança Activa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico

As entidades abaixo assinadas acordam:

1. Colaborar no desenvolvimento do Programa de Acção acima referenciada, cujas acções, objectivos, resultados impactos e investimentos se descrevem no formulário de candidatura e na memória descritiva complementar;
2. Trabalhar em conjunto, reconhecendo que cada um contribui com:

Parceiros	Principais contributos para o Programa de Acção
Câmara Municipal de Bragança	A Câmara Municipal de Bragança é a entidade promotora do Programa de Acção e será responsável pela coordenação e realização das acções, materiais e imateriais, descritas no formulário de candidatura e na memória descritiva complementar. A Câmara será responsável pelas várias actividades inerentes à gestão do projecto incluindo gestão financeira, prestação de toda a informação necessária às outras entidades envolvidas, de forma a assegurar que as actividades propostas são cumpridas dentro dos prazos e prestação de esclarecimentos à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte.
Junta de Freguesia da Sé	A Junta de Freguesia da Sé irá disponibilizar os seus recursos humanos e físicos, no sentido de apoiar a Câmara Municipal na dinamização da Escola de Dança e no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, incluindo as de cariz cívico e comunitário.

Acordo de Colaboração

Assinatura(s) da(s) pessoa(s) que tenha(m) poder(es) para obrigar cada uma das entidades

Data: 20 de Outubro de 2008

Parceiro: Câmara Municipal de Bragança

Assinatura(s)

Parceiro: Junta de Freguesia da Sé

Assinatura(s)



----- E aqui diz assim, e vejam bem, no protocolo que assinamos que está assinado e que está digitalizado, “este projeto pretende requalificar a escola EB1 do Loreto atualmente na dependência da Junta de Freguesia da sé” - não fui eu que escrevi, foi o Município que escreveu - “para aí instalar a

Escola de Dança, na dependência da Junta de Freguesia da Sé, a Escola de Dança em Bragança, fundada em 2000”

----- Isto quer dizer que dá como dado adquirido que aquele espaço é da Freguesia da Sé, e por um tom de magia, agora, deixa de nosso, o que é incrível. Está ali, está escrito, não fui eu que o escrevi, e depois assinado entre as partes, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Sé.

----- Portanto tudo aquilo que se disser dos informais, dos formais, seja aquilo que for, isto tem-nos uma perplexidade tremenda, é, de facto, uma injustiça não para nós, visto da minha parte, mas para as onze famílias que lhe criaram expectativas e hoje não as tem. Disse. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé.

----- Vou pedir que tomem os lugares, o Executivo, os Srs. Vereadores, Sr. Vice-Presidente, e vamos então chamar, agora, para a sua intervenção, o Sr. Representante do PS, Luís Fernandes.

----- Vai mostrar imagens também? Ok! Sr. Deputado tem a palavra.

----- **Luís Fernandes** – Ora bem, é a primeira vez que venho aqui, cumprimento a Mesa, O Sr. Presidente, as Sras. Secretárias, Srs. Vereadores, Sr. Vice-Presidente.

----- E o tema que me trás aqui é um assunto em particular, mas eu não queria deixar passar uma expressão que o Sr. Presidente da Junta da Sé disse aqui, que me fez lembrar coisas não muito antigas, mas muito interessantes, que era um lema do PS e que penso que ainda continuará a ser, embora hoje não esteja já tão fácil de concretizar.

----- Disse aqui o Sr. Presidente da Junta da Sé, há bocadinho, que a Câmara poderia ter condições de manter a Escola de Dança no atual Centro Cultural, para trazer gente à cidade! Disse ele.....

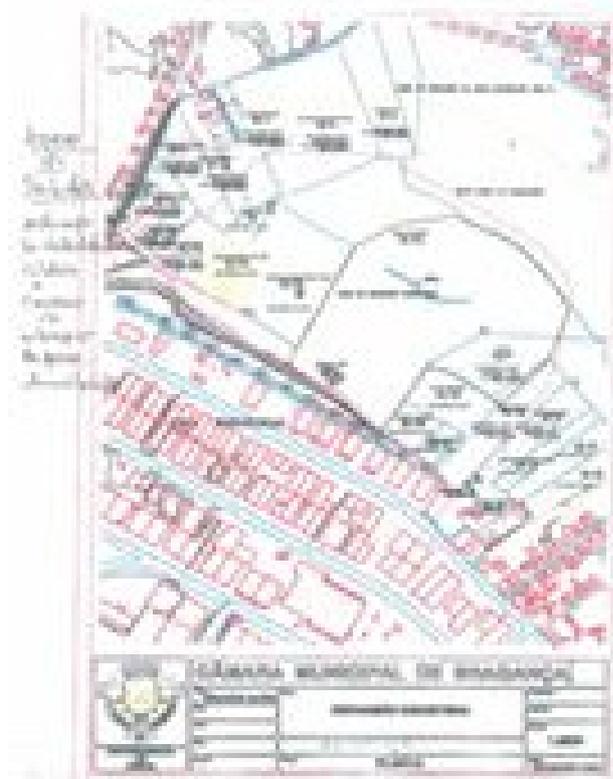
----- Lembram-se que o PS sempre defendeu que a Câmara Municipal de Bragança devia estar naquele local para trazer gente à cidade, esse foi o grande desígnio do PS e não fazer a acrópole lá em cima, como nós lhe chamamos, para tirar gente do centro da cidade, e o Paulo veio aqui trazer novamente isso à colação.

----- Neste espetáculo todo, eu gostava que, porque está a imagem da cidade em causa, está a imagem das nossas crianças que gostam de dança e praticam dança, que o PSD se entenda, que não levem isto mais à frente e que, de uma vez por todas, haja consenso entre vós, PSD, porque a guerra é entre vós, PSD, portanto haja aqui algum bom senso, haja serenidade neste processo, para evitarmos que quem saia a perder seja a nossa cidade e o nosso Concelho, desta guerra toda.

----- Ora, pedia ao funcionário que me projetasse as imagenzinhas.

Expansão da Zona Industrial. Granulitos do Tojal dos Pereiros

Bragança



----- Primeiro ponto - Este assunto que eu trago aqui eu não queria que entendessem já isto aqui como alguém está contra, ninguém está contra nada, estou aqui num papel de informação, de alerta e apelar à Câmara que tenha algum bom senso neste processo.

----- Este é um documento que mostra e vem de encontro àquela intervenção que tivemos há bocadinho, da Dr.ª Cláudia, em que se referiu a questão da expropriação do último terreno que fica aqui nesta zona, da zona Industrial, estamos a falar da futura expansão da Zona Industrial. Isto alertou-me para uma situação que eu já conhecia e que eu não sabia que a Câmara se preparava para fazer a expansão da Zona Industrial.

----- Primeira pergunta: Faz sentido, hoje, fazer a expansão da Zona industrial?

----- Segundo ponto - Se faz, temos para onde expandir, temos a zona de Mós às moscas, não sei para que é que foi criada, e vai-se fazer a zona de expansão. Eu, agora, já sei qual é a razão da expansão.



----- Ora bem, aqui está a zona industrial, no PDM há duas possibilidades de expansão da Zona Industrial, uma para esta zona, que está aqui assinalada, ou seja, para as encostas dos Formarigos, está aqui o Bairro dos Formarigos, e há outra hipótese de expansão que é aqui esta zona que está aqui, até ao NERVA, esta zona aqui.

----- Ora bem, porque é que eu falo e trago aqui este assunto? Porque a maior parte de vocês não sabem, mas eu vou-vos dizer, em termos de, hoje ainda vimos, agora, o Sr. Presidente da Câmara dizer aqui que vai fazer uma candidatura à reserva da Biosfera, ou seja, preservação de dados e de situações concretas em termos de conservação da Biosfera.

----- Nesta zona aqui, mais ou menos nesta zona que está aqui assinala, que é o chamado “Tojal dos Pereiros” existe o ex libris em termos de rochas a nível nacional. Só estão aqui os chamados granulitos do Tojal, são as rochas mais antigas, com um vírgula um bilião de anos, datadas em Portugal Continental.

----- É, para a ciência, uma das zonas mais importantes em termos de geologia de Portugal Continental. Está, no PDM, classificado como sítio de interesse nacional. O PDM tem-no lá marcado.



----- O que é isto? É o projeto já da zona industrial, esta é a zona industrial antiga, suponho, e vai caminhar para Nascente com todos estes blocos que aqui estão.

----- Pergunta-se - Porquê para este lado, quando há estas condicionantes aqui? Por que não para o outro lado até à linha, lá para a zona do NERBA? Não havia hipótese de estudar essa zona?

----- Está-me a dizer que não, mas depois vai-me explicar porquê.....

-----

----- **Luis Fernandes** - ... *Não* interessa se é para este lado, se é para este, o que interessa é que esta zona aqui é que vai ser expandida, esta aqui.



----- Esta é a nova zona e vejam isto que está aqui é um afloramento, um afloramentosinho.

----- Ora bem, a questão que eu ponho é esta, e não estamos, de maneira nenhuma, aqui a dizer que não se pode fazer, se não há hipótese, que me justifiquem que não há hipótese noutro lado, porque para este lado? Porque aquilo que no PDM se propõe é que houvesse aqui a criação de uma zona de proteção a este alto que aqui está, e este alto que está aqui não está por acaso, é das rochas mais ... eu quero ver as máquinas aqui a trabalhar, é das rochas mais duras que existem na região, hoje tecnicamente pode-se fazer tudo, mas tinha todo o sentido fazer a preservação desta zona aqui.

----- Eu, hoje, sei qual é a justificação, que me deram, para esta expansão aqui, tudo indica que vai ser para albergar, digamos assim, as futuras empresas que sejam criadas no Parque de Tecnologia.

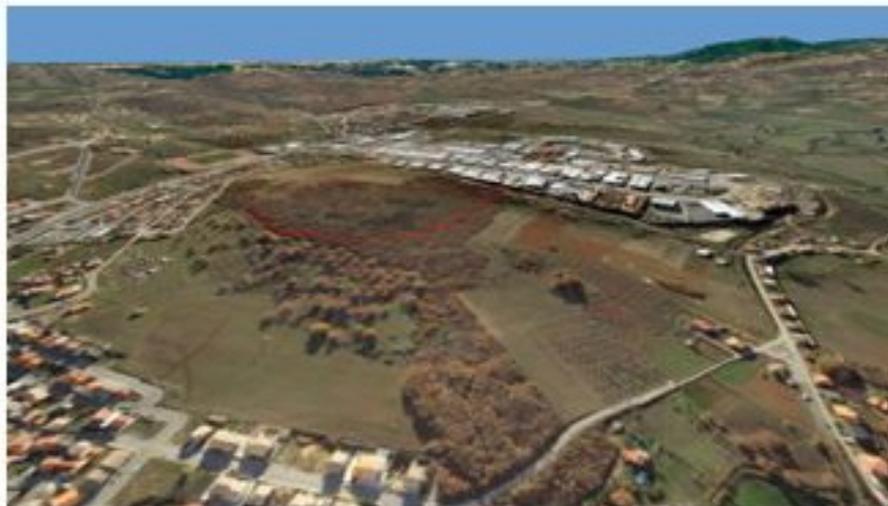
----- Ora, por um lado, estamos a criar num EcoParque, vão sair dali empresas dedicadas às tecnologias do ambiente, suponho, e, por outro lado, vamos instalá-las aqui e vamos destruir aquilo que, em termos de geologia, hoje a Comunidade Geológica Nacional está em polvorosa, porque nunca pensaram que depois do PDM contemplar esta zona como reserva devidamente salvaguardada, tanto é que a Câmara encomendou ao LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia) um estudo, nessa altura, e há um relatório que frisa isto, que nesta fase a zona da expansão da Zona industrial viesse para este lado, toda a gente estava à espera que fosse para o lado de lá, que ocupasse aquela zona, e depois daquela zona ocupada, não há espaço, sim senhora, viéssemos para aqui.

----- Ora bem, este assunto já está na CCDR, eu penso que já houve aqui uma desconformidade que a CCDR deu a este projeto, não sei se foi por esta razão, quero-vos dizer que, e à Câmara principalmente, que o núcleo Português da UNESCO para a Geo-Conservação, está atenta e que vai, dentro de pouco tempo, enviar para a Câmara um memorando, e vai enviar para a UNESCO, também, esse memorando. E eu sou um dos que defendo que a conservação pode ser considerada como desenvolvimento, perfeitamente, desde que se acautelem determinadas situações, e neste caso aqui é o caso concreto em que temos que acautelar o que ali está e eu sugeria à Câmara que pedisse novamente à equipe que fez o relatório para o PDM que lhe elaborasse um memorando concreto, porque não é colocando ali, como vimos, não é colocar aqui o geossítio, porque, reparem, isto já nem sequer está lá, quem conhece aquilo, está cheio de entulho, têm deitado para ali entulho, o afloramento desapareceu, não é só isto que está em causa, há muito mais envolvimento aqui, e depois colocar sítio ao lado de uma Bomba de Gasolina, não percebi muito bem, uma Bomba de Gasolina, uma Estação de Serviço ao lado de um geossítio, também não faz qualquer sentido, ao lado de um geossítio metemos um agente poluente, do máximo.



Tejal dos Pereiros

----- Vejam o aspeto que aquilo tem a hoje, está, no PDM, classificado como geossítio, mas ninguém olhou para isto, está tudo cheio de entulho, estes caminhos não sei quem os abriu.



----- Último - Este foi o afloramento onde foi colhida a amostra que classifica isto como a rocha mais antiga de Portugal, já não está lá, já ninguém a encontra.
----- Portanto era este alerta que eu gostava de fazer à Câmara e que no máximo de sensibilidade pudessem rever o projeto, e, mesmo querendo fazer a zona de expansão para este lado, que em conjunto com a equipe do LNEG chegassem a um acordo em relação a isto.



----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Alcidio Castanheira.

----- **Alcidio Castanheira** - Mais uma vez bom dia a todos. Foi questionado aqui o processo da Carta Educativa, pelo Deputado Luís do Vale, e foi dada a resposta da Câmara, e é certo que a proposta da Carta Educativa ainda não foi aprovada, mas já há um trabalho consolidado, já foi uma proposta ao Concelho Municipal de Educação, o Concelho Municipal de Educação já se manifestou e sabemos de antemão que atualmente a comunidade educativa, nomeadamente os pais, que está sobre pressão, não sabendo exatamente aquilo que lhe vai acontecer no mês de setembro. Há dúvidas, eu próprio tenho algumas dúvidas, porque tendo ido ao Conselho Municipal de Educação uma proposta de Agrupamentos, constatei, depois, que na listagem de Agrupamentos criada pelo Ministério da Educação e divulgada, não consta um terceiro Agrupamento, em relação a Bragança só constam dois Agrupamentos, portanto há um conjunto de informações que a Comunidade Educativa necessitava para ir de férias e para promover também, depois, da melhor forma, a entrada no novo ano letivo.....

----- Também sei que o Sr. Presidente da Câmara, perante a Comissão que representa os pais no Conselho Municipal de Educação, que assumiu a livre escolha das escolas, por parte das famílias, mas uma coisa é dizê-lo oralmente, e nós acreditamos que isso seja cumprido, outra coisa é realmente estar formalizado.

----- Ultimamente, na Comunicação Social, aquilo que nós temos visto é realmente essa preocupação por parte dos pais, de diversas escolas, e que eu acho que aqui era o local e o momento

para realmente a Câmara nos poder prestar mais algumas informações em relação a essas dúvidas todas que existem.

----- Falando também um pouco sobre a questão da guerra interna do PSD, que portanto veio aqui a este palco, hoje de manhã, concretizada através da Junta de Freguesia da Sé, eu gostaria de lembrar ao Sr. Presidente da Junta da Sé que ele não perdeu ou não vai perder só a Escola de Dança, já perdeu uma Banda de Música, que o anterior Executivo lhe deixou, perdeu uma sede digna e representativa para a Junta de Freguesia, que era a Estação dos Caminhos de Ferro, e perdeu muitas outras coisas, porque acreditou em algumas pessoas, também não se envolveu, como se devia ter envolvido, nos processos e dar continuidade àquilo que encontrou, e portanto estamos, neste momento, com mais uma perda. É pena, e é pena também que estes assuntos tenham que vir para aqui para a AM, porque são essencialmente assuntos que deviam ser esgrimidos ao nível interno do PSD.

----- Muito obrigado, bom dia.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, a Sr. Deputada Élia Cordeiro.

----- **Élia Cordeiro** – Reitero os meus votos de um bom dia para todos, e trazia aqui, assim de uma forma muito rápida, três assuntos:

----- Escola de Dança - Junta de Freguesia da Sé - Não há nada para dizer, está tudo dito, quer da parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, quer da parte do Sr. Presidente da Câmara, e até por aquilo que vimos, eu nada mais tenho a dizer, a única coisa que eu gostaria de dizer é que os políticos e a política local se fizesse com elevação, com seriedade e sobretudo com respeito entre todos e sobretudo que esse respeito passasse também pelo respeito pelas instituições locais, porque todas elas, a começar na Câmara Municipal e a terminar na Junta de Freguesia da Sé, e passando por todas as outras, eu penso que estão comprometidas com o bem estar de todos os munícipes, e por isso deve existir esse respeito entre todos e, de facto, é assim, e só dessa forma conseguiremos fazer uma política séria e com a elevação que eu falava anteriormente.

----- Relativamente à Carta Educativa eu gostaria, só, de lembrar, porque o Dr. Castanheira acabou de dizer algumas coisas que eu dispense de dizer agora, e que era minha intenção dizer-las, e muito bem, ele disse-as, apresentou-as aqui muito bem, eu só quero dizer que, neste momento, as escolas estão a trabalhar, e a trabalhar a sério, na organização do próximo ano letivo. O despacho, o documento de organização do próximo ano letivo já foi emitido pelo Ministério da Educação e está a ser tido em conta para as escolas planearem tudo aquilo que vai acontecer no próximo ano letivo. Assim sendo, havia necessidade urgente de que a Carta Educativa fosse aprovada, e portanto o que vai acontecer, a não ter

sido aprovada até agora, nesta Assembleia, o que vai acontecer é que ela só será aprovada quando tudo nas escolas estiver a decorrer a nível de ano letivo, e portanto só queria lembrar que provavelmente a Carta Educativa vir depois desta AM não irá adiantar de muito, ao nível das políticas educativas que as escolas têm necessariamente e obrigatoriamente que implementar sob as ordens e as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

----- Dia da Criança - Eu sou Educadora de Infância, como toda a gente sabe, e, para mim, atividades relacionadas com as nossas escolas, nomeadamente os nossos jardins de infância, são importantes, e o dia da criança deixou de acontecer, nesta cidade, praticamente de há dois, três anos, a esta parte. Até aí a Câmara Municipal de Bragança e as duas Juntas de Freguesia, envolviam-se com alguns apoios de uma instituição que eu penso que tem condições para contribuir imenso para que este dia e outros dias aconteçam da melhor forma para as crianças, e disso, elas, possam tirar proveito, e refiro-me nomeadamente à Escola Superior de Educação Bragança, até algum tempo as nossas crianças podiam, quer no dia da criança, quer na festa de Natal, ter, de facto, um dia inesquecível, a partir de então deixou de ser possível, que quem se envolvia, até aí, dessa forma, repense que efetivamente seria importante que o continuasse a fazer.

----- O dia da criança, o Sr. Presidente da Câmara disse que foi vivido nas escolas do Concelho, e, de facto, eu posso dizer que o dia da criança foi organizado pela Câmara Municipal e pelos Agrupamentos de escolas, este ano, nos dois Centros Escolares da cidade de Bragança, e aí foram desenvolvidas algumas atividades planeadas pelos Centros Escolares e com o apoio da Câmara, e a Câmara colocou aí alguns insufláveis, mas só em Bragança, o meio rural também tem crianças e o meio rural também gostaria de ter insufláveis ou então outras atividades.

----- É só para lembrar que é muito importante nós estarmos atentos e sobretudo que é muito importante que as instituições locais se comecem a relacionar bem, porque disso beneficiam as nossas crianças e todas as outras pessoas, nomeadamente os nossos munícipes.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem, agora, a palavra, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- Sr. Presidente de Junta, a Mesa considera que não houve, de facto, esse tipo de perturbação, mas tem tempo disponível e vai intervir depois no final das intervenções dos Deputados que estão inscritos. Sra. Deputada Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Eu estava ali precisava que fosse projetado, vai ser projetado, mas entretanto, também quanto ao Estado e Vida do Município, eu creio que já começa a ser redundante, que eu acho

que o que vejo é nomeação de obras pontuais, sem estratégia definida. Esta AM trouxe no passado mês de novembro, e, de facto, eu refiro-me apenas, todos os eventos culturais e de iniciativa Camarária são poucos, eu refiro-me, apenas, aos Slides que foram projetados, de intervenção do edificado, e, de facto, tenho pena que se continue a persistir num erro, naquele, no meu ponto de vista, salvo melhor opinião, continua a ser um erro, que eu tenho vindo, neste mandato, a reiterar, que me parece ser uma falta de estratégia.

----- Como eu estava a dizer, esta Assembleia trouxe a Bragança um colóquio sobre reabilitação urbana e eu acho que era tempo de se parar para pensar, porque efetivamente os meios estão ao dispor da cidade, e tenho ali o Arquitecto Ortega, que foi meu companheiro na organização do colóquio, que agradeço, nomeadamente na Comissão de Urbanismo, e ficou claro, as conclusões foram claras, Bragança tem um problema que não é só de intervenção no edificado, Bragança tem um problema de revitalização da cidade, não se fixam pessoas na cidade se o Município não se sentar à mesma mesa do Instituto Politécnico de Bragança e pensar assim: Como é que nós vamos partilhar o problema das residências estudantis? Porque, com o maior respeito que eu tenho pelo Instituto, e é muito, e é uma mais valia, enorme, para a cidade, o facto de termos, eu estou a falar portanto em termos de politica, o facto de termos um Instituto Politécnico com residências estudantis, a preços competitivos, não é? Não vamos conseguir trazer os estudantes para os centros das cidades, portanto temos que parar para pensar, e acho que em vez de andarmos a fazer intervenções pontuais no edificado.

----- O regime da reabilitação urbana prevê que os Municípios, e isto só depende do Sr. Presidente da Câmara, e do Município enquanto órgão coletivo, deliberar, delimitar áreas urbanas de áreas de reabilitação urbana, porque reabilitação não é o mesmo de que recuperar edifícios, estamos enganados, muitas das pessoas que aqui não estiveram pensaram que foi uma omissão não se ter falado na recuperação do centro histórico, planos de pormenor do centro histórico são uma coisa, áreas de reabilitação urbana da cidade são outra coisa, são uma politica muita mais complementar em que os apoios financeiros e investimentos, nomeadamente através de particulares, são muito mais incentivados, mesmo ao nível fiscal e financeiro, e é aí que nós devemos apostar e aliás todas as cidades, todas as politicas.

----- Vem aí o PROT (Plano Regional do Ordenamento do Território), o Sr. Presidente terá que dar resposta a isto, que não o deixa crescer mais, vai obriga-lo a estabelecer prioridades para a cidade, o Plano Regional de Ordenamento do Território não vai deixar, o Sr. Presidente da Câmara, expandir-se mais do que aquilo que já está, aliás, vai-lhe fazer justificar todos e quaisquer expansões e transformações de solo rural para solo urbano, e portanto continua a insistir e vejo ali mais hipotecação

para as gerações futuras, porque todas aquelas obras e megalomanias, vão ter custos, vão ter custos de manutenção, quem é que as vai pagar? Temos um cinema! Está desataviado! Estamos a falar de escala, nós temos equipamentos, hoje, se calhar, repito-me, como Braga, como Porto, o que é que lhes fazemos? Como é que trazemos as pessoas? Como é que as fixamos? Acho que este é um problema estrutural e andamos sucessivamente a falar de obras pontuais. E mais, eu vejo ali a interioridade, se calhar o Sr. Presidente, agora está bem assessorado, pode perguntar aos lentes do curso de Direito e Interioridade que lhe arranjam uma solução para trazer pessoas e dar vida à cidade e deixar com que os serviços não fechem, sabe porque? Porque no programa da Fátima Campos Ferreira, ela, e eu desta frase eu não me esqueço, perguntou-lhe, aliás, até o elevou a um estatuto de chefe da região, ao Sr. Presidente da Câmara, qual era a estratégia para Bragança e quem é que estava envolvido, e o Sr. Presidente da Câmara respondeu - estamos todos.

----- Lembram-se de qual foi a resposta da Fátima Campos Ferreira? Todos é nenhum.

----- Não temos estratégia, e, já agora, gostava de saber o que é que o protocolo do Direito de Interioridade traz de mais valias, o que é que os Srs. Professores, e eu estou à vontade para falar, eu tirei o Curso na Faculdade de Direito de Lisboa, mas na Faculdade de Direito de Lisboa também já se diz que o casamento foi ótimo, que o casamento entre a Câmara de Bragança e a Faculdade de Direito de Lisboa foi ótimo, mais do ótimo. O protocolo não é só o curso, quais são as externalidades positivas que os Srs. lentes da Faculdade de Direito de Lisboa trazem à cidade? Veem investir, eles? Trazem soluções para a interioridade? Ou nós só precisamos de uma direito de interioridade porque, de facto , estamos mesmo, mesmo, a ficar nas franjas do país?

----- E pedia, só para terminar, então, a projeção para acabar com sequelas porque eu não sou, eu acho que isto é de letra, portanto socorro-me aqui do Dr. Júlio de Carvalho, isto mais interpretação literal não pode ter, acho que o artigo é claro, o artigo catorze diz:.....

----- “Competência para a declaração da utilidade pública” – A competência para a declaração de utilidade pública, despropriações de iniciativa da Administração Local Autárquica, para efeitos de concretização de plano de urbanização ou de plano de pormenor eficaz, é da respetiva Assembleia Municipal”, não está lá o PDM !.....

----- Portanto, salvo nestes casos em que a competência é da Assembleia Municipal, e eu pedia para voltar ao artigo 14.º, a competência é do Ministro, cujo Departamento compete a apreciação final do processo, se calhar, Sr. Vice-Presidente, tem que rever as avenças.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Passamos para a inscrição seguinte, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Macedo do Mato, Sr. João.

----- **João Fernandes** – Ora, muito bom dia a todos, já é boa tarde, pois já estamos atrasados para o almoço.

----- Bom, eu vim aqui porque eu não gosto que alguém me ande a defender, eu, graças a Deus tenho cinco mandatos a cumprir, estou a acabar o quinto mandato, na minha Freguesia, e nunca precisei que alguém me ajudasse a cumprir com o meu trabalho, portanto eu estou mais bem informado do que aquelas pessoas que vêm aqui a falar da nossa Freguesia, que não conhecem, deviam conhecer, mas não conhecem, pronto. Com respeito a Frieira, já só falo em Frieira porque é o que está na moda, agora, temos lá o saneamento, o resto já está aldrabado, portanto vamos a falar em Frieira, fez-se em Sanceriz e aqui está tudo aldrabado, a verdade é só uma, eu ponho os meus problemas ao Presidente da Câmara e informo os fiscais e informo isso tudo e aquilo nasceu mal e está mal, mas isso eu informo, eles sabem disso, não é? Não é preciso vir aqui. Agora, em Frieira passa-se o seguinte, pois foi preciso fazer o saneamento, se calhar nem era preciso, algumas quinze pessoas, se calhar nem era preciso, e vai-se gastar mais do que se gastou, se calhar, nas outras duas aldeias e aquilo está atrasado e aquilo está complicado, é mesmo complicado. Agora não sei se é culpa dos empreiteiros, se é da Câmara, o que sei é que aquilo agora está ao abandono, estiveram lá, começaram muito bem, rasgaram aquilo tudo e ficou parcialmente ao abandono.

----- Agora, até temos a festa do São João, temos a praça ocupada, mandei desocupar, portanto não é preciso vir aqui a dizer, eu já tenho tudo tratado, se não fizerem não é por culpa minha, portanto eu contactei os representantes, portanto os fiscais e a Câmara, e estão ao correr disso, eles é que têm que chamar o empreiteiro e obriga-lo a repor a situação, temos lá a festa do São João e temos aquilo ocupado e mandei desocupar e está tudo tratado.

----- Com respeito ao saneamento e à reposição dos cubos e isso tudo, detetei uma falha que não estão a repor e aliás a Câmara está ao corrente, não repõem aquilo quem já estava, arrancaram mas não repõem, falta para aí meio metro, portanto em ruas, e algumas ruas estão repostas. Portanto a minha função é zelar por aquilo, eu todos os domingos dou volta às três aldeias, não fujo, não tenho medo de contactar o pessoal, nunca tive, aliás, e dou as voltas todas, estou ao corrente de tudo, sei que em frente à igreja, ali o Filipe sabe, está partida, já avisei a Câmara, se eles não puserem, terei que lá ir eu ou roubar outra noutro sitio para por lá, isso terei que o fazer.

----- Já mandei repor, no meio, porque já houve um Senhor que me telefonou à meia noite, que tinha que lhe pagar as jantes do carro, acordaram o Presidente, porque sou bem conhecido, não é? A

reclamar que tinha que lhe pagar duas jantes do carro, partiu-as lá no buraco, eu não o mandei lá cair no buraco, que passasse com cuidado, pronto, isso está resolvido. Agora, isso eu trato diretamente com a Câmara, não venho para aqui, eu não tenho que prestar contas a ninguém, aqui, nem a partido nenhum, nem nada, muitos vêm aqui que é para ficar bem, que é para ficar na ata, que é para depois mostrar ao partido que fazem trabalho, eu não, eu graças a Deus estou desentalado, não é?.....

----- E eu só vim aqui uma vez e falei, até fui criticado, na força que havia em Sanceriz, podia ser erguida para aqueles que não cumprem com a palavra, não é? E logo levaram a mal, e logo levaram a mal, mas existiu lá, existiu lá para aqueles que se portavam mal, e agora é a segunda vez que venho aqui, eu nem queria cá vir, foi o Hugo Pereira que me obrigou, portanto ele se queria esclarecer falava em tudo, não é? Portanto temos aquele problema, temos a fossa para fazer, portanto o saneamento não está feito, longe disso, nem a metade está, portanto, não vamos a falar que está feito, não está, não está nada.....

----- Temos a fossa para fazer, temos as caixas, que aquilo está uma miséria. Temos as ligações da água, o Sr. Vereador, se calhar, não está ao corrente, porque eu lá falo com os outros serviços e com o Sr. Presidente, também, temos as caixas, vêm os emigrantes para ligar a água e a água está cortada no meio da rua e não se encontra a caixa, portanto eu deteto isso todas as semanas, eu sou um Presidente da Junta que venho aqui, à minha conta, duas vezes por semana, se for preciso, à Câmara, de propósito, e não preciso que ninguém me pague, e venho e trato desses problemas todos, estou ao corrente de tudo, se não fazem ou se os Fiscais não tomam conta disso, porque, salvo o erro, são dois ou três fiscais, e são demais, se fosse um bom e que fiscalizasse aquilo bem, chegava um, é verdade, isso é verdade, agora que passam por cima de tudo e isso sei lá... isto havia de ser como os bancários, mudam-nos de três em três anos para não apanharem confiança com o pessoal, e eu acho que com os Fiscais havia ser a mesma coisa, era, que assim já não havia unhas. Agora, Frieira está na moda, simplesmente está na moda, as críticas até já vem no Facebook, mas ninguém faz nada, miguem ajuda.....

----- Ninguém fala, aqui, na poluição dos lagares, ninguém fala numa fossa que está lá ao cimo de Frieira, onde é que era escola, que agora temos lá a Associação de Caça, aquilo cheira mesmo mal, mas disso ninguém fala, ninguém fala nisso, portanto calam-se todos, uns por interesse, outros sei lá, porque lhe devem favores, se calhar, aos donos, só que eu não devo favor nenhum a ninguém, senão não estava na Junta, se devesse um favor a alguém eu não estava na Junta, portanto sou homem íntegro, ninguém tem nada a apontar-me, e respondo a todos. Portanto há que esclarecer tudo, ali o Filipe conhece-me e conhece Frieira, casou lá, havíamos defender-nos mais, também, não é só ficar aí calados, não é só falar

aqui em Bragança, aí dou a minha crítica, não é só ir lá buscar a febra, é defender também, e, naquela altura, se eu estou, fazia-lhe pagar o vinho, coisa que não aconteceu.

----- Só queria esclarecer que está tudo, agora as coisas não correm bem, a culpa não é dos Vereadores, eles não se deslocam lá, aliás, estou à espera do Sr. Presidente da Câmara que me prometeu que ia lá ver as obras que é preciso realizar, e disse que só para a outra semana. Pronto, as coisas não funcionam bem, assim, é preciso ver para crer, agora é claro, eu não sou Deus, não posso com a varinha mágica, estalar e fazes tudo, não senhor, é preciso que os trabalhadores da Câmara assumam as suas responsabilidades. A gente vai a um fiscal, o Presidente da Câmara não sabe o que eles vão lá fazer, não sabem nada, eu sei, porque depois passa-se uma semana, não se faz, passa-se outra, não se faz nada, e então o Presidente da Junta vai outra vez à Câmara e isto vai passando, vai passando, é por isso que não devia ser assim, eles deviam mostrar serviço, já que fiscalizaram a obra haviam de ser responsáveis, tanto eles como o empreiteiro, porque depois as asneiras são feitas nas aldeias e quem fica com elas? É a Junta, é o Presidente da Junta, que é o que tem que dar resposta ao povo. Eu quero ver quando acabarem com os Presidentes da Junta onde é que se vêm a queixar, aqui à Câmara? Outra vez? Isso não dá.

----- Boa tarde para todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta, João Fernandes.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta da Junta de Freguesia da Sé, Paulo Jorge Xavier. .

----- **Paulo Xavier** – Bem, depois deste momento, só umas breves palavras, dirigidas ali ao meu amigo Castanheira, e dar as felicitações ao Sr. Presidente da Concelhia do PS, aliás há pouco tempo eleito, que já encontrou um candidato a umas freguesias, porque o Dr. Castanheira, aqui no seu discurso, aqui no seu discurso, já estava a dar uma dimensão do que era e do que não era, ou seja, o Dr. Castanheira disse-nos, aqui, que pela boa fé que nós tivemos perdemos isto e aquilo e aqueloutro. Lembrar-lhe que nós não perdemos nada, nós só tínhamos era a ganhar a Escola que foi prometida, no entanto nós aquilo que fizemos foi acrescentar património, temos uma Junta condigna, setecentos metros quadrados, pusemos em nosso nome a antiga Freguesia da Sé, fizemos trabalho e obras, ao contrário, na sua gestão autárquica foi tudo mal, aliás não deixou património, mas sim dívidas, era só isso que lhe queria dizer. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida, recorde que tem três minutos.

----- **Ana Almeida** – Eu acho que a brincar, a brincar, foram-se descobrindo aqui coisas que afinal estão mesmo mal, portanto há coisas que funcionam mal, e eu aproveito que está na sala o Sr. Vereador

do Urbanismo e perguntava se posso fazer perguntas, diretamente, porque, de facto, eu gostava que ele me respondesse qual é o papel da fiscalização camarária, porque, em bom rigor, deve, digo eu, não deve haver dias marcados para fazer fiscalização, não deve haver obras marcadas eleitas para fazer fiscalização, a fiscalização deve ser permanente, qual é então a política de fiscalização que está implementada na Câmara, e, já tendo conhecimento destas situações, porque é que ainda não foi dada resposta. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Ainda há um pedido de intervenção por parte de Pedro Fernandes, da Bancada do PSD, tem a palavra.

----- **Pedro Fernandes** – Obrigado, Sr. Presidente, nem estava a contar voltar aqui, hoje, mas depois da primeira intervenção, agora, da Sra. Deputada do CDS/PP, tive que vir aqui.

----- Não fazendo de advogado do Executivo da Câmara Municipal, mas alertá-la para o facto que a Câmara já iniciou aquilo que a Sra. anunciou hoje aqui, que podia ser feito, o Executivo Municipal, e falámos isso aqui, na última Assembleia Municipal, que o Executivo já se sentou à mesa com o IPB, o Executivo já avançou com projeto de residências de estudantes, na Zona Histórica, duas, que estão prestes a abrir, portanto esses passos já foram dados pelo PSD enquanto Executivo Municipal, e dizer-lhe também que essas ideias da revitalização da Zona Histórica estão a ser feitas, o PSD tem tido essa preocupação. Neste momento há a tentativa, e porque já sei, da criação do terceiro agrupamento, um terceiro agrupamento, na Zona Histórica da cidade... ..

----- **Pedro Fernandes** - Não estou, não, não, Sra. Deputada, não estou a confundir, porque aquilo que está mais debilitado na malha urbana é o despovoamento na Zona Histórica, como já muitas vezes veio aqui atacar, e o Executivo Municipal e o PSD têm feito esse trabalho, percebe? Portanto, às vezes, quando vimos aqui falar sobre as coisas devemos-nos informar primeiro, o Executivo Municipal já avançou, o Executivo já avançou com a construção das residências para estudantes do IPB, na Zona Histórica, portanto os estudantes vão sair daquela malha urbana à volta do IPB.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, a Câmara Municipal de Bragança, Sr. Vice-Presidente, tem a palavra para considerações finais, se entender.

----- **Vice-Presidente da Câmara** – Posso fazer algumas considerações relativamente a algumas intervenções que foram feitas, e dizer que não vou falar sobre a Escola de Dança, já foi tudo falado, mas não lhe fica bem ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé referir aqui a questão da Viagem à Galiza

porque foi no dia cinco de junho saiu um ofício para todos os Presidentes de Junta, inclusive também para o Sr. Presidente da AM que confirma, aqui nos serviços, o dia em que foi feito, e nós tivemos o cuidado de à medida em que os Presidentes de Junta passavam na Câmara, aqueles que passavam, os serviços iam informando, portanto não houve, nem podia haver, discriminação, de alguma maneira, com alguém. Os Presidentes da Junta aqui presentes, os que foram e os que não foram, sabem perfeitamente em que dias receberam a comunicação. Agora, de facto, ela foi preparada com bastante pouco tempo, resultou da viagem que fizemos a Santarém, à Feira Nacional de Agricultura, com setenta agricultores do Concelho, e também aí há uma referência, e tendo nós conhecimento, nessa altura, que se realizava na data de catorze a dezassete de junho, a Feira Internacional da Galiza, da semana da Semana Verde em Silleda, porque não também proporcionar aos Srs. Presidentes de Junta uma visita àquele território.

----- Esta visita não teve só o intuito de visitar a feira, mas sim visitar uma realidade agrícola diferente, num território muito próximo, o que foi o objetivo principal, e penso que foi conseguido e as pessoas que tiveram a oportunidade de fazer a visita dirão da sua parte, foi constatar a realidade a nível da organização, essencialmente foi isso, visitámos cooperativas e vimos a forma como o setor agrícola está organizado, aliás, a evolução que este país teve depois da adesão à União Europeia, o que foi feito a nível dos produtores, porque são pequenos produtores, também com pequenas áreas, território ainda mais parcelado do que o nosso, e, de facto, eles conseguem, hoje, através do sistema associativo cooperativo, ter cooperativas para cem associados, produzindo trinta/quarenta mil litros de leite, elaboram, fazem os seus produtos, e vendem e escoam os produtos. Como essa cooperativa há seis ou sete semelhantes, no mesmo território, e todas conseguem viver e conseguem vender os produtos e terem o escoamento e viver como empresários agrícolas, com dignidade e com resultados positivos, e estando também a viver os problemas que vivem os nossos agricultores Portugueses e Bragançanos relativamente à venda do preço dos produtos, também não aumenta, mas eles conseguem economias de escala, juntando-se, agrupando-se, e inclusive até agrupamento de cooperativas para central de compras, uma coisa que não parece normal, mas quarenta cooperativas estão organizadas e juntas para fazerem as compras em conjunto.

----- Portanto o cooperativismo funciona entre os associados, e também as próprias cooperativas se associam entre eles para se conseguirem, de facto, ter um ganho de escala e que permita ter fatores de produção mais baratos e ter uma margem maior.

----- O grande objetivo da visita foi este, mas, como eu disse, de facto, o contacto foi feito depois pessoalmente, percebendo que havia atraso também nos próprios correios e foi feito a todas as Juntas de Freguesia, da mesma forma.

----- É evidente que as coisas funcionam com estratégia e o Executivo tem mostrado isso sempre ao longo destes últimos anos, já vão doze, treze, dezasseis anos, de facto há orientações determinadas e nós percebemos que há coisas que têm que ser feitas e que devemos andar à frente e criar condições para que o Concelho e o nosso território seja atrativo a nível da fixação de empresas. Sabemos que estamos no interior, estamos num território bastante afastado, sempre assim foi, isolados de Lisboa, do Porto, o norte é Porto, Portugal é Lisboa e nós sabemos que temos uma vantagem competitiva perante outras regiões.....

----- Essa vantagem tem a ver com a nossa localização, estamos localizados mais próximos da Europa, mais próximos da Península Ibérica, e o fator que tem sido negativo para nós, tem sido o facto de não haver ligações condizentes, não haver vias de comunicação.....

----- É evidente que com a realização da A4 nós vamos encontrar outra situação mais favorável para o desenvolvimento económico, para a fixação de empresas, e para isso também é necessário nós estarmos preparados, e estamos preparados, tendo espaços apropriados para o efeito, não será correto estarmos a dizer ou a por em dúvida se nós devemos ou não aumentar a nossa zona industrial, nós temos que aumentar a nossa zona industrial, temos que criar condições para que as empresas que queiram aqui fixar-se, nós oferecemos esse espaço, é isso que estamos a fazer com a ampliação.

----- Também temos empresas fixadas na zona industrial de Mós, temos sim senhor, e temos espaço para outras, serão outro tipo de empresas, eventualmente que não necessitem estar obrigatoriamente mais próximo da cidade, muitas vezes da população e de outros serviços que estão mais próximos, todos os espaços são necessários, agora nós estamos convencidos com a construção e a inauguração da A4 teríamos melhores condições de competitividade para a atração de empresas e devemos ter a Zona Industrial.

----- Também é certo que nos preocupamos com aquilo que tem de maior valor, maior valor em termos de rochas, aquilo que o Dr. Luís Filipe falou, de facto houve uma preocupação no projeto, estará a haver preocupação também naquilo que seja a realização final, está em curso o estudo de impacto ambiental daquele espaço, para poder ser implementado o projeto da zona industrial e penso que essas preocupações nós também as estamos a ter e esperamos que se consiga um bom resultado porque é esse o nosso objetivo, e também desta forma nós pretendíamos que esse valor patrimonial existente,

das rochas, seja também dado a conhecer ao público e que possa ser visitado, o que nunca aconteceu até este momento, e até é do desconhecimento de muita gente.....

----- Procuramos sempre, de facto, valorizar o nosso património, como fizemos recentemente, mesmo com a valorização do património que é vivo, que são as árvores, e foi feito um novo apelo também aos Srs. Presidentes da Junta, pessoas que conhecem o território que se, de facto, houver árvores que se distinguem pela sua idade, pelo seu porte, possam ser classificadas, que o façam, também.

----- Recentemente foram classificadas duas, mas, seguramente no território do nosso Concelho temos mais valor a esse nível, mais património, e é importante que ele seja identificado e catalogado e classificado, porque também ajuda a própria candidatura da criação desta reserva de Biosfera que está a ser feita para ser classificada como património da UNESCO.

----- Dar nota, também, daquilo que é o nosso sentimento, nós muito gostaríamos e sempre o fizemos, e fizemos em tempos, que foi a realização do dia da criança, sempre gostámos, de facto conseguimos, e fizemos ações, provavelmente do maior agrado das crianças, maior agrado, de certa forma, mas pronto, gostaria talvez, e por parte dos professores também havia esse sentimento, quando conseguíamos agrupar todas as crianças do primeiro ciclo num só espaço, fazíamos isso no Estádio Municipal, também tínhamos a perceção que o momento e o tempo em que as crianças estavam nesse espaço também era muito curto pelo facto de haver deslocações, uns iam de manhã, outros iam de tarde, também não havia condições para todos estarem durante o dia todo, mas há um facto que também é indelével, a partir do momento em que os transportes urbanos, os autocarros da Câmara, deixaram de poder transportar crianças, tornou-se insustentável o custo das coisas. E é evidente que também, como digo, os recursos não são ilimitados e temos que fazer ajustamentos e adaptações consoante as necessidades.....

----- Também, por outro lado, evoluiu a concentração, de alguma forma, porque foram construídos os Centros Escolares, um espaço em que já permite agrupar mais crianças e é o que temos feito, evoluímos para esse sentido, no sentido de ter as crianças por agrupamento, por espaço em que possam ser agrupadas, que possam conviver, ter um dia diferente na mesma, mas não com todos porque também não conseguimos nunca, fizemos, uns manhã, outros de tarde, mas também criando, proporcionando algumas diversões e isso tem sido conseguido com a colaboração dos Agrupamentos e eu penso que foi uma evolução ajustada, com alguns condicionalismos, mas que é positiva e que é boa para as crianças.

----- Há também investimentos que tem sido feitos e que estão em curso, e talvez não sei se será necessário explicar, de certa forma, mas nós consideramos o projeto “ Domus Universitária” como um projeto exemplar, até a nível nacional, de facto pegar em edifícios na Zona Histórica de uma cidade, realmente as zonas históricas em todo o País e em todo o mundo tem esse problema de alguma saída da população, há o abandono da população, porque as pessoas normalmente com maior capacidade de compra procuram zonas provavelmente às vezes com mais espaço.

----- E a Domus Universitária é um bom exemplo, vai ser, seguramente, a forma de nós conseguirmos levar jovens para uma zona mais desabitada, temos consciência que isso vai acontecer e será provavelmente um pontapé de saída para podermos fazer projetos dessa natureza e conseguirmos, assim, levar mais gente, gente jovem, gente mais dinâmica, e atrás dessa gente também outras iniciativas de carácter empresarial que possam surgir nesse território, temos essa consciência, portanto não há aqui falta de estratégia.....

----- Por outro lado também por parte do Município tem havido um equilíbrio naquilo que tem sido feito, temos dado resposta a muita necessidade, há muita obra estruturante que foi feita no nosso Concelho e que estão feitas na cidade, não é necessário repeti-las nos próximos cinquenta anos, ainda bem que assim acontece, que estão realizadas em tempos que assim puderam ser feitas, e fizemos isso tudo e continuamos a fazer com uma situação muito real, que é o equilíbrio completo das finanças do Município. Não estaríamos nós na situação dos Municípios elegíveis para decorrer ao financiamento dos mil milhões de euros que o governo criou, porque não temos dívidas em atraso a 31 de março, ou seja, não somos elegíveis para ir a buscar dinheiro a esse nível porque felizmente não precisamos, porque felizmente temos feito uma boa gestão dos recursos do Município.

----- Também há ações que realizamos, que são, muitas vezes, discutíveis, o próprio benefício, e muitas vezes as pessoas questionam com ou sem legitimidade, mas estamos em crer que os resultados no futuro serão positivos.

----- Quando nos referimos à parceria existente com a faculdade de letras da Universidade de Lisboa, fazemos com intenção que Bragança ganhe com isso, provavelmente estaremos cá para ver e avaliar futuramente se os resultados não serão positivos a esse nível. Com a criação do Observatório da Interioridade que é o resultado, no fundo, do que foi feito até agora, eu penso que será o único pólo que a faculdade tem em todo o território do País, ligado ao interior, em Bragança. Nós temos esperança que temos resultados positivos com isso, muitas vezes não são visíveis a este nível, mas serão seguramente mais tarde.

----- Deixar também, só para terminar, uma referência, de facto, a nível daquilo que são as obras e o conjunto que está em curso. Como tiveram oportunidade de ver, nós temos uma equipe de fiscais municipais, temos fiscais municipais na área do Urbanismo, para intervenções urbanísticas, temos fiscais de obras que também são fiscais municipais que acompanham diariamente, dentro do seu programa, as obras que são executadas, quer sejam de saneamento, quer sejam de estradas, quer sejam de vias, aquelas que são feitas e que estão empreitadas, digamos, há conjunto de engenheiros e técnicos que acompanham e procuram fazer e as determinações que têm é que o façam da melhor maneira e também os próprios dirigentes se deslocam às obras e alguma coisa que, por vezes, não acontece tão bem, é objeto de repreensão, por parte dos dirigentes, aos próprios fiscais, para que estejam sempre mais atentos. Essa é a nossa preocupação e a preocupação tem sido vista também na própria execução, quer no cumprimento dos prazos das obras, quer naquele cumprimento que não há trabalhos a mais, quer no cumprimento muito rigoroso naquilo que é a execução, e naquilo que está contratado, isso temo-lo feito e daí os resultados. E vejam também, e façam uma avaliação retrospectiva, e vejam que trabalhos a mais houve nas obras que fizemos e que houve, ou não, cumprimento dos prazos também. Felizmente também temos tido bons empreiteiros, que têm cumprido, e nunca tivemos um problema de maior, a não ser um caso, todas as obras têm chegado ao fim e têm sido realizado com muita qualidade o que muito, nos satisfaz e, seguramente, também aos munícipes do nosso Concelho

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Fernandes.

----- **Luís Fernandes** – E, rapidamente, porque estamos para ir almoçar, houve uma questão fundamental que eu pus na questão que levantei, que o Sr. Vice-Presidente não abordou, que é o seguinte: Tendo a Zona Industrial duas zonas de expansão, uma para sul, afastando-a do centro da cidade, outra para norte, aproximando-a do centro da cidade, com todos os impactos que vai ter sobranceira à cidade, o porquê a Câmara optar pela parte norte, nesta fase, e não ter optado primeiro por preencher a parte sul e depois vir à parte norte, essa é a questão fundamental.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Terminamos aqui o período da manhã, desejo a todos um bom almoço, às duas e meia da tarde iniciaremos os trabalhos.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

Presidente da Mesa – Vamos, ainda no Período da Ordem do Dia, para o

PONTO 4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 – QREN-EG – CANDIDATURAS A EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ) CONTRATO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – Contrato de Financiamento Reembolsável;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de maio do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“QREN-EQ - CANDIDATURAS A EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ) CONTRATADO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – Contrato de Financiamento Reembolsável – MINUTA

Pelo Sr. Presidente foi presente, para aprovação, a seguinte informação, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro:

O Município tem aprovadas diversas operações que, para a sua célere concretização, necessita de financiar a contrapartida nacional, nomeadamente:

1. NORTE-03-0354-FEDER000052 - Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Bragança;
2. NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável;
3. NORTE-04-0241-FEDER000924 - Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d’ Água;
4. NORTE-04-0241-FEDER000926 - Melhoria da eficiência energética em habitações do Bairro Social da Mãe d’ Água.

As candidaturas das operações foram submetidas na plataforma QREN-EQ (IFDR, IP) no dia 22 de junho de 2011. Disso foi dado conta na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de junho de 2011, tendo sido deliberado favoravelmente a sua submissão, conforme certidão em anexo.

Os valores de financiamento candidatado, por cada operação, no âmbito do empréstimo-quadro resultam das condições expressas no n.º 7 do Despacho n.º 6572/2011 dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Essa mesma informação consta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012, conforme folhas 27, 28 e 29 do documento aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Bragança, realizada em 28 de novembro de 2011 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança realizada em 16 de dezembro de 2011.

Na sua comunicação de 02 de abril do corrente ano, a Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN-EQ informa que, após o período de apresentação das propostas e de pedidos de financiamento, foi efetuada a sua análise e formulada pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP) uma proposta de decisão a adotar pela CCS. A Comissão de Coordenação e Supervisão aprovou a proposta apresentada pelo IFDR, IP, conforme se indica a seguir:

Código Universal QREN	Designação Operação	Beneficiário Designação	Custo Total Aprovado	Fundo	Financiamento	Financiamento QREN-EQ Aprovado	Decisão
NORTE-04-0241-FEDER000924	Construção da Circular Interior - Troço Água	Município de Bragança	990.437,88€	733.193,32€	249.849,94€	158.200,77€	Financiamento aprovado nos termos do Despacho n.º 6572/2011
NORTE-03-0354-FEDER000052	Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa	Município de Bragança	1.491.767,00€	1.138.377,60€	204.212,70€	204.212,70€	Financiamento aprovado nos termos do Despacho n.º 6572/2011
NORTE-04-0140-FEDER000021	EcoPolis – Centro de Referência em Construção Sustentável	Município de Bragança	6.500.000,00€	2.800.000,00€	3.050.000,00€	2.371.638,31€	Financiamento aprovado nos termos do Despacho n.º 6572/2011

O total do financiamento QREN-EQ aprovado é de 2.734.051,78€ e reporta-se às operações: NORTE-04-0241-FEDER000924 - Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d' Água, no valor de 158.200,77€; NORTE-03-0354-FEDER000052 - Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Bragança, no valor de 204.212,70€ e NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável, no valor de 2.371.638,31€.

Ainda e nos termos do n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, conjugado com a

iniciativa 5 – utilização do conceito de investimento total na aferição do excecionamento dos limites de endividamento dos projetos cofinanciados - do segundo Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN 2007-2013, foi solicitado (cf. ofício n.º 5669 de 22.06.2011), ao Ministro de Estado e das Finanças, o excecionamento do limite legal para a contração dos empréstimos-quadro atrás referidos.

No seguimento do pedido formulado, o Sr. Secretário de Estado do Orçamento vem informar em 06.03.2012 que o mesmo perdeu atualidade face à aprovação de um novo quadro normativo aplicável operado pelo Orçamento do Estado para 2012 – Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo que indefere o pedido de excecionamento.

Na sua comunicação de 4 de maio de 2012 o IFDR, IP e na sequência da aprovação pela Comissão de Coordenação e Supervisão do pedido de financiamento reembolsável para financiamento parcial da contrapartida nacional da operação QREN identificada com o código NORTE-10-0240-FEDER000021 e a designação EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável, de que este Município é beneficiário junto do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), remete-nos a correspondente minuta de contrato de financiamento reembolsável e respetivos anexos – Anexo 1 Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável e Anexo 2 Simulação do Plano de Utilização e Reembolso e Documento de Garantia, tendo em vista permitir que sejam desencadeados os trâmites necessários à assinatura do mesmo, nomeadamente a aprovação por parte da Assembleia Municipal da contração do financiamento e nos termos em que constam da minuta do contrato de financiamento reembolsável.

Considerando que na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 28 de junho de 2011, foi deliberado, que, “se aprovadas as candidaturas, conhecidos os montantes e condições definidas pela CCS (Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN-EQ) e antes de assinado o contrato, o processo será novamente agendado para a Reunião de Câmara com vista a sua aprovação e envio para a Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos previstos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de janeiro.”

Em face do que antecede e dando cumprimento à deliberação tomada em reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no pretérito dia 28 de junho de 2011, solicita-se à Câmara Municipal que aprove e que delibere no sentido de remeter, para aprovação, da digníssima Assembleia Municipal, a contração do financiamento QREN-EQ no montante global de 2.734.051,78€ relativo às operações NORTE-04-0241-FEDER000924 - Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d’ Água, no valor de

158.200,77€; NORTE-03-0354-FEDER000052 - Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Bragança, no valor de 204.212,70€ e NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável, no valor de 2.371.638,31€; bem como a minuta do contrato abaixo transcrita da operação NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL

MINUTA

Entre,

PRIMEIRO OUTORGANTE, o Estado, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. (IFDR), representado pelo Presidente do Conselho Diretivo, José dos Santos Soeiro, cargo para o qual foi nomeado por Despacho n.º 15701/2010, de 12 de outubro, do Primeiro-ministro e dos Ministros de Estado e da Finanças e da Economia e da Inovação, publicado no DR. n.º 203, de 19/10/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, a seguir também designado por Mutuante.

E

SEGUNDO OUTORGANTE, Município de Bragança, NIPC n.º 506215547, com sede em Forte de S. João de Deus, em Bragança, _____(Outros dados eventualmente relevantes)_____, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Nunes, _____, com domicílio profissional no Forte de S. João de Deus, em Bragança, portador/a do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º _____, válido até __/__/__, emitido em __/__/__ pelo _____, que outorga na qualidade de representante legal/procurador, a seguir também designado por Mutuário.

Considerando que:

A República Portuguesa celebrou, em 19 de novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro, adiante designado por QREN-EQ, com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão;

O Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, no seu artigo 30.º, atribuiu ao IFDR a concessão, em nome do Estado, de financiamentos no âmbito do QREN-EQ;

O Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril (publicado no DR, 2.ª Série, n.º 80, de 26 de abril), dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, que estabelece as condições de acesso e de utilização de financiamento no âmbito do QREN-EQ contratado entre a

República Portuguesa e o BEI, abriu uma fase de candidatura a financiamento, à qual o Segundo Outorgante se candidatou para financiamento parcial da contrapartida nacional da operação QREN de que é beneficiário;

O pedido de financiamento reembolsável apresentado pelo Segundo Outorgante, foi aprovado, de forma condicionada, pela Comissão de Coordenação e Supervisão carecendo ainda de aprovação expressa por parte do BEI;

A não aprovação pelo BEI da afetação de fundos do QREN-EQ contratado com a República Portuguesa ao financiamento da contrapartida nacional da operação QREN, dará lugar à exigibilidade antecipada total do financiamento reembolsável concedido através do presente contrato, por iniciativa do Primeiro Outorgante;

A contração do financiamento reembolsável objeto do presente contrato foi aprovada por deliberação/despacho n.º _____ (indicar o despacho/deliberação do órgão/entidade do mutuário competente a autorizar a contração do financiamento reembolsável) _____, de __/__/____,

Na sequência da aprovação pela Comissão Europeia, em dezembro de 2011, da reprogramação dos Programas Operacionais, resultaram alterações à respetiva estrutura de Eixos Prioritários e Domínios de Intervenção que conduziram à modificação do número de identificação da operação QREN (designado também como “código QREN”) vigente na fase de candidatura a financiamento no âmbito do QREN-EQ NORTE-04-0140-FEDER000021 importando refletir esta alteração no contrato de financiamento reembolsável;

Se encontram reunidos os requisitos necessários para a outorga do presente contrato;

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 e no n.º 12, ambos do Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril, é de comum acordo e de boa fé celebrado o presente contrato de financiamento reembolsável, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1- O presente contrato tem por objeto a concessão pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de Mutuante, de um financiamento reembolsável ao Segundo Outorgante, na qualidade de Mutuário, para financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação QREN NORTE-10-0240-FEDER000021 de que este é beneficiário no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)

2- O presente financiamento reembolsável obedece aos termos e condições previstos no Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril.

Cláusula 2.ª

Definições

Para efeito do presente contrato as expressões identificadas têm o seguinte significado:

a) QREN-EQ – Empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento em 19 de novembro de 2010;

b) Monitorização Operacional e Financeira (MOF) - Processo de recolha mensal de informação relativa a operações financiadas pelos Programas Operacionais FEDER/Fundo de Coesão, de acordo com o qual a Autoridade de Gestão integra no Sistema de Informação FEDER/Fundo de Coesão, os dados reportados ao último dia do mês anterior, e através do qual no dia 15 de cada mês é possível apurar a realização financeira acumulada de cada operação QREN à data de reporte;

c) Aferição da realização financeira da operação QREN – Procedimento de verificação do índice de realização financeira da operação QREN por consulta ao resultado do processo de MOF reportado pela Autoridade de Gestão através do Sistema de Informação FEDER/Fundo de Coesão, que tem lugar mensalmente nos 10 dias úteis subsequentes à conclusão desse processo;

d) Período de utilização – período de disponibilização do financiamento reembolsável ao Mutuário, através do desembolso inicial e de desembolsos intercalares;

e) Período de carência – período durante o qual se vencem juros sobre o montante do financiamento reembolsável utilizado não sendo efetuada a amortização do capital.

Cláusula 3.ª

Finalidade

O financiamento reembolsável concedido pelo Mutuante ao Mutuário tem por finalidade financiar, parcialmente, a contrapartida nacional da operação QREN NORTE-10-0240-FEDER000021 de que o Segundo Outorgante é beneficiário.

Cláusula 4.ª

Valor

1- O financiamento reembolsável é concedido pelo Mutuante ao Mutuário por um valor de até 2.371.638,31 € (dois milhões trezentos e setenta e um mil seiscentos e trinta e oito euros e trinta e um cêntimos).

2- O valor do financiamento reembolsável é ajustado por forma e na medida do necessário a assegurar que:

- a) Não exceda 50% do custo total da operação QREN;
- b) Em conjunto com o cofinanciamento FEDER ou Fundo de Coesão, não exceda 90% do custo total da operação QREN;
- c) Não exceda o valor do custo total previsto na decisão de aprovação do cofinanciamento FEDER ou Fundo de Coesão da operação QREN, deduzido do valor do cofinanciamento e das componentes não elegíveis a financiamento pelo BEI no âmbito do QREN-EQ.

2- O valor do financiamento reembolsável pode ser ajustado em qualquer momento da vigência do financiamento, inclusive durante o período de utilização.

3- O financiamento reembolsável observa as condições previstas na Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável e Simulação do Plano de Utilização e Reembolso, que constituem respetivamente, os anexos 1 e 2 ao presente contrato e que dele fazem parte integrante.

Cláusula 5.ª

Prazo

O financiamento reembolsável tem o prazo de 14 anos a contar da data da primeira utilização do mesmo.

Cláusula 6.ª

Utilização

1- O financiamento reembolsável é disponibilizado ao Mutuário através de desembolsos parcelares, classificados em:

- a) Desembolso inicial,
- b) Desembolso intercalar.

2- O desembolso inicial equivale ao produto entre: i) o valor global do financiamento reembolsável; e ii) o índice de realização financeira da operação QREN.

3- O índice de realização financeira da operação QREN resulta do quociente entre: i) a realização financeira acumulada da operação QREN, apurada na MOF à data do último reporte disponível; e ii) o valor do custo total considerado na decisão de aprovação da operação QREN.

4- Para efeito do cálculo do valor do desembolso inicial previsto no contrato releva o apuramento da MOF com referência ao mês de outubro de 2011.

5- Os desembolsos intercalares equivalem, no seu conjunto, ao valor do financiamento reembolsável deduzido do valor do desembolso inicial.

6- O número de desembolsos intercalares é calculado em função do índice de realização financeira da operação QREN, apurado para efeito de cálculo do desembolso inicial, nos seguintes termos:

a) Um desembolso intercalar único, quando o índice de realização financeira da operação QREN é igual ou superior a 0,6;

b) Dois desembolsos intercalares de igual valor, quando o índice de realização financeira da operação QREN é igual ou superior a 0,3 e inferior a 0,6;

c) Três desembolsos intercalares de igual valor, quando o índice de realização financeira é inferior a 0,3.

7- O valor de cada desembolso intercalar equivale ao quociente entre: i) o valor do financiamento reembolsável deduzido do valor do desembolso inicial; e ii) o número de desembolsos intercalares resultantes da aplicação da metodologia identificada no número anterior.

8- No momento da efetivação de cada desembolso proceder-se-á ao recálculo do seu valor, com referência à MOF mais atual, mantendo-se neste recálculo inalteradas as demais condições do financiamento.

Cláusula 7.ª

Condições de utilização

1- A primeira utilização do financiamento reembolsável tem lugar no prazo de 5 dias úteis após início da produção de efeitos do presente contrato nos termos da cláusula 19.ª e inclui o desembolso inicial acrescido do primeiro desembolso intercalar.

2- Os desembolsos intercalares subsequentes têm lugar no prazo de 10 dias úteis após a conclusão processo de recolha mensal de informação da MOF, quando a operação QREN registre um índice de realização financeira igual ou superior a:

a) 0,6 e o empréstimo reembolsável se encontre fracionado em dois ou três desembolsos intercalares;

b) 0,3 e o empréstimo reembolsável se encontre fracionado em 3 desembolsos intercalares.

3- No caso do financiamento reembolsável se encontrar fracionado em três desembolsos intercalares, o segundo e terceiro desembolso intercalar podem ter lugar, em simultâneo, quando após a primeira utilização o índice de realização financeira da operação QREN atinja um valor igual ou superior a 0,6.

4- O período de utilização do financiamento reembolsável não pode ser superior ao período de carência de amortização de capital.

5- A realização dos desembolsos parcelares depende ainda da verificação das seguintes condições:

- a) Regularidade da situação fiscal e contributiva do Mutuário;
- b) Inexistência de suspensão de pagamentos no âmbito da operação QREN cuja contrapartida nacional é financiada através do presente contrato;
- c) Inexistência de dívidas do Mutuário no âmbito da operação QREN cuja contrapartida nacional é financiada através do presente contrato;
- d) Inexistência de incumprimento de pagamento de juros no âmbito do presente contrato;
- e) Atualização do montante da garantia bancária/seguro caução/conta caucionada pelo montante

total do financiamento reembolsável que resultará do desembolso a realizar, nos casos em que o Mutuário tenha prestado essa modalidade de garantia.

6- Os desembolsos parcelares são efetuados por transferência para a conta do Mutuário com o NIB

0000 0000 0000 0000 0.

Cláusula 8.ª

Taxa de juro

1- A taxa de juro contratual é de 3,901% (três virgula novecentos e um por cento), ao ano e corresponde à taxa suportada pela República Portuguesa no âmbito do QREN-EQ celebrado com o BEI, acrescida de uma margem de 20 pontos base.

2- Em caso de alteração da taxa de juro suportada pela República Portuguesa no âmbito do QREN-EQ, a mesma repercute-se na taxa de juro contratual do período de contagem de juros que se inicie após essa alteração, devendo para tanto ser notificada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante.

Cláusula 9.ª

Reembolso

1- O financiamento reembolsável tem um período de carência de amortização de capital de 2 semestres.

2- Caso a utilização do financiamento reembolsável venha a ultrapassar o período de carência este será ajustado em conformidade, até ao limite máximo de 6 semestres.

3- Durante o período de carência são devidos juros que incidem sobre o montante do financiamento reembolsável em cada momento utilizado.

4- Os juros são calculados dia a dia e pagos semestral e postecipadamente, vencendo-se no primeiro dia útil após o final do semestre, aferido em função da data da primeira utilização do financiamento reembolsável.

5- O reembolso do capital inicia-se no semestre subsequente ao fim do período de carência do financiamento reembolsável.

6- O reembolso do capital e juros é efetuado em 26 prestações semestrais, iguais e sucessivas, e tem lugar no primeiro dia útil após o final de cada semestre, determinado nos termos previstos no n.º 5.

7- No prazo de 5 dias úteis após a data da primeira utilização do financiamento reembolsável, o Mutuante notifica o Mutuário do plano de reembolso do financiamento, relevando esta notificação para os efeitos previstos no n.º 3 da presente Cláusula.

8- O Mutuante notifica o Mutuário da atualização do plano de reembolso 5 dias úteis após a realização de cada desembolso intercalar.

Cláusula 10.ª

Modo de reembolso

O pagamento do capital e juros a realizar pelo mutuário, nos termos do presente contrato, deve ser efetuado por transferência para a conta do Mutuante com o NIB 0781 0112 0112 0014 3904 1.

Cláusula 11.ª

Mora

Em caso de atraso no pagamento de qualquer prestação de juros ou de capital e juros há lugar a um agravamento da taxa de juro contratual de 2% (dois por cento) ao ano que incide sobre o montante em dívida até à data do efetivo pagamento, sem prejuízo do acionamento de outras garantias.

Cláusula 12.ª

Garantias

Para garantir ao Mutuante o integral e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato o Mutuário constitui a favor do Mutuante uma garantia, conforme documento de garantia em anexo 3 ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula 13.ª

Vencimento antecipado

1- Há lugar a vencimento antecipado total do financiamento reembolsável por iniciativa do Mutuante no caso de:

- a) O BEI não aprovar a operação para financiamento com fundos do QREN-EQ;
- b) A operação deixar de ser cofinanciada por FEDER ou por Fundo de Coesão;

c) A operação QREN registar uma redução da contrapartida nacional necessária à sua execução, designadamente em resultado do aumento da taxa de cofinanciamento FEDER ou Fundo de Coesão aplicada, que determine que o valor da contrapartida nacional, deduzido do valor das componentes não elegíveis a financiamento pelo BEI no âmbito do EQ, caso estas existam, seja nulo;

d) Incumprimento pelo Mutuário da obrigação de pagamento de juros ou de capital e juros nas datas contratualmente definidas.

2- Há lugar a vencimento antecipado parcial do financiamento reembolsável por iniciativa do Primeiro Outorgante sempre que houver lugar ao ajustamento do valor do financiamento reembolsável por forma e na medida do necessário a assegurar que:

a) Não exceda 50% do custo total da operação QREN;

b) Em conjunto com o cofinanciamento FEDER ou Fundo de Coesão, não exceda 90% do custo total da operação QREN;

c) Não exceda o valor do custo total previsto na decisão de aprovação do cofinanciamento FEDER ou Fundo de Coesão da operação QREN, deduzido do valor do cofinanciamento e das componentes não elegíveis a financiamento pelo BEI no âmbito do QREN-EQ.

3- Pode ainda haver lugar a vencimento antecipado, total ou parcial, do financiamento reembolsável em caso de incumprimento, por parte do Mutuário, das obrigações estabelecidas na Cláusula 15.^a.

4- Caso se verifique alguma das situações previstas nos números anteriores, o Mutuante notifica o Mutuário para efeito de pagamento do montante do capital e juros que se mostrem devidos no prazo de 30 dias corridos, sem que para tal seja necessário qualquer procedimento ou formalidade judicial.

Cláusula 14.^a

Reembolso antecipado

1- O Mutuário pode efetuar o reembolso antecipado, parcial ou total, do financiamento concedido.

2- O reembolso antecipado por iniciativa do Mutuário pode ser efetuado nas datas de pagamento de capital e juros, devendo este informar o Mutuante dessa intenção com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.

Cláusula 15.^a

Obrigações do Mutuário

Na execução do presente contrato o Mutuário obriga-se a:

a) Cumprir integral e pontualmente as obrigações de pagamento de capital e juros;

b) Realizar a operação QREN nos prazos que constam da decisão de cofinanciamento de FEDER ou Fundo de Coesão;

c) Reportar à Autoridade de Gestão a totalidade da despesa incorrida no âmbito da operação QREN, incluindo a componente de despesa de natureza não elegível para efeito de financiamento por FEDER ou Fundo de Coesão, caso a mesma exista;

d) Comunicar ao Mutuante qualquer facto suscetível de dar lugar à exigibilidade antecipada, total ou parcial, do financiamento reembolsável objeto do presente contrato, no prazo de 5 dias úteis após tomar conhecimento do mesmo;

e) Prestar toda a informação solicitada pelo Mutuante e pela Comissão de Coordenação e Supervisão prevista no n.º 13 do Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril, no âmbito do acompanhamento da execução do presente contrato;

f) Cumprir as obrigações que assumiu com a aprovação da operação para cofinanciamento pelo FEDER ou pelo Fundo e Coesão;

g) Disponibilizar ao público os sumários não técnicos dos estudos de impacto ambiental caso a operação se encontre sujeita a processo de avaliação de impacto ambiental ou a avaliação de biodiversidade;

h) Manter em arquivo e permanentemente atualizados todos os documentos relacionados com a operação QREN, nomeadamente estudos ambientais realizados no âmbito da avaliação de impacto ambiental, os sumários não técnicos dos estudos de impacto ambiental e estudos em matéria de natureza e biodiversidade que atestem o cumprimento das diretivas europeias relativas a habitats e pássaros, bem como disponibilizá-los ao BEI e às autoridades nacionais sempre que estas o solicitem;

i) Dispor de seguros relativos as atividades a realizar no âmbito da operação e aos ativos que a constituem ou que lhe estão afetos segundo as modalidades e os procedimentos usuais no setor em que se inserem as atividades de natureza idêntica à operação.

Cláusula 16.ª

Responsabilidade por despesas

Ficam a cargo do Mutuário todas as despesas relacionadas com a celebração e execução do presente contrato, designadamente as resultantes da constituição e cancelamento de garantias por este prestadas.

Cláusula 17.ª

Alterações ao contrato

1- Qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos Outorgantes.

2- Constitui exceção ao disposto no número anterior as alterações do valor constante da cláusula 4.ª, da Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável e da Simulação do Plano de Utilização e Reembolso, que constituem, respetivamente, os anexos 1 e 2 ao presente contrato e que dele fazem parte integrante, que se venham a revelar necessárias ao longo da vigência do contrato, sendo as mesmas formalizadas pelo Mutuante ao Mutuário, através de carta registada com aviso de receção.

3- Após o último desembolso, será celebrada adenda ao presente contrato, a qual refere as modificações ocorridas nos termos do número anterior, sendo ajustados os valores inicialmente contratados aos valores dos desembolsos efetivamente concretizados.

Cláusula 18.ª

Comunicações

1- Todas as comunicações e notificações a realizar entre as partes, nos termos do presente contrato de financiamento reembolsável, devem, sob pena de nulidade, ser efetuadas para os seguintes endereços:

- Primeiro Outorgante/Mutuante:

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR)

Rua de São Julião, 63

1149-030 Lisboa

Tel.: 218 814 000

Fax: 218 881 111

Email: qreneq.ngf@ifdr.pt

- Segundo Outorgante/Mutuário:

Município de Bragança

Forte S. João de Deus

5300-263 Bragança

Tel.: 273 304 200

Fax: 273 304 299

Email: presidente@cm-braganca.pt

2- As notificações entre os Outorgantes são preferencialmente efetuadas através dos endereços de email identificados no número anterior.

3- Qualquer alteração dos endereços identificados no n.º 1 só será válida após comunicação, por escrito, à outra parte.

Cláusula 19.ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura por todos os Outorgantes ou da comunicação ao Mutuante da obtenção do visto do Tribunal de Contas, quando aplicável, e cessará quando se verificar, por parte do Mutuário, a amortização integral do capital e o pagamento dos juros resultantes do financiamento reembolsável concedido ao Mutuário.

ANEXOS:

- 1) Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável;
- 2) Simulação do Plano de Utilização e Reembolso;
- 3) Documento(s) de Garantia.

Após análise e discussão, foi deliberado, com três votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso, aprovar, a contração do financiamento QREN-EQ no montante global de 2.734.051,78€ relativo às operações NORTE-04-0241-FEDER000924 - Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d' Água, no valor de 158.200,77€; NORTE-03-0354-FEDER000052 - Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Bragança, no valor de 204.212,70€ e NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável, no valor de 2.371.638,31€, bem como a respetiva minuta do contrato da operação NORTE-04-0140-FEDER000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter para aprovação da Assembleia Municipal, a contração do referido financiamento e da respetiva minuta do contrato, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 18 de maio de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

- II - Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável;**
- III - Simulação do Plano de Utilização e Reembolso;**
- IV - Documento de Garantia – Retenção de Transferência do Orçamento de Estado”**
- V - Endividamento Municipal para 2012”**

QREN
Empréstimo-Quadro



[Handwritten signature]

Ficha Técnica do Financiamento Reembolsável

Código da Operação: NORTE-10-0240-FEDER-000021
Designação da Operação: EcoPolis Centro de Referência em Construção Sustentável
Mutuário: Município de Bragança
NIF do Mutuário: 506215547

Referências da Operação QREN:

Custo Total	6.500.000,00€
Comparticipação Fundo	2.800.000,00€
Contrapartida Nacional	3.700.000,00€
Componentes do Investimento não elegíveis a financiamento BEI no âmbito do QREN EQ	0,00€

Financiamento Reembolsável:

Montante financiamento aprovado	€	2.371.638,31
Montante do desembolso inicial (Dinic)	€	0,00
Montante de cada desembolso intercalar (Dint)	€	790.546,10
Número de desembolsos intercalares previsto	N.º	3
Prazo do financiamento reembolsável	Anos	14
Período de carência de amortização de capital	Semestres	2
Taxa de juro contratual ¹	%	3,901
Sobretaxa de juro de mora	%	3,901+2,000
Reembolsos	-	Prestações semestrais constantes de capital e juros

¹ Taxa de juro contratual à data da celebração do contrato de financiamento reembolsável.

III

QREN
Empréstimo-Quadro



Handwritten signature

Simulação do Plano de Utilização e Reembolso

Código da Operação: NORTE-10-0240-FEDER-000021
Designação da Operação: EcoPolis Centro de Referência em Construção Sustentável
Mutuário: Município de Bragança
NIF do Mutuário: 506215547

Montante Financiamento Aprovado: 2.371.638,31 € **Prazo:** 14 anos
Desembolso Inicial: 0,00 € **Nº de Desembolsos intercalares:** 3
Desembolso Intercalar: 790.546,10 € **1º Desembolso:** 790.546,10 €

	Capital em Dívida	Amortização Capital	Taxa Juro contratual	Juros contratuais	Prestação Total
0	790.546,10 €	0,00 €	3,901%	0,00 €	0,00 €
1	1.581.092,20 €	0,00 €	3,901%	15.419,60 €	15.419,60 €
2	2.371.638,31 €	0,00 €	3,901%	30.839,20 €	30.839,20 €
3	2.300.559,68 €	71.078,63 €	3,901%	45.816,26 €	116.894,89 €
4	2.228.107,92 €	72.451,76 €	3,901%	44.443,13 €	116.894,89 €
5	2.154.256,51 €	73.851,41 €	3,901%	43.043,48 €	116.894,89 €
6	2.078.978,41 €	75.278,10 €	3,901%	41.616,79 €	116.894,89 €
7	2.002.246,06 €	76.732,35 €	3,901%	40.162,54 €	116.894,89 €
8	1.924.031,36 €	78.214,70 €	3,901%	38.680,19 €	116.894,89 €
9	1.844.305,68 €	79.725,68 €	3,901%	37.169,21 €	116.894,89 €
10	1.763.039,82 €	81.265,86 €	3,901%	35.629,03 €	116.894,89 €
11	1.680.204,04 €	82.835,78 €	3,901%	34.059,11 €	116.894,89 €
12	1.595.768,00 €	84.436,04 €	3,901%	32.458,85 €	116.894,89 €
13	1.509.700,79 €	86.067,21 €	3,901%	30.827,68 €	116.894,89 €
14	1.421.970,90 €	87.729,89 €	3,901%	29.165,00 €	116.894,89 €
15	1.332.546,21 €	89.424,69 €	3,901%	27.470,20 €	116.894,89 €
16	1.241.393,98 €	91.152,23 €	3,901%	25.742,66 €	116.894,89 €
17	1.148.480,84 €	92.913,14 €	3,901%	23.981,75 €	116.894,89 €
18	1.053.772,76 €	94.708,08 €	3,901%	22.186,81 €	116.894,89 €
19	957.235,07 €	96.537,69 €	3,901%	20.357,20 €	116.894,89 €
20	858.832,43 €	98.402,64 €	3,901%	18.492,25 €	116.894,89 €
21	758.528,81 €	100.303,62 €	3,901%	16.591,27 €	116.894,89 €
22	656.287,48 €	102.241,33 €	3,901%	14.653,56 €	116.894,89 €
23	552.071,01 €	104.216,47 €	3,901%	12.678,42 €	116.894,89 €
24	445.841,25 €	106.229,76 €	3,901%	10.665,13 €	116.894,89 €
25	337.559,30 €	108.281,95 €	3,901%	8.612,94 €	116.894,89 €
26	227.185,52 €	110.373,78 €	3,901%	6.521,11 €	116.894,89 €
27	114.679,49 €	112.506,03 €	3,901%	4.388,86 €	116.894,89 €

28	0,00 €	114.679,49 €	3,901%	2.215,42 €	116.894,91 €
	Total	2.371.638,31 €		713.887,65 €	3.085.525,96 €

Handwritten signature

Para efeitos de Simulação do Plano de Utilização e Reembolso foi considerado um intervalo de 6 meses entre desembolsos.

IV



Handwritten signature

Anexo 3

Documento de Garantia

Retenção de Transferência do Orçamento do Estado

Em caso de incumprimento por parte do Município de Bragança na qualidade de Mutuário da obrigação de pagamento de capital e juros do financiamento reembolsável contraído para financiamento parcial da contrapartida nacional da operação QREN NORTE-10-0240-FEDER-000021, de que é beneficiário no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), este reconhece ao Mutuante, através do IFDR ou da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o direito de solicitar à entidade responsável pelas transferências do Orçamento do Estado para o Mutuário – Direcção-Geral das Autarquias Locais – a redução das transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para o Mutuário, devendo o montante retido por este efeito ser afeto ao reembolso do montante em dívida.

Os outorgantes reconhecem que o presente documento constitui anexo ao Contrato de Financiamento Reembolsável, entre ambos celebrado, e dele faz parte integrante.

Pelo Primeiro Outorgante/Mutuante	Pelo Segundo Outorgante/Mutuário
Data:	Data:
José Santos Soeiro Presidente do Conselho Diretivo do IFDR	(indicar nome do/a signatário/a) (indicar cargo)

V



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

afusl

Endividamento Municipal para 2012
(informação reportada a 31.03.2012)

SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
Designação	Montante	Observações
(1) Capital em dívida de médio e longo prazos	7.903.613,02 €	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos
(2) Endividamento líquido	4.157.853,95 €	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745 e 2749.
(3) Contribuição do setor empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.179.364,28 €	Total das contribuições do setor empresarial que integram o artigo 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.
(4) Contribuição do setor empresarial local para o endividamento líquido	1.168.288,48 €	Total das contribuições do setor empresarial que integram o artigo 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.
(5) Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.165.637,22 €	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art. 61.º da LFL e do n.º 5 do art. 66.º do OE para 2012.
(6) Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	6.917.340,08 €	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (1) + (3) - (5).
(7) Endividamento líquido a considerar	3.160.505,21 €	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (7) = (2) + (4) - (5).

LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2011 - cfr. COMUNICAÇÃO DA DGAL datada de 02.06.2011	
Designação	Montante
Endividamento médio e longo prazos	7.368.516,00 €
Valor do rateio	2.734.052,00 €
Endividamento médio e longo prazos acrescido do rateio	10.102.568,00 €
Endividamento líquido	4.196.119,00 €

Bragança e Paços do Município, 09 de Maio de 2012

A Chefe da Divisão Financeira

Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para os esclarecimentos que entender necessários.....

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos. Vou proceder à apresentação do tema relacionado com o empréstimo QREN, através do IFDR, fazendo o necessário enquadramento.

----- A vinte e oito de junho de dois mil e onze, a Câmara Municipal candidatou quatro projetos, apoiados no âmbito do QREN, à obtenção/financiamento de parte da contrapartida nacional no âmbito, aviso aberto por despacho dos Ministros das Finanças e da Administração Pública, da Economia, Inovação e Desenvolvimento, e de acordo com o empréstimo quadro negociado entre o Governo Português e o Banco Europeu de Investimentos.

----- Esta iniciativa de financiamento consta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, aprovadas pela Assembleia Municipal, a dezasseis de dezembro de dois mil e onze. A dois de abril de dois mil e doze foi comunicado à Câmara Municipal que o IFDR (Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional) tinha submetido para apreciação da Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN, com parecer positivo, três candidaturas apresentadas pelo município, que mereceram a sua aprovação, no valor de dois milhões setecentos e trinta e quatro mil e cinquenta e um euros e setenta e oito cêntimos, envolvendo os seguintes projetos: Circular Interior; Ciclo Urbano da Água e EcoPolis.

----- A taxa prevista, de juro contratual, é de 3,901%, sendo o empréstimo amortizado em catorze anos. --

----- A quatro de maio de dois mil e doze o IFDR enviou à Câmara Municipal, para aprovação, minuta do contrato de financiamento do Projeto EcoPolis, em que é Primeiro Outorgante, o Estado Português, através do IFDR, e o Município o Segundo Outorgante.....

----- A Câmara Municipal solicita à AM a aprovação da contratação do financiamento QREN-EQ, aprovado pela Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN, assim como solicita a aprovação da minuta do contrato da operação EcoPolis, operação NORTE-04-0140-FEDER000021, lembrando que, de acordo com definido no n.º 8 do art.º 38.º da Lei das Finanças Locais, n.º 2/2007, de 15 de janeiro, a aprovação deve ocorrer por maioria absoluta dos membros da AM, em efetividade de funções, ou seja, cinquenta e um votos, visto a amortização de empréstimo ocorrer ao longo de mais do que um mandato. É esta a descrição de enquadramento da proposta.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o período para pedidos de esclarecimento. Registámos já um pedido de Luis Pires, do Partido Socialista. Tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **Luis Pires** – Muito boa tarde a todos.

----- Sr. Presidente, duas dúvidas, uma é muito simples e parece-me apenas a nível de documento. Ainda agora o Sr. Presidente falou em três projetos, na primeira página, quando fazem a elencação dos projetos, são quatro, a tabela que vem na página número dois tem três e a minuta que veio da reunião anterior tem quatro, também, da reunião de dois mil e onze, na página dois do outro documento anexo. É para tentar perceber porque é que só estão três, naquela tabela, e não quatro.

----- Depois uma questão, eu não sei se o Sr. Presidente estará por dentro do assunto, eu não estou, mas chegaram-me ecos de que medidas últimas decididas pelo Governo vão retirar a possibilidade de aceder a fundos de crédito, as autarquias. É uma notícia que foi dada ontem por um órgão de comunicação, não sei a importância, quais são os moldes, mas se isso vier a acontecer, e por aquilo que eu percebi, iria cobrir projetos que estivessem candidatados e aprovados e se esses projetos não tivessem sido iniciados poder-se-ia perder esse financiamento. Perguntar à CM se está atenta a isto, se sabe alguma coisa sobre isto, e quais seriam as explicações que teria para esta solicitação caso isso viesse a acontecer.....

----- **Presidente da Mesa** – Não há mais pedidos de esclarecimento por parte da Assembleia?

----- O Sr. Presidente tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, duas questões colocadas, uma tem a ver com a identificação, dos projetos envolvidos na presente decisão, e outra identifica quatro projetos, esta certidão refere-se à candidatura que a CM fez, lançado pelo Governo Português, candidatámos quatro projetos, três foram aprovados, a seguir passamos a falar de três e do valor de três projetos, sendo que o projeto que não foi aprovado foi o da Eco- Eficiência Energética para o Bairro Social da Mãe de Água, projeto já executado. ..

----- A questão da limitação do acesso a fundos comunitários aos municípios e que consequências poder ter neste processo ou noutros processos do Município de Bragança - A nossa perspectiva é de que não deverá ter implicação nenhuma, de facto o Governo Português fez uma reestruturação do Quadro Comunitário de Apoio no sentido de identificar projetos sem execução, projetos com verbas comprometidas, contratos assinados sem início de execução, ou até com execução inferior a 10%, ou sem execução há mais de seis meses.

----- Procurou identificar as situações e libertar esses fundos comunitários para os alocar à economia, via empresas. Todos os projetos que estão em execução, em situação regular, não são afetados no âmbito desta operação que foi designada de “operação limpeza”. De facto estamos próximos do final do Quadro Comunitário de Apoio, há um nível de comprometimento muito elevado mas com uma baixa taxa de execução, quer dizer que para lá de dificuldades específicas de alguns promotores, são evidentes os problemas de escassez de recursos próprios para financiar a contrapartida nacional.

----- Mesmo neste Empréstimo Quadro negociado pelo Governo Português com o Banco Europeu de Investimentos há vários promotores que se candidataram a financiamento para assegurar a contrapartida nacional, tendo obrigatoriamente que dispor de um mínimo de recursos próprios (10% do investimento elegível), o que quer dizer que o valor do financiamento (empréstimo) vai estar dependente da taxa de comparticipação dos fundos comunitários a cada projeto.

----- Todo o processo de reorganização do QREN, de empréstimo BEI, de alteração de regulamentos e de perspectivas contratuais é recente e complexo, como complexa é a situação do País e por isso não domino totalmente a informação, mas uma coisa é certa, todos os contratos que temos assinados estão com execução plena, sem perturbação absolutamente, e este financiamento, tínhamos previsto já no âmbito do Orçamento para dois mil e doze, é indispensável para a CM continuar a manter a regularidade de execução e para poder, se possível, já na fase final de dois mil e doze, início de dois mil e treze, poder eventualmente candidatar-se com outros projetos que temos disponíveis, face a uma quebra de execução de outros promotores.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas explicações.

----- Não há intenção de pedidos de esclarecimento pelo que passamos ao período de intervenções. ...

----- Inscrições para intervenções?

----- Luís Pires, do PS. Não registamos mais nenhum pedido de inscrição, pelo que, tem a palavra o Sr. Deputado Luis Pires.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito boa tarde. Eu quando fiz aquela questão dos fundos comunitários não me referia concretamente a essa operação que foi de reestruturação e reafetação de verbas, foi uma que eu ouvi, de relance, mesmo na TFS, ontem, é nova, não sei, não sei o que poderá acontecer, não faço a mínima ideia, é por isso que fiz esse pergunta.

----- No entanto, relativamente a esta certidão que nos é colocada, é óbvio que nós vamos entender isto como a solicitação, por parte da autarquia, de uma ferramenta, não vamos entender isto como a concretização de projetos estratégicos, digamos assim, porque é conhecida a nossa posição sobre alguns dos projetos que vão a financiamento, neste caso os três estão em curso, têm já taxas de execução e nós vamos entender isto então como uma ferramenta e vamos emitir o nosso parecer relativamente a este tema no sentido de olharmos para isto, como eu disse, então como uma ferramenta, porque há aqui projetos com os quais nós concordamos e há projetos com os quais não concordamos. Aliás, este aparecimento aqui na Assembleia, em pacote, é uma boa iniciativa por parte da Autarquia que nos obriga a olhar para isto como ferramenta, porque se acontecesse individualmente a nossa posição não seria a mesma sobre todos eles. No entanto, olhando para isto como ferramenta nós vamos convergir

com aquilo que foi a opinião dos nossos vereadores e iremos viabilizar esta certidão, esta necessidade da Câmara Municipal de Bragança embora estejamos aqui a fazer, à partida, um empréstimo para catorze anos, se eu entendi, agora com taxas interessantes, mas são catorze anos, e já é conhecida a nossa opinião nesta Assembleia sobre estes projetos e aquilo que eles trazem para as populações. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não há pedidos de inscrição para intervenções, pelo que vamos passar de imediato à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUINZE ABSTENÇÕES E SESENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Rui Correia, do PSD; Ana Cláudia Guedes de Almeida, do CDS/PP.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos, mais uma vez.

----- Eu, quando ouvi o Luís Pires dizer que iam viabilizar pensei que iam votar favoravelmente, assim não viabilizaram nada, portanto acho que levantar suspeições nesse sentido acho que lhe ficou um bocadinho mal, porque, de facto, isso não foi viabilizar absolutamente nada, portanto sejam coerentes com o que vêm aqui dizer. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputada Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Boa tarde a todos. Só esclarecer que o CDS/PP votou favoravelmente porque efetivamente é uma forma de termos consciência que o Município não é autosuficiente, e portanto precisa destas verbas para continuar a sua atividade municipal e que efetivamente, e agora permitam-me, de facto a abstenção é um bocadinho incongruente, porque se nós não somos auto suficientes e precisamos de continuar a ter atividade, que ela é absolutamente essencial. Se calhar, aqui, coloca-se é outra questão, onde é que andamos a poupar e quando acabarem os QREN e quando acabarem os fundos como é que nós vamos viabilizar projetos, mas, para já, o CDS viabiliza a economia local.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.

----- Está finalizado este ponto, avançamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.2 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Autorização prévia da Assembleia Municipal;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS- Autorização prévia da Assembleia Municipal

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro:

Com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - e, pese embora o facto de não ter ainda sido publicada a regulamentação à referida Lei, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, no referido diploma, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Nestes termos, submete-se para deliberação da Exma. Câmara Municipal, e posterior aprovação da Assembleia Municipal, o mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, em anexo à presente ata e que aqui se dá por integralmente transcrito para todos os efeitos legais.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso

Os Srs. Vereadores referiram que no mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais estão inscritas algumas rubricas que dizem respeito a projetos que se encontram previstos no Plano Plurianual de Investimentos relativos ao ano de 2012, com os quais manifestaram discordância.

Contudo e considerando que a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, obriga à consecução deste procedimento, entendem ser este o seu dever, pelo que votam favoravelmente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – Tabela



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Prévia
(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, 21.02)

mm

Abul

Designação	Encargo total	Compromissos Plurianuais			
		2012	2013	2014	2015
Fornecimento de suplementos alimentares às escolas do 1.º ciclo do concelho de Bragança - ano letivo 2012/2013	89.922,84 €	35.969,14 €	53.953,70 €		
Aquisição de serviços para a realização de atividades de enriquecimento curricular, de Atividade de Música do 1.º ao 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico	72.000,00 €	28.880,00 €	43.120,00 €		
Contratação de serviços de apoio técnico jurídico na modalidade de avença	48.265,20 €	10.725,60 €	16.088,40 €	16.088,40 €	5.362,80 €
Realização dos trabalhos arqueológicos no sítio arqueológico da Torre Velha/Terras de S. Sebastião (Castro de Avelãs)	73.444,90 €	36.722,45 €	36.722,45 €		
Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones	1.183.745,20 €	507.319,37 €	676.425,83 €		
Construção do novo espaço da feira	1.113.439,29 €	238.594,13 €	874.845,15 €		
Seguro de representação civil, serviços de aeronáutica do Aeródromo Municipal de Bragança	60.000,00 €	(*)	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €
Serviços de manutenção de equipamentos rádio-elétricos (iluminação de pista, papis, still, estação meteorológica automática e equipamentos rádio)	36.000,00 €	(*)	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €
Serviços de manutenção dos elevadores instalados nos equipamentos municipais	36.000,00 €	(*)	12.000,00 €	12.000,00 €	12.000,00 €
Comunicações móveis/fixas	135.000,00 €	22.500,00 €	45.000,00 €	45.000,00 €	22.500,00 €
Serviços de manutenção às aplicações GISMAT	11.008,50 €	8.716,00 €	2.292,50 €		
Serviços de manutenção das aplicações SIGMA	51.000,00 €	8.500,00 €	17.000,00 €	17.000,00 €	8.500,00 €
Total	2.909.825,92 €	897.926,69 €	1.809.448,03 €	122.088,40 €	80.362,80 €

(*) Abertura de procedimento concursal em setembro de 2012.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, tem a palavra para proceder às explicações necessárias.

----- **Presidente da Câmara** – A Lei n.º 8 de 2012, de 21 de fevereiro, aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O n.º 1 do artigo 6.º refere que a assunção de compromissos plurianuais está sujeita à aprovação prévia da AM quando envolvam entidades da Administração Local. Saliento que todos os compromissos constantes da lista de compromissos apresentada nas certidões para aprovação desta AM, foram considerados no Orçamento para dois mil e doze e anos seguintes, ou seja, trata-se de reconfirmar a aprovação já feita na Assembleia de dezembro de dois mil e onze.

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento, por parte dos Srs. deputados? Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções? Não há intervenções.

----- Vamos passar, de imediato, à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E OITENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Luis Pires, do PS. Tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, boa tarde, apenas para referir que o PS votou a favor desta certidão porque uma vez que é uma obrigatoriedade a consecução deste procedimento, por Lei, somos consequentes, como tal votámos favoravelmente.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos então para o ponto seguinte:

PONTO 4.2.3 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Autorização prévia da Assembleia Municipal;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e doze,

aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Autorização Prévia da Assembleia Municipal

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro:

Com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - e, pese embora o facto de não ter ainda sido publicada a regulamentação à referida Lei, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, no referido diploma, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Nestes termos, submete-se para deliberação da Exma. Câmara Municipal, e posterior aprovação da Assembleia Municipal, o mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, em anexo à presente Ata e que aqui se dá por integralmente transcrito para todos os efeitos legais.

Assunção de Compromissos Plurianuais

Autorização Prévia

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8 /2012, 21/02)

COMPROMISSOS PLURIANUAIS					
DESIGNAÇÃO	ENCARGO TOTAL	2012	2013	2014	2015
Protocolo de Colaboração entre M. B. Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Bragança	70.006,79€	13.334,61€	23.335,59€	23.335,59€	10.001,00€

Nestes termos, submete-se para deliberação da Exma. Câmara Municipal, e posterior aprovação da Assembleia Municipal, o mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais acima identificado.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar o mapa da Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia

Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Não sendo necessário, por parte da Câmara Municipal, fornecer nenhuma explicação, passamos à inscrição para pedidos de esclarecimentos.....

----- Ana Almeida, tem a palavra.....

----- **Ana Almeida** – É muito específico, só perguntar se este ponto de contratação de serviços de apoio técnico/jurídico na modalidade de avença é uma renovação do DR. Chaveiro ou se é um novo. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se da assunção do compromisso relacionado com a contratação do Consultor jurídico que substituiu o Dr. Agostinho Ribeiro, neste caso, o Dr. Leonel Gonçalves.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra.....

----- **Ana Almeida** – Na sequência, Sr. Presidente, pergunto se se mantém a avença com o Dr. Chaveiro e se nesse sentido se justifica a CMB ter dois consultores jurídicos, e se sim, quanto é que recebe o avençado Dr. Chaveiro e o novo avençado. Obrigado.....

- ----- **Presidente da Câmara** – Os valores da avença com o Sr. Dr. Chaveiro foram já fornecidos, por escrito, ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, não houve qualquer alteração, e a avença com o Sr. Dr. Leonel Gonçalves ligeiramente inferior ao valor que existia contratado pelo Sr. Dr. Agostinho Ribeiro.

----- Eu não posso vir munido de documentos contabilísticos ou contratuais, para a Assembleia, mas anda na ordem dos mil e cem, entre mil e cem e mil e duzentos euros.

----- **Presidente da Mesa** – Estão as respostas dadas.

----- Intervenções sobre esta matéria, Srs. Deputados?.....

----- Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, peço desculpa e acredite na natureza da minha intervenção, não tenho qualquer interesse em prejudicar quem quer que seja, muito menos o Dr. Chaveiro, nem o Dr. Leonel, agora, perguntam-me, se tendo a Câmara, o Município, quadro jurídico, há necessidade, porque o valor pago não é o mesmo ao que vai ser pago ao Dr. Leonel, não é o mesmo que vai ser pago ao DR. Chaveiro, o Dr. Chaveiro recebe por avença mil e quinhentos euros/mês, quer cá venha, quer não, e o Dr. Leonel vai receber cerca de mil e cem euros, e portanto é um advogado para todo o ofício que lhe aparecer, seja na área do direito civil, seja na área do direito administrativo, se isto não é uma duplicação de procedimentos e qual é a estrita necessidade de isto acontecer. Parece-me que é absolutamente desnecessário, tendo um Gabinete Jurídico que - as palavras do Sr. Presidente - é competentíssimo, e que está sempre a defender o escritório do Dr. Chaveiro, com um Gabinete Jurídico na Câmara Municipal - que também já fez questão de dizer que considera competentíssimo - estarmos ainda a ter uma outra despesa adicional. Se me conseguir convencer! Eu aceito, até porque a nossa Câmara é aquela que mais recorre aos serviços exteriores, mas depois desnata os próprios serviços, despede os que estão lá dentro mas depois compra fora! Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra.....

----- **Luís Pires** – Isto tem a ver com o seguinte. A pergunta que eu queria fazer neste pacote, digamos assim, é mesmo para perceber, que é, se há alguma implicação ou não nesta questão dos compromissos plurianuais e a tal Lei dos Compromissos, se esta obrigatoriedade, é que eu não sei se a tal Lei n.º 8/2012... Cláudia! Não sei se me consegues dizer se é essa a designação, ou não, a 8/2012, se é dos compromissos, uma vez que ela acho que foi ontem que saiu, eu queria saber quais são as implicações dessa regulamentação com isto que estamos a aprovar aqui, uma vez que já vai uma de 28 de maio, outra 11 de junho, eu não sei se isto que estamos a fazer tem a ver com essa Lei, e se tem a ver com essa Lei, ela foi regulamentada ontem, mas, no entanto, isto já foi à Câmara anteriormente, eu não sei se há aqui alguma implicação dessa Lei com isto. Eu queria ficar esclarecido, que era para não incorreremos, outra vez, numa situação semelhante à que a Cláudia falou há pouco, de estarmos a tomar decisões sem estarmos juridicamente sustentados, é só isso, é só um esclarecimento.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, pretende proceder ao esclarecimento?

----- **Presidente da Câmara** – A Lei n.º 8/2012 aprovou regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, onde se incluem os municípios.

----- O que estamos hoje a tratar é de uma matéria relacionada com os compromissos plurianuais, nós não estamos a tratar de matéria relacionada com pagamentos em atraso, nós estamos a aplicar a Lei

de Compromissos, neste momento estamos já a verificar a cabimentação (o que sempre foi feito), mas também a disponibilidade, ou seja, estamos já a assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos, felizmente que financeiramente estamos confortáveis para o efeito, de outra forma estaríamos condicionados. Neste ponto da agenda estamos a tratar de compromissos plurianuais, contratações cuja despesa ocorre em mais do que um ano, como seja: comunicações; construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones de entre outros, cuja despesa será executada em dois mil e doze, dois mil e treze, projetos ou despesas que já estavam identificadas no Orçamento e PPI e PAM como plurianuais, mas que a Lei exige, sejam novamente presentes em Assembleia Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.....

----- Não havendo mais intenções de inscrições para intervenções, passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E OITENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- Rui Correia, do PSD, de seguida.

----- **Ana Almeida** – Só dizer que o CDS/PP votou a favor porque, como digo, o meu problema não é um problema de princípio, o meu problema é um problema de necessidade, portanto votei a favor, até porque a contratação está feita, o procedimento administrativo de contratação está concluído, agora vou apresentar uma recomendação no sentido de uma das avenças ser retirada no fim do seu prazo de vigência porque parece-me que é uma deseconomia e chegaria mesmo a propor que precisa tanto de alguém de fora então que lhe pague à peça, com um valor a apresentar primeiro a esta Assembleia. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Deputado Rui Correia prescinde da declaração de voto.....

----- Passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2011.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2011

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro:

O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”*.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que *“Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POICAL”*, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 é considerado como “ano zero”.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro e Vereadores, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar o Documento de Consolidação de Contas relativo ao ano de exercício de 2011, ficando um exemplar anexo ao Livro de Atas, para produzir todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, e nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, e para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos previstos no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, submeter o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2011, para apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II - ANEXOS

ANEXO I – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2011: Relatório de gestão; Balanço Consolidado 2011; Demonstração de resultados consolidada 2011; Anexos às demonstrações financeiras consolidadas 2011

ANEXO II – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS”

----- **Presidente da Mesa** – Quero informar os Srs. Membros da assembleia que houve alguns documentos que vieram já à posteriori da Reunião da Comissão Permanente e eles foram remetidos para os Líderes dos Grupos Parlamentares, também foram enviados para todos os membros que têm e-mail, o que faltava, de facto, era o Relatório de Gestão, faltavam também os Anexos às Demonstrações Financeiras, e estes elementos estão disponibilizados, em forma física, na Secção de Apoio à Assembleia, para os deputados que os pretendam levantar.....

----- Vamos proceder a discussão deste tema, iniciando a discussão com a informação do Sr. Presidente da Câmara, sobre a matéria.....

----- **Presidente da Câmara** – O n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Finanças Locais - estabelece que “as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade

do capital de entidades no setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, envolvendo a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com respetivos anexos explicativos”.....

----- Cerca de três anos depois a Portaria n.º 474 /2010, de 15 de junho aprovou a orientação n.º 1/2010, intitulada de “ Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, orientação em regime transitório até à publicação de norma única, consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas.

----- A consolidação de contas envolve a entidade contabilística consolidante, e no Município, as empresas “Mercado Municipal de Bragança” e “Empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal Lda.”. O processo foi elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e apresenta-se para apreciação e votação desta AM.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimentos?

----- Luís Pires do PS, tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente, eu acho que relativamente à documentação que nos foi entregue mais recentemente sobre este ponto, há um documento apenso que é a certificação das contas, e eu não sei se é impressão minha, parece-me que não, não tive possibilidade de fazer comparação com documentos anteriores, uma vez que só hoje de manhã é que tive acesso a este, mas no ponto de “RESERVAS” na Certificação das Contas, é recorrente esta questão de “encontra-se em fase de implementação pelo Município, o sistema de contabilidade de custos consagrado no ponto 2.8.3 do POCAL. Por esta razão não nos é possível emitir opinião sobre o mesmo”.

----- Isto é uma situação recorrente, a pergunta que eu faço é - quando é que ultrapassaremos esta Situação, porque eventualmente poderá haver algumas considerações a serem feitas quando isso estiver resolvido.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente tem a palavra para proceder às respostas.

----- **Presidente da Câmara** – Não temos possibilidade de avançar, de imediato, para a contabilidade de custos. E digo “avançar de imediato” no sentido de sintetizar ou estruturar de forma evidente todo o trabalho que é feito nos vários setores ao nível dos serviços do município. A contabilidade de custos tem que determinar, numa obra, por exemplo, de administração direta, por mais elementar que seja, qual foi o custo dessa obra ou serviço, evidenciando-o de forma desagregada. Nos Serviços dispomos dessa informação de forma desagregada, sabemos quais são os fatores diretos e indiretos de custo, dominamos de forma suficiente e bem estruturada esse tipo de informação. Precisamos de a trabalhar

de forma integrada, para isso precisamos de contratar um técnico superior expressamente para esse efeito, e não temos neste momento a possibilidade de o fazer, face á imposição de redução de trabalhadores constante da Lei do Orçamento de Estado para 2012. Apesar disso é evidente que temos sido eficazes na gestão dos recursos, situação garantida pelo equilíbrio que evidenciamos nas contas do Município, na execução das várias atividades.

----- É verdade que a nível das contas do Município depois da apresentação da certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e após aprovação por parte da Assembleia Municipal, convoquei uma reunião com a Sociedade de Revisores de Contas e com os vários responsáveis do Município para em sede da auditoria que foi feita, saber se havia alguma matéria em ocorressem erros e nas quais seria possível melhorar e perceber que tipo de melhorias podíamos fazer. A Sociedade de Revisores de Contas que trabalha para várias entidades e várias Câmaras Municipais referiu-nos que o nosso Município estava bem organizado, que cumpria com as regras de contabilidade pública e regulamentos específicos e estava avançado relativamente a muitos outros.....

----- **Presidente da Mesa** – Intervenções?

----- Luís Pires, tem a palavra.....

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde, mais uma vez. Sr. Presidente eu fiz-lhe essa pergunta porque é assim: contrariamente a algumas pessoas que têm uma transversalidade de conhecimento de matérias, eu não tenho, e algumas matérias que eu não domino claramente, e então aquilo que eu faço é de uma forma gratuita, é fazer outsourcing, felizmente tenho muitas pessoas que eu conheço em várias áreas e claro recorri logo a uma pessoa de gestão e administração pública, e como eles são muito tecnicistas uma das coisas que falha é logo esta.....

----- Não cumpre, tem lá uma cruzinha, não cumpre, como tal apareceu logo ali uma inconformidade, no relatório de qualidade, como foi apresentado.

----- De qualquer forma eu gostava de olhar para este Relatório de Consolidação de Contas, e desta vez não como ferramenta, porque não me convém, convém fazê-lo de outra maneira, e dizer-lhe que há aqui dois elementos que saltaram à vista: Mercado Municipal com um resultado líquido negativo, de trinta e um mil seiscientos e trinta e cinco, e a Terra Fria Carnes com noventa e três mil, trezentos e vinte e oito, o que significa, e, mais uma vez eu volto a bater nesta tecla, já não vai ser por muito tempo, porque o Sr. Presidente daqui a um tempo vai cessar funções, mas continuarei a bater nesta tecla, foram dois vetores fundamentais que esta autarquia utilizou para ganhar eleições, e que não foram concretizados, foram falhas que a Câmara obteve e como tal relembrar, não de chacota, dizer “fizeram

mal”, não, não é isso, mas para reforçar que às vezes a oposição quando diz algumas coisas di-lo com sentido e alguma substância.....

----- Estes foram os projetos que permitiram ao Sr. Presidente da Câmara ganhar o mandato, a primeira vez, quando concorreu com o PS, e, como podem ver, ao fim destes anos todos são projetos que estão por fazer, projetos por realizar, e projetos que abordados de outra perspectiva, abordados quiçá na perspectiva que o PS aqui apresentou em tempos, poderiam ter sido projetos com sucesso, que trariam bem estar às populações, trariam pujança ao tecido económico, numa área que nós consideramos ??? tem um pouco de convergência com esta questão da Terra Fria Carnes, que é um nicho de mercado que tem pernas para andar, e neste momento aquilo que nós vemos é dois projetos completamente falhados. É só. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais pedidos de intervenções vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E SETENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES.**

----- Presidente da Mesa – Declarações de voto?

----- Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Pode parecer estranho, mas o Sr. Presidente baralhou-me, porque de acordo com o Diploma do POCAL, o 54 A/99 com as suas sucessivas alterações, o POCAL é de implementação obrigatória a todas as autarquias locais! Portanto não me parece que baste uma certificação, ou baste um atestado, de alguém que diga que o município se porta bem. Portanto acho que houve aqui uma contra informação porque não há nada na Lei, ela efetivamente tem um regime transitório ,mas não há nada na Lei que permita a não adesão ao POCAL. Ponto número um.

----- Ponto número dois – O Dr. Luis Pires já falou nela, e tem sido uma dama do CDS/PP nesta última, é o Mercado Municipal, efetivamente o desaire que lá tem sido nomeadamente as lojas âncora que lá estão não pagam rigorosamente nada e que de âncora têm pouco, efetivamente, se calhar, tem outros estabelecimentos que são o chamariz das pessoas ao local e que estão a ser altamente prejudicadas relativamente a essas ditas putativas lojas âncora. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.^a Deputada.....

----- Passamos ao ponto seguinte:.....

PONTO 4.2.5 – ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS – PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS - PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta:

A Câmara Municipal aprovou em sua Reunião Ordinária realizada no dia 22 de março de 2010, a Adesão deste Município ao Pacto de Autarcas, conforme certidão que se anexa.

Em cumprimento dos compromissos assumidos com a assinatura do Pacto, torna-se necessária a submissão ao Gabinete do Pacto em Bruxelas (CoMo) o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) e que o mesmo tenha aprovação dos órgãos competentes do Município.

Assim, proponho, que a Adesão ao Pacto de Autarcas, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, tem a palavra para proceder às explicações que entender acrescentar aos documentos escritos.....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. A nove de março de dois mil e sete a União Europeia adotou o pacote “ Energia para o mundo em mudança” comprometendo-se a reduzir as emissões de CO2 em 20% até ao ano de dois mil e vinte, em consequência do aumento de 20% de eficiência energética e 20% de integração de energias renováveis no cabaz energético da União Europeia.

----- O Plano de Ação Comunitário para a eficiência energética inclui, como prioridade, a criação de um “Pacto dos Autarcas” ou compromisso para as energias sustentáveis locais.

----- A subscrição do “Pacto dos Autarcas” é um compromisso para a sustentabilidade no Plano das políticas do Governo Municipal.

----- À decisão de adesão ao “Pacto dos Autarcas” estão associados um conjunto de iniciativas já promovidas pelo Município, com seja, a assinatura, a vinte e seis de janeiro de dois mil e seis, em Santiago de Compostela, da “Carta de Alvor”, a elaboração da Agenda XXI Local, o Plano Estratégico EcoCidade, processo em que se envolveram cidadãos e instituições do Município, conferindo consistência a uma estratégia política local de sustentabilidade que tem que fazer caminho afirmativo e diferenciador de que são já bem evidentes os projetos como Ciência Viva, EcoDomus, EoPolis e o Brigantia EcoPark:

----- Assim, propõe-se que a AM aprove a adesão do Município ao “Pacto dos Autarcas” ou “Rede de Autoridades Locais Europeia”. É esta a proposta.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Srs. deputados, quem pretende formular questões sobre a matéria, pedidos de esclarecimento?.

----- Ana Almeida, tem a palavra para formular as questões que entender.

----- **Ana Almeida** – No âmbito deste “Pacto de Autarcas” é-nos dito aqui no documento – “O Pacto de Autarcas surgiu como um dos maiores desafios para a política energética de médio prazo, responsável e sustentada, contra o aquecimento global e tem como principal objetivo a redução das emissões em mais de 20% até 2020, através da aplicação de medidas de eficiência energética e da promoção de energias renováveis suportadas no PAES”

----- O que eu lhe queria perguntar, Sr. Presidente, é:

----- A conferência do Rio não chega? O mercado de ozono que temos e que Portugal já está assumido, não chega? A Autarquia não é coautora da adesão à Convenção do Rio e da emissão de mercados? Porquê este “Pacto de Autarcas”? É uma derrogação da Conferência do Rio? Queremo-nos afastar dela? Queremos mais? Temos melhor? Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Sr. Presidente, tem a palavra para esclarecimentos.

----- **Presidente da Câmara** – Como referi, trata-se da adesão ao “Pacto de Autarcas”, iniciativa lançada pela Comissão Europeia, que definiu um conjunto de políticas no âmbito ambiental, para implementar ao nível das políticas nacionais dos estados membros, e contando, para esse efeito, com o grande empenho das autoridades locais, dando mesmo primazia, neste âmbito, à constituição deste

Pacto, considerando que a generalidade de energia que se consome nas cidades, e o Governo das cidades tem que integrar no Plano das suas orientações políticas uma estratégia de sustentabilidade evidente, e para esse efeito a adesão ao Pacto de Autarcas, não significa qualquer divergência ou afastamento de convenções de âmbito internacional, ou de qualquer projeto de âmbito nacional, significa sim, uma adesão de princípio em termos políticos a um projeto de estratégia e visão de sustentabilidade para o Planeta.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos formulados.....

----- Intervenções, Srs. Deputados, sobre a matéria?

----- Não há pedidos de intervenções sobre a matéria, pelo que vamos proceder à votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Todas as medidas de desenvolvimento sustentável são bem vindas, eu vejo, aqui no documento que nos foi entregue, os objetivos finais, eu pedia, tendo como testemunho esta Assembleia, que todos os valores, 65% dos transportes públicos, 47%, 44%, 34%, 26%, 21%, fosse feita uma monitorização para verificação da efetiva redução e se estamos ou não estamos a cumprir os objetivos do Pacto. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Luís Fernandes, do PS, para a declaração de voto.....

----- **Luís Fernandes** – A todos, uma vez mais, boa tarde. Neste aspeto, sendo vinte anos depois do Rio, e sendo todas as Cimeiras, e mais algumas, em prol da eficiência energética e da redução de emissões, só poderemos estar a favor e tudo que seja em prol do ambiente e da conservação desta Terra que cada vez mais tem menos condições para aqui habitarmos, só podemos estar a favor, e por aí o PS ter votado favoravelmente esta adesão, ou mais um Pacto, vamos ver se tem alguma eficiência ou não, mas estando contra é que não íamos a lado nenhum.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar ao ponto seguinte.

PONTO 4.2.6 – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES).

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES)

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Mobilidade e Energia:

O Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) de Bragança, visa dar resposta aos compromissos assumidos pela autarquia no âmbito da adesão ao Pacto dos Autarcas, uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia no seguimento da adoção do Pacote Clima e Energia da União Europeia em 2008.

O Pacto dos Autarcas surgiu como um dos maiores desafios para a política energética de médio prazo, responsável e sustentada, contra o aquecimento global e tem como principal objetivo a redução das emissões em mais de 20% até 2020, através da aplicação de medidas de eficiência energética e da promoção de energias renováveis suportadas no PAES.

A elaboração do presente documento teve em conta um conjunto de passos metodológicos orientados pelos critérios definidos no *Guia de Elaboração do PAES*. Deste modo, procedeu-se ao diagnóstico da situação do município em termos do consumo de energia e das emissões de gases de efeito estufa através da realização do Inventário de Emissões referente ao ano de 2009 (ano de referência). Nesse ano, o fluxo energético do município resultou no consumo de 444314 MWh na forma final de energia, que originaram a emissão de 121416 toneladas de CO₂, destacando-se o contributo dos setores dos transportes e serviços para o valor apresentado. No cálculo das emissões, teve-se em consideração os fatores de emissão de acordo com os princípios IPPC (Standard) definidos no Despacho n.º 17313/2008 e no Guia do Pacto dos Autarcas.

Na visão estratégica para a intervenção no município de Bragança no domínio da energia e das emissões de gases de efeito de estufa, foram incluídas ações infraestruturais, que implicam alterações tanto no edificado como nos equipamentos, e ações comportamentais, que implicarão alterações de comportamentos nos stakeholders (agentes locais). No total foram identificadas 47 iniciativas distribuídas pelos diversos setores do concelho.

Considerando o objetivo final de redução estabeleceram-se metas de redução sectoriais, de onde se destacam:

- 65% nos transportes públicos;
- 47% nos edifícios e equipamentos municipais;
- 44% na iluminação pública;
- 34% na frota municipal;
- 26% no residencial;
- 21% nos transportes privado e comercial;
- 8% nos edifícios e equipamentos terciários.

No total, o PAES permitirá uma redução de 20,1% das emissões do município até 2020, face ao ano de referência, 2009, apenas com aplicação de medidas de sustentabilidade energética e de produção de energia nos edifícios. Considerando o potencial energético do concelho no setor das energias renováveis,

as perspetivas futuras de novas instalações poderão permitir reduções de emissões na ordem dos 88,6%.

O investimento estimado para colocar em prática as ações definidas no PAES é sensivelmente de 13 milhões de Euros.

Assim, proponho, a aprovação de Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), bem como submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea a) do n.º 3 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais acima referidos, ficando um exemplar anexo ao Livro de Atas e que aqui se dá por integralmente transcrito para produzir todos os efeitos legais.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II - ANEXOIII – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, tem a palavra, para algum esclarecimento adicional, inicial.

----- **Presidente da Câmara** – O Plano de Ação para a energia sustentável resulta da Adesão ao Pacto de Autarcas. Visa a concretização do compromisso resultante da integração da rede das autoridades locais europeias, envolve um conjunto de políticas e iniciativas contra o aquecimento global no planeta.

----- O Plano de Ação, que foi distribuído aos Srs. Deputados, envolve o diagnóstico da situação do Município, em termos de consumo de energia e das emissões com efeito de estufa, tendo como ano de referência o ano de dois mil e nove: análise desagregada aos setores de transportes, serviços, residencial, doméstico e indústria.

----- O fluxo energético do Concelho, reportado avaliado em dois mil e nove, representou um consumo de 444 314 (quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e catorze) MWh na forma final de energia, destacando-se o grande consumidor o setor dos transportes e serviços.

----- A tendência energética do Concelho incide sobre tudo no consumo de derivados de petróleo, que representam 56% do fluxo energético, seguido da eletricidade, de 28% e do gás natural, 16%.....

----- A meta estabelecida no Plano de Ação visa a redução de emissões CO2 em, pelo menos, 20% até dois mil e vinte, envolve um conjunto de iniciativas conforme a visão estratégia/política de sustentabilidade assumida na Agenda 21 Local e no Plano Estratégico para a EcoCidade.....

----- No total estão identificadas quarenta e sete iniciativas, estando orçamentadas as dependentes do Município e que se pensa poderem vir a beneficiar de apoios financeiros em termos diversos, salientando que várias dessas iniciativas estão em execução, designadamente, neste momento, a instalação da Central Micro Fotovoltaica com cerca de dois mil metros quadrados no novo edifício da Câmara.

----- Parte destas iniciativas deverão beneficiar de apoio financeiro, pensamos que este Plano de Ação é indispensável para as entidades públicas e as entidades privadas, designadamente empresas, poderem beneficiar de apoios financeiros no âmbito do próximo Quadro de Apoio, no âmbito desta orientação política da União Europeia. Seguramente que vários projetos surgirão, nesse âmbito, e os municípios que não tiverem planos de ação para a eficiência energética aprovados pela Comissão Europeia certamente que estarão vedados de acesso a esse, se não a todos, pelo menos a parte dos programas.....

----- Também as empresas sediadas nos respetivos concelhos estarão com o mesmo condicionamento, ou seja, estamos a fazer aquilo que se impõe de ser feito para criar as condições de evolução no sentido da sustentabilidade da gestão do município e também da captação de recursos próprios para assumir transformações necessárias nesse âmbito e que também exigem investimento.....

----- O Plano de Ação será acompanhado e monitorizado a cada dois anos, conforme está previsto, no sentido de verificar o progresso das medidas, executar ajustamentos, após aprovação pela AM será enviado para a Comissão Europeia para os efeitos correspondentes.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Pedidos de esclarecimento?

----- Registamos dois pedidos de esclarecimento, de Luis Pires e Ana Almeida.

----- Luis Pires, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Primeiro uma graça, que é para desanuviar o ambiente. Sr. Presidente, o novo pacote só existirá se a Alemanha ganhar à Grécia no próximo jogo, senão isso vai tudo ao ar e portanto é melhor esquecer.

----- Relativamente a esse documento eu gostava de saber alguma informação sobre a empresa que levou a cabo o documento e depois deixar assim, aqui na margem, e então o meu institutozinho não podia ter feito isto? Assim uma candidatura conjunta para fazer uma coisa destas? É uma forma carinhosa de abordar a questão.

----- A parte de diagnóstico é fundamental para que estes planos sejam executados com seriedade porque são eles que estabelecem as premissas iniciais, ou seja, o ponto de partida. Eu não consegui perceber muito bem em alguns dos itens que aqui são apresentados como é que foi feito o estabelecimento dos valores, ou seja, como é que aferiram os valores existentes à data de dois mil e nove, como é que foram feitos esses valores, nomeadamente no que concerne, por exemplo, ao consumo dos transportes privado e comercial. Eu acho que é um pouco complexo, tanto na parte de diagnóstico como na parte de monitorização fazer este tipo de abordagem, não sei, sinceramente, percebo alguns: os transportes públicos é fácil; nos edifícios e equipamentos municipais é fácil, porque nós sabemos de quem é que é a tutela, digamos assim, é fácil ir ver essas coisas todas; na iluminação pública, idem; frota municipal, também; no residencial, eventualmente poder-se-á ter uma aproximação, agora nos transportes privado e comercial eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que é feito tanto o diagnóstico como a monitorização.

----- Por falar em monitorização, perguntar também se já está constituída a equipa que vai fazer esse acompanhamento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr.^a Deputada Ana Almeida, tem a palavra para colocar a sua questão à Câmara.

----- **Ana Almeida** – Só perguntar, alertaram-me, que eu há pouco peguei neste documento, eu não tinha o outro, portanto só para dizer, o documento da adesão ao Pacto das Autarquias eu não tinha e

portanto peguei logo neste que era o único que se identificava com o tema que estávamos a discutir, eu não acredito em almoços grátis, Luís! Não há almoços grátis, e portanto, por muito que nós tenhamos noção que tudo isto é bom para o ambiente, e é, eu não tenho dúvidas quanto a isso, a questão da monitorização é essencial mas eu pergunto se este objetivo final, quanto aos privados não me assusta tanto, já vou explicar porquê, assusta-me mais a questão dos objetivos no setor público, isto há de ser feito á custa de alguma coisa, a redução, e eu só pergunto o que é que passa pela redução, se é por a iluminação, se vamos ter aqui períodos em que pura e simplesmente não podemos ter serviços a funcionar, ou seja, não há almoços grátis, alguém vai ter de pagar, vai ter que haver redução à custa de quê? Eu pergunto quais são os meios, aqui só estão postos os objetivos.-----

----- Quanto aos transportes privados talvez seja através de uma política como há na Dinamarca, vamos começar a habituar-nos a entrar na cidadã, as matrículas ímpares à segunda, quarta e sexta, e as matrículas pare, terça, quinta e sábado, por exemplo, se calhar caminhamos para aí! Mas não é mau que caminemos, agora, apresentam-nos objetivos finais, e eu gostava de saber quais os meios para os atingir desde que isso não seja à custa, digamos assim, da função social, também das energias e do ambiente, eu sempre aprendi, o direito é antropocêntrico, não é? Ainda que ambientalmente sustentado.-----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. -----

----- Sr. Presidente, pretende responder? -----

----- **Presidente da Câmara** – A empresa que elaborou o estudo foi contratada por concurso e é uma empresa apta para a execução deste tipo de serviços.

----- Sr. Deputado Luís Pires, há muito trabalho para fazer, são poucos os municípios que têm, neste momento o plano aprovado, ou seja, há dezenas de trabalhos para fazer. Aí está uma oportunidade para Professores do Instituto Politécnico, irem ao mercado oferecer de forma estruturada os seus serviços e competências e captar novos clientes. A trabalhar em novos projetos, criam-se novas competências, como por exemplo resposta ás questões que salientou, nomeadamente como é que se aferem determinados valores para poder fazer quantificações a esta escala. Pois bem, há parâmetros, valores médios calculados por especialistas, valores que são utilizados de forma fiável como bem deve saber. Quem lida com o conhecimento a um certo nível sabe bem como lidar com a informação e como obtê-la para efeitos de execução dos cálculos necessários e respetiva monitorização.

----- Quanto aos almoços grátis, há que ser explícito, o rigor e a exigência de prática democrática exigem-no. Prefiro uma orientação positiva e construtora que a uma atitude catastrofista que pouco vê ou nada de positivo naquilo que se faz.

----- **Presidente da Câmara** – Não interrompi a Sr.ª Deputada, é uma teoria, quando tiver responsabilidades aplique a sua teoria, agora eu estou a aplicar a minha e a da equipe que a partilha.

----- Evidentemente que uma visão deste nível é um compromisso, é um compromisso político, que visa as instituições, as empresas e os cidadãos. É uma oportunidade para trabalhar pela sustentabilidade da vida na Terra, essa é verdadeiramente a questão que temos pela frente, e nesse âmbito só podem beneficiar os cidadãos, só pode beneficiar a espécie humana e as restantes espécies, o equilíbrio à superfície da terra. Não podemos fazer demagogia em termos técnicos e políticos, nomeadamente com os despedimentos.

----- O Município tem a ver com políticas e orientações que deve difundir para o território, fazendo-o de forma compreensível em termos de utilidade individual e coletiva, alertando também que o desperdício não serve a ninguém. O Município deve dar o seu exemplo neste âmbito, e nós fazemo-lo, tanto no campo energético como noutras áreas, podemos não fazer na perfeição, mas para saber se o fazemos ou não temos que ter termos de referência ou comparação e por isso também podemos fazer estas avaliações de forma mais correta. Estamos a fazer caminho, faremos a primeira avaliação e seguramente que teremos dado um passo significativo depois de adotar este plano onde se considerou como ano de referência o ano de dois mil e nove.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Passamos, agora, ao período de intervenções.

----- Registamos, apenas, um pedido de intervenção.

----- Sr. Deputado Ortega, do PS, tem a palavra.

----- **João Ortega** – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, caros colegas.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL.

O tema da sustentabilidade é um tema que nos é caro e não podemos por isso deixar de estar de acordo com a generalidade do conteúdo do documento que nos é apresentado.

No entanto:

- O tema é hoje moda e pretexto para justificar e classificar ações que estão muito longe de adotar caráter de sustentabilidade. Apenas dois exemplos, referidos pelo próprio documento como sustentáveis. Os novos edifícios da Câmara Municipal e o Parque de Ciência e Tecnologia, apenas agora

iniciado, não cumprem regras básicas da arquitetura sustentável, o primeiro pelos extensos envidraçados virados a sul e poente, o segundo pela violência com que se intervêm no terreno.....

- O tema não pode ser tratado ao nível do concelho sem previamente ser enquadrado a nível nacional e regional.....

- O tema deve significar, e implicar, a diferenciação positiva que a região (e o concelho) já apresentam em relação a outras regiões do país, maiores consumidores de energia e com menor capacidade de fixação do carbono.....

- O tema deve ser enquadrado no âmbito mais vasto da sustentabilidade e não apenas na questão energética.....

Como exemplo:

PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS LOCAIS.....

I – Agricultura.....

A região deve garantir uma capacidade mínima de alimentar a sua população.....

Como a Europa dos nossos dias bem o comprova a solidariedade entre povos só existe em tempo de vacas gordas, ou quando os mais fortes são os eternos vencedores.....

A garantia alimentar regional implica uma redução drástica ao nível do consumo de energia na distribuição.....

A imposição de que as grandes superfícies obrigatoriamente tivessem uma cota a atingir de produtos da região levaria a uma revolução dos processos de produção ao nível agrícola.....

Não vale a pena falarmos de comércio livre, de lei da oferta e da procura, etc... Se cada produto fosse vendido ao seu custo real, uma boa parte do nosso consumo quotidiano seria inviável.....

O transporte por via aérea de frutos tropicais ou da Austrália, os voos low cost na Europa... Segundo o jornal Expresso de há uns anos atrás o custo real de 1kg de bife rondaria *qualquer coisa como* os 500 dólares. *A diferença, com o que pagamos, é de que é subsidiado.....*

2 – Construção.....

Também na construção (agora inexistente) *no nosso Concelho*, a incorporação de matérias primas locais (bem como de mão de obra e saberes locais), representaria uma diminuição dos gastos de energia ao nível dos transportes, bem como um aumento dos níveis de sequestro de carbono.....

Como aparte registre-se que neste capítulo, bem como eventualmente em muitos outros, os objetivos serão atingidos por força da inatividade.....

A incorporação de matérias primas locais deveria acontecer, desde logo, a partir dos inertes, passando por um campo mais vasto, o do próprio saber, e lembro que já nesta sala, que não nesta assembleia,

referi a necessidade e oportunidade de criação de uma Escola Profissional ligada à reabilitação do parque edificado.

A recuperação de técnicas tradicionais de construir, que, registe-se, se limitavam à utilização das matérias primas locais, daria um contributo decisivo para atingir estes objetivos.....

Dois pontos apenas, *neste campo*:

a) O incremento da floresta para a produção de madeira.....

- Implicaria o aumento da cota de sequestro de carbono da região.
- O uso local dessa madeira significaria a incorporação de mão de obra local e a redução dos custos de energia no transporte da mesma.....

b) A recuperação de técnicas tradicionais levaria à substituição das argamassas de cimento por argamassa de cal, que apresentam, quando corretamente aplicadas, características que superam em muito as argamassas de cimento. Mais uma vez a incorporação de matérias primas locais significaria a redução da fatura energética, um contributo positivo para a economia local e poderia significar, por exemplo a reactivação da caleira de São Pedro.....

- O tema deve ser enquadrado também nos tempos que vivemos, profunda e estruturalmente diferentes de um passado muito recente.

Apelos, a uma população massacrada pela acusação de viver acima das suas possibilidades, para mudar de automóvel e eletrodomésticos, por mais eficientes, pode, nos tempos atuais, ser um apelo que ronda a obscenidade, para além de intelectualmente desonesto.

Os objetos não podem ser encarados apenas no seu tempo de vida de utilização, mas em todo o seu ciclo, desde a produção até à sua eliminação e de preferência na reconversão, de novo, em matérias primas.

A energia incorporada no fabrico de um novo automóvel, e no seu desmantelamento deve ser somada à energia que o mesmo consumirá durante a sua vida útil, o que significa que um veículo mais eficiente mas com uma vida útil reduzida pode não apresentar o balanço energético mais favorável.

O mesmo se aplica na atualidade aos painéis fotovoltaicos, já que não é líquido que na atualidade a energia produzida, no seu período de vida útil, compense a energia incorporada no referido ciclo desde a fabricação até ao desmantelamento.

O tema exige ainda que não sejamos ingénuos, vivemos rodeados de regras, que nos são impostas, por norma, pelos mais poderosos. A sustentabilidade não significa certamente a promoção da sociedade de consumo, do usa e deita fora, de que os exemplos acima fazem parte e que apenas beneficiam os países produtores desses objetos.....

Como contributo, da nossa parte, propomos, ou deixamos como ideia:

1 - A criação de uma rede de transporte escolar, urbano, libertaria a envolvente das escolas do caos de veículos a que assistimos na hora de entrada e saída, e permitiria a redução drástica da energia dispendida pelos pais no transporte dos filhos para os estabelecimentos escolares. Permitiria ainda a melhor gestão dos equipamentos disponíveis, ao ligar os percursos desses transportes aos equipamentos desejados.

2 - Seria bom conhecermos o balanço da experiência realizada sobre compostagem doméstica e sendo esse balanço positivo, *como acredito que seja*, o seu alargamento a todo o perímetro urbano da cidade.

3 - Tendo nós necessidades acrescidas de aquecimento, no período de inverno, a biomassa, e biomassa produzida e recolhida na região, deverá a médio prazo ser a principal fonte de energia para o efeito, pelo que deverá ser promovida a sua recolha e transformação, bem como a fabricação local dos aparelhos de queima.....

Como conclusão:

As medidas a adotar deverão ser devidamente ponderadas, compreendidas e explicadas aos e pelos atores intervenientes, tanto mais que aquilo que ontem, ou hoje são verdades incontestáveis, poderão não o ser amanhã.....

A região deve reivindicar os dividendos da energia verde produzida e do sequestro de carbono que o seu território efetua, pelo que o balanço entre as emissões de CO2 e a sua captação devem ser dados públicos e publicitados.....

Na construção High Tech versus construção tradicional, é esta a que se encontra mais perto dos parâmetros de sustentabilidade, enquanto a primeira interessa sobretudo aos países que são grandes fabricantes de equipamentos. Se a certificação energética, enquanto implica a adoção de medidas passivas é plenamente válida, na adoção de medidas ativas e quando implica ventilação mecânica a lei que somos obrigados a cumprir (RECESE) é uma lei para países ricos e que contraria todos os parâmetros da sustentabilidade.

A sustentabilidade não é mais do que no fim de contas BOM SENSO”.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda uma intervenção, Luis Fernandes, do PS. Tem a palavra.....

----- **Luis Fernandes** – Uma vez mais, boa tarde a todos.....

----- Não é bem uma intervenção, é mais um pedido de esclarecimento, mas na altura já estávamos em cima e eu no meio da conversa ocorreu-me perguntar aqui uma coisa ao Sr. Presidente, já que estamos a falar de sustentabilidade, estamos a falar de eficiência energética, estamos a falar de redução

de emissões, estamos a falar de uma série de coisas relacionadas com o ambiente, se bem me lembro, aqui há uns tempos largos falava-se aqui muito na questão da implantação dos parques eólicos aqui na região de Bragança, que é uma aposta, como sabem, do anterior Governo, forte, grande investimento nessa área, e que de repente desapareceu da agenda deste Município, tínhamos a previsão de um parque eólico aqui em Nogueira, que estava quase a ser implantado, de repente desapareceu. Houve a aposta dos parques eólicos de Montesinho, nunca mais também ouvimos falar o que é que se passava, e eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente, porque vem a talho de foice, e aposta nas energias alternativas é uma realidade que tem que ser enfrentada, o que é que se passa em relação a esses parques eólicos, desapareceu a ideia? Mantêm-se, ainda? As empresas ainda estão no terreno? Desapareceram? O que é que se passa?.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Há mais uma intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Júlio de Carvalho.

----- **Júlio Carvalho** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma simples referência a um aspeto que por conhecimento pessoal entendo que não foi aqui suficientemente abordado. E gostei muito da lição do meu amigo Arquiteto Ortega, mas esqueceu, creio eu, na minha opinião, uma coisa que é evidente a toda a gente.

----- O maior ineficiente energético que existe a nível nacional é na construção civil. Todos nós sabemos o que se faz a título de construção e as câmaras municipais têm alguma responsabilidade nisso. Desde exigências que estão previstas na Lei, quanto à localização, quanto ao sistema de janelas, por forma a que numa zona excepcionalmente fria nós tenhamos eficácia energética, quanto às energias alternativas, e eu falo nisso com algum gosto, porque acho que fui o primeiro indivíduo em Bragança que pôs um aquecimento solar para proveito de águas em Bragança, ali na Rua do Loreto, e ainda lá existe, há trinta e muitos anos. Eu conheço casas que são uma autentica aberração e cujos construtores e arquitetos deviam ser responsabilizados criminalmente por aquilo que fazem. Desde paredes de prédios virados a norte, e vai lá o Tribunal para depois preparar a ação, ninguém é responsável! Nem o Arquiteto foi responsável, nem o construtor, nem os fiscais, nem a Câmara Municipal, e em situações totalmente anómalas, é a bolha da construção a que nós assistimos em Portugal, da banca e da construção civil. É devido essencialmente e é também agravada pela irresponsabilidade com que se construiu em Portugal, e com a irresponsabilidade com que muitas câmaras municipais autorizaram determinado tipo de construção, e com a responsabilidade que muitas câmaras municipais têm que estando um projeto aprovado até com algum valor técnico e em termos de eficiência energética não foi

devidamente fiscalizado, já hoje se falou aqui nisso, dos Bombeiros que vão lá, de toda a gente que lá vai, tudo passa.

----- Eu creio que em termos de energias alternativas temos o problema de Montesinho, na minha opinião, já quase ultrapassado porque ninguém quer assumir um projeto que seria uma forma de riqueza para Trás-os-Montes, e que está parado, ou pelo menos não o vejo andar, poderá ser que agora com a venda da Rede Energética Nacional haja possibilidade de haver auto estradas para a energia que venha a ser produzida em Trás-os-Montes.....

----- Nesse aspeto, Sr. Presidente, e com muito respeito, quando se fala aqui da ineficiência energética relativamente à construção e às residências, eu acho que devíamos ser mais precisos, e acho que a Câmara podia ser muito mais exigente em termos de legislação, ou em termos de decisões camarárias, ou em termos de regulamento de construção/edificação, por forma a que não se verifique aquilo que se verifica. Nós estamos numa região fria e temos que proteger os nossos cidadãos, por forma a que não seja só assegurado o seu bem estar como também a eficiência energética, porque a maior parte das casas não tem nenhuma condição para que haja eficiência energética.

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Ortega, do PS.....

----- **João Ortega** – Respondendo aqui ao meu caro amigo Dr. Júlio, não devem estar à espera que eu venha aqui a defender a Câmara, mas, de facto, confundiu aqui algumas coisas e não compete, de todo, à Câmara fiscalizar e, sobre tudo, agora que caminhamos para uma coisa chamada “licenciamento zero” não compete à Câmara substituir os técnicos que fazem projetos, que acompanham projetos e por aí fora. A verdade é que se queremos achar culpados aí, eu, como ator principal dessa peça, tenho que culpar aqui toda a gente.

----- O mercado de projetos é um mercado que quanto mais barato, o projeto, melhor, e portanto a qualidade da construção é uma coisa que não interessa a quem o manda executar, mas é uma guerra que os arquitetos travam há muitos anos, não me parece que tenham sido bem sucedidos, não deixando de dizer que até ao início desta crise, e aqui a cidade de Bragança é exemplo disso, nós fizemos nos últimos vinte anos, uma enorme revolução no sentido de melhorar a qualidade das construções que foram feitas, ou seja, uma coisa é falar das construções dos anos setenta, princípio dos anos oitenta, outra coisa é falar das construções que foram feitas no ano dois mil, dois mil e um, dois mil e três, porque a partir daí eu considero que entrámos em crise e neste momento não sei a qualidade das construções, primeiro - porque não fazemos, segundo – porque, mais uma vez, a questão do custo da

construção é fundamental, e quem paga o custo da construção não pode ser outro se não o consumidor final, quer dizer, disso não tenhamos dúvida.

----- Agora, compete aos técnicos verificarem as condições daquilo que projetaram, à Câmara muito levemente compete verificar as especialidades, compete-lhe à arquitetura, e por isso os projetos de arquiteto são, ainda por cima, aqueles que são mais escrutinados e que mais dificilmente são aprovados, que é um contra-senso, mas, se calhar, até se compreende, e os projetos daqueles que a Lei permite assinar, mas que não têm habilitações, de facto, para fazerem arquitetura, cumprem os parâmetros legais mínimos e passam.....

----- A qualidade de construção é ao promotor que compete lutar por ela, e o promotor que queira tem construção com qualidade. A Lei atual é uma Lei muito exigente, ter uma certificação energética, a menos que as declarações dos técnicos sejam falsas, e isso existem os tribunais para julgar falsas declarações, a menos que as declarações sejam falsas, os projetos são exigentes.....

----- Agora, a passagem do regulamento de comportamento das características térmicas do edifício que será as questões mais simples para o RSECE (Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios) na minha opinião é uma Lei que não se adequa a Portugal e temos diversas leis que são importadas do norte da Europa e que nos impõem aqui, para agora nos virem acusar de vivermos acima das nossas possibilidades.

----- O que se passa nas escolas intervencionadas pela Parque Escolar não é luxo, é cumprir a Lei, simplesmente agora não vamos ter dinheiro para por os equipamentos de ar condicionado a funcionar, porque esses equipamentos custam muito dinheiro.

----- E a construção tradicional, aquela construção que os nossos avós sabiam o que era o absedo e o que era o soalheiro, e por isso sabiam para onde virar as janelas, quer dizer a construção High Tech, a construção de alta tecnologia ignora isso completamente, porque o resolve com aparelhos elétricos, o que eu defendo aqui é que temos muito a aprender com os nossos avós e, se calhar, relativamente pouco a aprender com altas tecnologias.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Eu vou aqui servir-me, assim, mais ou menos, de um “ teste e um génios”, não sendo eu juiz, atenção! Na minha modéstia opinião, acho que há aqui duas ou três confusões. O Dr. Júlio tem razão, o Arquitecto Ortega tem razão. Agora, licenciamento zero não quer dizer incumprimento, quer dizer, pura e simplesmente, uma coisa, não passa o controle administrativo pela Câmara Municipal. Quer dizer privatização de responsabilidades a montante, ou seja, quando eu entrego um projeto, o que

é que acontecia até aqui? A Câmara, até ao Regime do Licenciamento Zero - mas o licenciamento zero é para a instalação de atividades económicas, nós estamos a falar de operações urbanísticas, é para instalação de atividades económicas, ou operações urbanísticas, o que nós temos, e foi alterado em dois mil e dez, diz o seguinte: Quando se façam operações urbanísticas os técnicos têm que efetivamente entregar termos de responsabilidade, mas também diz o RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), que a Câmara Municipal só não pode pedir vistoria se concomitantemente, na parte que diz respeito ao projeto energético, houver uma certificação por parte da entidade, daquele projeto, senão a Câmara tem obrigação de fazer vistoria, e mesmo assim, sendo entregue o termo de responsabilidade técnico, nada impede que aleatoriamente a Câmara faça vistoria. Mais, esta libertação do controlo administrativo, que é só isso, que não é sinónimo de isenção do cumprimento das leis, empurra os municípios para uma tarefa muito exigente, e que há pouco a mim não me foi respondida, que é a tarefa da fiscalização, e essa é a grande reforma cultural deste País nomeadamente na construção.....

----- É privatizar, acreditar nos projetos, não desconfiar do particular, nem dos técnicos. Muito bem, temos os procedimentos penais, mas apostar na fiscalização, e eu tenho dúvidas e aqui não posso se não subscrever as intenções do Dr. Júlio de Carvalho, tenho dúvidas que tenhamos fiscalização apta.....

----- Mais, no que consta do Plano de Ação deste Programa, eu quando preparei a Assembleia estive a ver, Bragança não é o primeiro município a propor um Plano deste tipo, temos Águeda, temos Oeiras, dezenas de municípios que já o fizeram.

----- Agora, se vocês lerem bem o documento vocês têm aqui um conjunto no Plano de Ação que são intenções de meios, não são intenções de resultado, porque a CM naquilo que são as suas atribuições nomeadamente nos transportes públicos, na iluminação pública, pode obrigar-se a fazer, agora naquilo que são investimentos privados não pode, não é? Só pode fazer ações de sensibilização, não pode obrigar os particulares de edifícios antigos a mudar a caixilharia, se bem que o RJUE também já preveja que a mudança de materiais eficiência/energéticos inclusivamente é uma obra isenta de controle, nem sequer vai a controle camarário. Portanto a legislação está toda vocacionada para isto.....

----- Agora, a Câmara pode, sim, fazer aquele que é o seu papel, nomeadamente nos edifícios antigos que não têm que cumprir esta legislação elegante de dois projetos de certificação energética, não se esqueça que os particulares têm o dever de conservação do edificado de oito em oito anos, e portanto , se calhar, podemos evitar a degradação e, de facto, chegar a uma situação de rutura em que é preciso voltar a fazer de novo, se efetivamente a fiscalização assegurar este dever de conservação de oito em oito anos, que está previsto na legislação.

----- Eu vou-me abster porque acho que relativamente a este plano de ação e comparando com muitos outros planos de ação, faltam aqui alguns elementos que estão descritos noutros planos e que era importante nós conhecermos também no plano de ação da eficiência energética de Bragança. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Terminadas as intervenções vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E OITENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Ana Almeida.

----- **Ana Almeida** – Como anunciei, abstive-me só por este motivos. Sr. Presidente, eu quando me referi que não havia almoços grátis, queria pura e simplesmente dizer que todas as intervenções têm um custo, não têm necessariamente um preço mas têm um custo, ou seja, têm um encargo que há-de estar associado. E eu disse que efetivamente estavam apresentados os resultados e estive a ler atentamente o Plano de Ação e acho que poderia estar mais desenvolvido e nomeadamente comparando com outros planos de ação já implementados e em concreto com o Município de Águeda e Oiras e outros, que estive a ver, nomeadamente o denominador comum desses planos de ação falam: em cada setor quais as ações a realizar; quem irá promover-las; em que prazo; quais os recursos; a quantificação dos resultados de ação; quem é que vai avaliar; quem é que vai acompanhar; quem é que vai redefinir; quais os aumentos de energia renováveis perspetivadas; quais as reduções de emissão de gás para efeitos de estufa, espectáveis. Portanto acho que esta identificação do plano seria importante para sabermos aquilo que estamos, desculpem a expressão, a comprar, não é em termos de contrato, porque é disso que se trata. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Vamos passar ao ponto seguinte.

PONTO 4.3 – Tomada de conhecimento sobre As seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.3.1 – BRIGANTIA ECOPARK – PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNCO SOCIAL PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro e que a seguir se transcreve:

1 - A Câmara Municipal de Bragança, deliberou, em Reunião Ordinária realizada no dia onze de agosto de 2008, aprovar a Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia, aprovar os Estatutos e Projeto do respetivo Regulamento Interno.

A Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária, realizada no dia oito de setembro de 2008, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que o Município de Bragança integrasse aquela Associação.

A referida Associação, visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

Esta Associação adjudicou e consignou a construção da primeira fase do Brigantia Ecopark, pelo valor de 7.310.383,07€, cofinanciado em 80% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (5.848.306,46€), estando já a decorrer as obras, sendo o prazo de execução da empreitada de 540 dias.

No Plano de Atividades Municipal para o ano de 2012, Projeto 07/2012 “Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark”, está inscrita a verba de 290.000,00€, estando nesta data com saldo de cabimento de igual valor.

A Assembleia Geral da Associação é o Órgão Deliberativo e é constituído por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

De acordo com o n.º 1 de artigo 22.º dos Estatutos, “o fundo social é constituído por Unidades de Participação (UP), com o valor nominal de 500,00€ (quinhentos euros) cada uma, e realizado do seguinte modo:

2. A UP constitui e corresponde a uma quota mínima indivisível para efeitos de subscrição do património associativo.

3. O fundo social poderá variar mediante a entrada ou saída de associados ou o reforço da participação dos associados já inscritos.”

O Regulamento Interno estabelece, na Cláusula Quarta que:

1. “O fundo social inicial de 309 000,00€ (trezentos e nove mil euros), distribuídos por 618 Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

a) O Município de Bragança, que subscreve 400 UP (200 000,00€ - duzentos mil euros);

b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 200 UP (100 000,00€ - cem mil euros);

c) O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (5 000,00€ - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.

2- A Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK reuniu no dia vinte e oito de maio de dois mil e doze para analisar e votar uma proposta de aumento do fundo social, a subscrever pelo Município de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do número 3 do artigo 22.º dos Estatutos “para satisfazer o pagamento dos autos de medição dos trabalhos, a executar nos próximos meses, relativos à construção da primeira fase do Brigantia Ecopark, visto que as necessidades de autofinanciamento do projeto estimam-se em 1.851.070,00€, e de acordo com o cronograma financeiro da obra a previsão de faturação para os próximos 120 dias é de 239.695,78€, não dispondo a Associação de recursos financeiros próprios para o respetivo pagamento sendo necessário, nesta fase, que os mesmos sejam assegurados pelos Associados. Considerando que o prazo médio de pagamento do montante FEDER a receber do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), relativo aos pedidos de pagamento intercalares a efetuar, é de aproximadamente 90 dias torna-se necessário proceder ao aumento imediato do fundo social, por forma a cumprir os compromissos financeiros inerentes à evolução da obra, sem comprometer a sua concretização nos prazos previamente definidos.”

Nestes termos, foi aprovada a seguinte proposta:

a) Reforço de 400 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 200.000,00€ (duzentos mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança; e

b) Reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Instituto Politécnico de Bragança.

Assim, o Município de Bragança passa a subscrever 800 UP correspondente a 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) e o Instituto Politécnico de Bragança passa a subscrever 400 UP, correspondente a 200.000,00€ (duzentos mil euros).

A proposta apresentada respeita a regra de detenção maioritária do património social da ASSOCIAÇÃO pelo Município de Bragança, estabelecida no número 2 da Cláusula 4.ª do Regulamento Interno da Associação - O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo, - no entanto é necessário proceder à alteração do n.º 1 e alíneas a) e b) da cláusula 4.ª, do respetivo Regulamento que reporta à composição do fundo social.

De acordo com a proposta aprovada pela Assembleia Geral realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e doze, a Cláusula Quarta do Capítulo II do Regulamento Interno da Associação passará a ter a seguinte redação:

CAPITULO II

PATRIMÓNIO

Cláusula Quarta

Fundo social inicial

1. O fundo social inicial de 609 000,00€ (seiscentos e nove mil euros), distribuídos por 1218 (mil duzentos e dezoito) Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a. O Município de Bragança, que subscreve 800 UP (€ 400.000,00 quatrocentos mil euros);
- b. O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 400 UP (€ 200.000,00 – duzentos mil euros);
- c. O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- d. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- e. A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (€ 5.000,00 – cinco mil euros).”

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.

Considerando que, a Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia oito de setembro de 2008, autorizou o Município de Bragança a integrar a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, aprovando simultaneamente os Estatutos e o Regulamento Interno, é agora competente a Câmara Municipal para aprovar um reforço do fundo social, nos termos expressamente previstos nos Estatutos da mesma.

Assim, propõe-se, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 22.º dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, a aprovação do aumento do fundo social através de um reforço de 400 Unidades de Participação (UP), no valor nominal de 200.000,00€ (duzentos mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 800 UP no valor nominal de 400 000,00€ (quatrocentos mil euros).

Mais se propõe que, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, se dê conhecimento à Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e uma abstenção do Sr. Vereador, José Leonel Branco Afonso, aprovar, o aumento do fundo social através de um reforço de 400 Unidades de Participação (UP), bem com dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Ata n.º 5



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK

ATA N.º 5

—Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e doze, reuniu pelas quinze horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Bragança, a Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia, pessoa coletiva n.º 508 767 229, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Bragança, sob o mesmo número, na Quinta do Vale do Prado, Freguesia de Santa Maria, Concelho de Bragança.-----
Estiveram presentes todos os associados, representando a totalidade do fundo social, conforme lista de presenças a arquivar na associação.-----

PONTO ÚNICO: Apreciação e votação de uma proposta de aumento do fundo social, a subscrever pelo Município de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo vigésimo segundo, número três dos estatutos.-----

Entrando de imediato na discussão do ponto único da ordem de trabalhos o Sr. Eng. Jorge Nunes, representante legal da Direção da Associação, apresentou à Assembleia uma proposta de reforço do fundo social em 300.000,00€ (600 Unidades de Participação - UP), nos termos do artigo vigésimo segundo, número três dos estatutos, distribuído da seguinte forma:-----

- 400 Unidades de Participação, no valor nominal de 200.000,00€ (duzentos mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança;-----
- 200 Unidades de Participação, no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Instituto Politécnico de Bragança.-----

A proposta apresentada respeita a regra de detenção maioritária social da ASSOCIAÇÃO pelo Município de Bragança, estabelecida no número 2 da cláusula 4.ª do Regulamento Interno da Associação – “O Município garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% UP, do património associativo”.-----

O proponente informou que o aumento do fundo social é necessário para satisfazer o pagamento dos autos de medição dos trabalhos, a executar nos próximos meses, relativos à construção da primeira fase do Brigantia Ecopark, uma vez que a Associação já procedeu à sua adjudicação e consignação, pelo valor de 7.310.383,07€, cofinanciado em 80% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (5.848.306,46€), estando já a decorrer as obras, sendo o prazo de execução da empreitada de 540 dias.-----

Considerando que as necessidades de autofinanciamento do projeto estimam-se em 1.851.070,00€ e que, de acordo com o cronograma financeiro da obra, a previsão de faturação para os próximos 120 dias é de 239.695,78€ e a Associação não tem recursos financeiros próprios para o respetivo pagamento torna-se necessário que, nesta fase, os mesmos sejam assegurados pelos Associados. Considerando, ainda, que o prazo médio de pagamento do montante FEDER a receber do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR),



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK

relativo aos pedidos de pagamento intercalares a efetuar, é de aproximadamente 90 dias torna-se necessário proceder, de imediato, ao aumento do fundo social, por forma a cumprir os compromissos financeiros inerentes à evolução da obra, sem comprometer a sua concretização nos prazos previamente definidos.

Submetida à votação, os associados deliberaram aprovar, por unanimidade, a proposta de aumento do fundo social nos termos propostos.

Na sequência da deliberação que antecede, importaria ainda proceder à alteração da cláusula quarta, número um, do Regulamento Interno da associação, que reporta à composição do fundo social da associação, tendo sido deliberado, também por unanimidade, alterar aquele normativo, que passará a ter a seguinte redação:

"Cláusula Quarta

Fundo social

1. O fundo social da associação, no valor de € 609.000,00 (seiscentos e nove mil euros), distribuídos por 1218 (mil duzentos e dezoito) Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a) O Município de Bragança, que subscrive 800 UP (€ 400.000,00 quatrocentos mil euros);
- b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscrive 400 UP (€ 200.000,00 – duzentos mil euros);
- c) O Município de Vila Real, que subscrive 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscrive 4 UP (€ 2.000,00 – dois mil euros);
- e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscrive 10 UP (€ 5.000,00 – cinco mil euros)."

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral encerrou a sessão, eram cerca de dezassete horas.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai assinada por todos os associados presentes. —

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Prof. Doutor Orlando Isidoro Rodrigues

Prof. Doutor Carlos Alberto Sequeira

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, pretende fazer um esclarecimento inicial?

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado Sr. Presidente.

----- Os trabalhos da primeira fase do Brigantia Ecopark estão iniciados, o projeto é cofinanciado por fundos comunitários e há necessidade de realização da parte de fundos próprios por parte dos promotores.

----- O orçamento para dois mil e doze, no projeto 7/2012 contempla já a dotação financeira para o financiamento do projeto, a Assembleia Geral da Associação Brigantia Ecopark reuniu no dia vinte e oito de maio para votar a proposta de aumento do fundo social, para fazer face a parte das necessidades de financiamento global do projeto, financiamento próprio que se estima em 1 851 070 (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil e setenta) euros.

----- Nesta fase a proposta aprovada pela Assembleia geral foi no sentido de se proceder a um aumento de trezentos mil euros, subscrito em duzentos mil euros pelo Município de Bragança, cem mil euros pelo Instituto Politécnico, passando o fundo social da Associação a ter a seguinte subscrição: O Município de Bragança – 800 Unidades de Participação; IPB – 400; Município de Vila Real – 4; UTAD – 4; PortusPark – 10 Unidades de Participação.

----- O Município passe a ser detentor de 65,68%. A competência para aprovação do reforço a fundo social é da CM, pelo que se trata de processo para conhecimento da AM.

----- **Presidente da Mesa** – Algum pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara?

----- Luis Pires, tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente, é precisamente uma dúvida sobre essa última questão que acabou de referir. É para conhecimento a competência de um aumento de um fundo social da Câmara Municipal, no entanto na certidão, na página três, ponto dois, na sexta linha, diz que é para satisfazer o pagamento dos autos de medição dos trabalhos a executar nos próximos meses, o que significa que há um pagamento.

----- Isto não obrigaria a vir à Assembleia? Embora o aumento do fundo social seja da competência da Câmara, há aqui um gasto, digamos assim. Não tem que vir aqui?

----- -

----- **Luis Pires** – Era só uma dúvida formal.

----- **Presidente da Mesa** – Mais algum pedido de esclarecimento? Não.....

----- Sr. Presidente, pretende dar algum esclarecimento?

----- Só que foi feita uma pergunta, Sr. Presidente... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** - O Sr. Presidente respondeu-te só que não ficou gravada e depois na ata não se tem uma resposta do Sr. Presidente, de forma que seja divulgada por todos.

----- **Presidente da Câmara** – Para que a ata não ignore, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia e do rigor, não há pagamentos diretos do Município a qualquer dos associados, em termos de faturação de prestação de serviços ou de construção da obra da Associação Brigantia EcoPark, a operação é de reforço do fundo social, já quanto á subscrição do valor relativamente ao aumento do fundo social é da Câmara, a Câmara podia recusar-se a fazer o aumento, neste caso, a Câmara delibera e a Assembleia Geral do Brigantia EcoPark conforma essa decisão que pode ser favorável ou não.....

----- **Presidente da Mesa** – Intervenções sobre este tema?

----- Não há intervenções sobre o tema, passamos então para o ponto seguinte, que também é para conhecimento.

PONTO 4.3.2 – DECLARAÇÕES DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011, DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DOS RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DECLARAÇÕES DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011, DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DOS RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes declarações, elaboradas pelo Departamento Administrativo e Financeiro e em conformidade com os Documentos de Prestação de Contas de 2011:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - e pese embora o facto de não ter ainda sido publicada a regulamentação à referida Lei, declaro que, os documentos anexos à presente informação e que aqui se dão por integralmente transcritos para todos os efeitos legais constituem os compromissos

plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011, os pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2011 e os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2011.

Mais se declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011 se encontram devidamente registados na base de dados central da Câmara Municipal de Bragança.

Anexos à presente informação:

- Declaração referente aos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011;
- Declaração referente aos pagamentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2011;
- Declaração referente aos recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2011.

Assim, e em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do referido diploma, submetem-se as presentes declarações, para conhecimento, da Exma. Câmara Municipal e envio à Assembleia Municipal, para o mesmo efeito.

Mais se informa que as presentes declarações são publicitadas no sítio da internet da Câmara Municipal de Bragança.....

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, remete os documentos à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de junho de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Mapas:

- Pagamentos em atraso existentes a 31.12.2011;**
- Compromissos Plurianuais existentes a 31.12.2011;**
- Designação do contrato;**
- Recebimentos em atraso existentes a 31.12.2011”**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Nos termos do artigo b) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 9/2012, de 21 de fevereiro) decaído que, e conforme informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro, todos os pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados central da Câmara Municipal Bragança, pelos montantes globais constantes do seguinte mapa:

Pagamentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2011
Reportado ao ano de 2011 e calculado por data de emissão da fatura

NIF	Designação da entidade	mais de 350 dias	mais de 145 dias e o menor ou igual a 350 dias	mais de 105 dias e o menor ou igual a 145 dias	mais de 60 dias e o menor ou igual a 105 dias	Pagamentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2011	Implicações no atraso do pagamento a 31.12.2011	Atualização da informação	
								Montante Pago	Data do Pagamento
505883801	ÁGUAS DE TRÁS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.	261.662,29 €	267.841,10 €	207.236,28 €	101.141,88 €	837.881,58 €	a)	144.953,20 €	18-01-2012
135595040	AMARO LUIS FERNANDES				322,26 €			322,26 €	19-01-2012
502820748	BRANCA DE NEVE SOC. TECNICA LAVANDARIA LDA.	14,12 €							
505808935	DECOMAT - RUI MANUEL TEIXEIRA RODRIGUES, UNIPessoal, LDA.	0,30 €			93,73 €			94,03 €	06-02-2012
505895242	LUIS FELICIANO MONTEIRO DE SA UNIPessoal, LDA.				250,00 €			250,00 €	14-05-2012
501727822	NOVA-VET - PRODUTOS AGROPECUARIOS LDA.			116,31 €				116,31 €	10-02-2012
505826342	OBRAKI			553,50 €				553,50 €	15-03-2012
505542331	RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM		3.223,00 €					3.223,00 €	05-01-2012
505250448	SILVICORO, TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA.			1.691,25 €				1.691,25 €	19-01-2012
508800200	SL BRAGANÇAPOST				265,68 €			265,68 €	19-01-2012
508302455	SPORT REVELA, QUALIDADE & INOVACAO				922,49 €			922,49 €	13-02-2012
103974241	TIPOGRAFIA ARTEGRÁFICA FERNANDO ANTONIO FERNADES				1.180,80 €			1.180,80 €	16-03-2012
503306594	UNOX-EQUIPAMENTOS HOTELEIROS, S.A				135,30 €			135,30 €	19-01-2012
	Total	261.876,71 €	271.064,10 €	211.700,83 €	102.208,86 €	846.650,39 €		112.016,57 €	

a) Neste ponto importa referir que, desde 28 de fevereiro de 2009 tem vindo esta autarquia a reclamar junto da ATMAD, S.A., a emissão de notas de crédito que anulem parte da faturação que, em nosso entender, é indevida e que ausente o pagamento tem sido debitada. Sobre esta matéria têm sido apresentados, pela empresa, processos de injunção junto das entidades competentes. Face ao anteriormente exposto e até trânsito em julgado, ou seja, Resoluções Domésticas das Subseções de Faturação e de Bragança e Izeda, assinado em 27 de Junho de 2007 e porque, em segundo lugar, desde 2011 a faturação não respeita os valores corrigidos para a tarifa de saneamento (0,53€/m³) e para a tarifa de água (0,48€/m³) e pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, bem como por não considerarem a capacidade de tratar. No caso em apreço dos 837.881,58€ de pagamentos em atraso a data de 31.12.2011 a Câmara Municipal ao reconhecer o montante de 144.953,20€ - o qual liquidou em 18.01.2012, constando como faturação indevida o valor de 692.928,38€.

Bragança e Papos do Município, 22 de maio de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal

Maria Helena
António Jorge Nunes, Eng.º

António



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) declaro que, e conforme informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro, todos os compromissos existentes a 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados central da Câmara Municipal Bragança, pelos montantes globais constantes do seguinte mapa:

Compromissos Plurianuais existentes a 31.12.2011

Designação do contrato	Compromissos Plurianuais			
	2012	2013	2014	2015
Construção da Escola de Dança e ampliação da Casa da Seda	143.069,44 €			
Refeições aos alunos da escola eb1 Augusto Moreno, Touroal e jardim de infância da Estação ano lectivo 2011/2012	33.038,88 €			
Assegurar condições de funcionamento, telefones, tinteiros, higiene e limpeza e outros consumíveis	29.808,72 €			
Refeições de alunos das escolas EB1 da Mãe de Água e EB1 das Beatas	18.312,00 €			
Exploração, manutenção e conservação dos diversos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de águas residuais	646.249,25 €	646.249,25 €	646.249,25 €	646.249,25 €
Construção da circular interior, troço da Mãe de Água	407.180,75 €			
Transporte escolar ano lectivo 2011/12, circuito XIV	4.491,67 €			
Transporte escolar ano lectivo 2011/12, circuitos, XIX, XXV e XXVIII	15.737,82 €			
Transporte escolar ano lectivo 2011/12, circuito X	8.649,60 €			
Conclusão das obras da cave da sede	33.000,00 €			
Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Bragança	10.000,00 €			
Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Izeda	14.866,64 €			
Transportes escolares ano lectivo de 2011/12, circuito VIII	7.028,65 €			
Transportes escolares ano lectivo de 2011/12, circuito XVIII	5.192,41 €			
Aquisição de serviços na área de seguros	129.825,33 €	99.497,05 €	30.328,28 €	
Serviços de cobertura televisiva dos eventos para os quais a Câmara Municipal convida a comunicação social a estar presente	18.450,00 €			
Serviços para estudo das memórias de Bragança - 1721	7.500,00 €			
Serviços para execução do projeto Bragança Época Contemporânea 1820-2012	59.040,00 €			
Refeições escolares aos alunos das escolas EB1 Campo Redondo	9.777,78 €			
Apoio à Construção da Igreja Paroquial dos Santos Mártires	25.000,00 €			
Reconversão urbanística da zona Forte S. João Deus, remodelação dos edifícios da sede do Município	6.805.264,68 €	3.402.632,31 €		
Transporte escolar ano lectivo de 2011/12, circuito II	10.176,15 €			
Trabalhos de implementação dos projetos imateriais, carta social, guia boas práticas de INTER	25.830,00 €			
Serviços de revisor oficial de contas (SROC)	14.760,00 €	14.760,00 €		
Execução de saneamento e construção de ETAR, nas aldeias de Frelira, Vila Boa e Lagomar	320.905,54 €			
Execução de Saneamento e construção de ETAR, nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos	459.012,42 €			
Protocolo de Cooperação "Bragança-Zamora, Um Património Comum" com a Fundação Rei Afonso Henriques	20.000,00 €			
Protocolo de Cooperação com a FUL - Fundação da Universidade de Lisboa	49.200,00 €			
Serviços para a realização de atividades de enriquecimento curricular no ensino da músicas, ano lectivo de 2011/12	50.400,00 €			
Projeto para a Criação da Ciclovia da Mãe d'Água e da Praça Nova da Mãe d'Água	7.380,00 €			
Refeições aos alunos de educação pré-escolar itinerante/animação infantil e comunitária a funcionar na EB1 dos Formarigos	1.539,87 €			
Suplementos alimentares aos alunos carenciados do 1º Ciclo do Concelho de Bragança, ano lectivo 2011/12	36.952,51 €			
Refeições às escolas do pré-escolar e 1º ciclo, ano 2011/12	189.798,83 €			
Aquisição de Terrenos para construção da Circular Externa	4.312,00 €			
Parque Verde da Coxa	141.492,45 €			
Iluminação Decorativa na época natalícia 2011	24.108,00 €			
Serviços de transporte escolar de Sortes para Bragança	3.784,00 €			
Serviços de transporte escolar ano lectivo de 2011/12, Circuitos: III, VI, IX, XXIV e XXVI	35.270,00 €			
Serviços de apoio técnico jurídico na modalidade de avença (1981)	4.059,00 €			
Serviços de transporte escolar ano lectivo de 2011/12, Circuitos: I, IV e XVI	30.756,75 €			
Requalificação de análises de controlo da qualidade da água da piscina municipal	3.860,56 €			



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature

Designação do contrato	Compromissos Plurianuais			
	2012	2013	2014	2015
Serviços de apoio técnico jurídico na modalidade de avença (2004)	22.140,00 €	22.140,00 €	22.140,00 €	22.140,00 €
Aquisição de Terrenos para construção da Circular Externa	1.590,00 €			
Transportes escolares ano letivo de 2011/12, circuito XII	7.439,08 €			
Transporte escolar ano letivo de 2011/12, circuitos XV e XXIII	18.470,80 €			
Serviços de segurança e saúde no trabalho	10.747,50 €			
Estadia de alunos de Bragança do Pará a estudar no IPB	3.036,00 €			
Reconstrução de edifícios para residência de estudantes, edif. n.º 18, 24 e 22	371.569,02 €			
Reconstrução da casa da Cidade, sede das Associações de Santa Maria	114.959,67 €			
Execução de saneamento e construção de ETAR nas aldeias de Parâmio, Gondensed e Terroso	331.278,96 €	165.639,48 €		
Limpeza das instalações municipais	94.242,60 €	7.853,55 €		
Transportes escolares ano letivo 2011/12, circuito XVII	5.235,23 €			
Contrato anual de manutenção da central telefónica	1.491,96 €			
Contrato de vigilância - Centro Escolar da Sé, ano 2011	147,60 €			
Contrato de vigilância Centro Escolar da Santa Maria, ano 2011	147,60 €			
Aquisição de combustível rodoviário	388.148,51 €			
Manutenção e assistência técnica de parcómetros na cidade de Bragança	30.779,70 €	1.819,98 €		
Transporte escolar ano letivo 2011/12, circuito XXI	6.487,20 €			
Transporte escolar ano letivo 2011/12, circuitos XIII e XXII	18.212,92 €			
Acordo com a Rodonorte e Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres	213.440,00 €			
Conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe de Água e Coxa	330.336,41 €			
Fiscalização, controlo, planeamento e coordenação de segurança na empreitada, reconversão urbanística da zona do Forte São João Deus	52.567,30 €	33.120,10 €		
Serviços para manutenção de tratamento de espaços verdes, Polls...Jardim António José de Almeida	135.300,00 €	135.300,00 €	135.300,00 €	
Transportes escolares ano letivo de 2011/12, circuito V	4.704,22 €			
Transporte escolar da Quinta da Seara para Bragança	3.784,20 €			
Transportes escolares ano letivo 2011/12, circuito VII	7.922,44 €			
Transportes escolares ano letivo 2011/12, circuito XX	4.543,63 €			
Manutenção preventiva e assistência técnica aos equipamentos eletrónicos do Aeródromo Municipal	5.488,87 €			
Transporte escolar ano letivo de 2011/12, circuito XI	7.280,00 €			
Serviços de segurança e vigilância nas instalações municipais - 1.ª renovação	346.443,97 €	346.443,97 €		
Serviços para a realização de atividades de enriquecimento curricular no ensino de Inglês, ano letivo de 2011/12	55.201,66 €			
Serviços para a realização de atividades de enriquecimento curricular atividade física e desportiva, ano letivo de 2011/12	58.338,16 €			
Pessoal auxiliar para a componente de apoio à família e prolongamento de horário ano letivo 2011/2012	46.432,00 €			
Beneficiação de Imóvel na aldeia de França	10.000,00 €			
Fornecimento de água - Izeda	45.900,00 €			
Saneamento Etar Bragança - Etar Izeda	1.175.200,00 €			
Comunicações móveis/fixas	137.100,00 €			
Fornecimento de Gás Natural	268.000,00 €			
Fornecimento de Energia Elétrica	2.032.000,00 €			
Remoção de Resíduos Sólidos Urbanos	2.230.561,34 €			
Contrato para expedição de correspondência	34.086,00 €			
Total	18.495.636,05 €	4.875.455,69 €	834.017,53 €	668.389,25 €

Bragança e Paços do Município, 22 de maio de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal

Handwritten signature
António Jorge Nunes, Eng.º



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Handwritten signature

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) declaro que, e conforme informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro, todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados central da Câmara Municipal Bragança, pelos montantes globais constantes do seguinte mapa:

Recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2011

Cód. de Conta	Designação	Valor
21.3.3	Clientes, Contribuintes e Utentes - Utentes c/c - Água	414.177,76 €
21.3.9	Clientes, Contribuintes e Utentes - Outros	18.265,62 €
21.8.2.02.1	Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa - Cobranças em litígio - Contribuintes	409,42 €
21.8.2.03.1	Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa - Cobranças em litígio - Utentes	162.633,77 €
26.8.2.3.9	Devedores de Transferências para as Autarquias Locais - Fundos Comunitários - Projetos de Investimento	2.640.425,88 €
26.8.5.9	Outros Devedores Diversos - Dívida do MMB, EEM	81.595,06 €
Total		3.317.507,51 €

Bragança e Paços do Município, 22 de maio de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal

Handwritten signature of António Jorge Nunes
António Jorge Nunes, Eng.º

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, pretende fazer algum esclarecimento inicial, da matéria, ou remetemos aos documentos e aguardamos questões?

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Muito bem.

----- Srs. Deputados, questões sobre a matéria?.....

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre esta matéria?

----- Também não há. Passamos à frente deste tema que foi verdadeiramente rápido. Passamos para o último ponto.....

PONTO 4.4 – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA SOBRE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA – solicitação do Grupo Municipal do BE, com vista ao exercício da competência prevista no art.º 23 da Lei Orgânica n. 4/2000, de 24 de agosto.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

ACÚRCIO ÁLVARO PEREIRA, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL BRAGANÇA:

----- Certifica que na ata da quarta reunião, do ano de dois mil e doze, da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal, realizada no dia 11 de junho, no auditório "Paulo Quintela" em Bragança, na qual participaram onze membros, dos doze que a constituem, se encontra uma decisão do seguinte teor:.....

” Projeto de deliberação para a realização de referendo local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Bragança sobre a reorganização territorial autárquica”

----- Dando cumprimento à solicitação do Grupo Municipal do BE - Dr. Luís Miguel Vale Fernandes do Vale, foi presente, pelo Presidente da Mesa da Assembleia o seguinte projeto de deliberação:

"Proposta

A Assembleia de Municipal de Bragança delibera, nos termos do artigo 23º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro, e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, aprovar a realização de um referendo local/ submetendo ao Tribunal Constitucional a sua fiscalização preventiva, nos termos do artigo 28.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro/ e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, com a seguinte pergunta:

"Concorda que a Assembleia Municipal de Bragança se pronuncie a favor da reorganização das freguesias integradas no Município de Bragança, promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas?"

----- **Após análise e discussão do projeto de deliberação, foi decidido, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à aprovação da AM, na próxima sessão, o projeto de deliberação apresentado pelo Grupo Municipal do BE.....**

a) **Acúrcio Álvaro Pereira”**

----- **Presidente da Mesa** – Cabe ao representante do Bloco de Esquerda, Luis do Vale iniciar o processo apresentando à Assembleia os argumentos que suportam este projeto de deliberação.....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos.....

----- Com a publicação em Diário da República da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que confere competências às Assembleias Municipais para se pronunciarem sobre a reorganização administrativa do território das freguesias (artigo 11.º, n.º 1 e n.º 4), o Bloco de Esquerda sempre se afirmou contra este modelo de reorganização, apresenta em todos os municípios onde tem representantes eleitos, este projeto de deliberação para a realização de referendo local acerca da pronúncia das Assembleias Municipais sobre reorganização territorial autárquica.....

----- A nossa proposta é que esta Assembleia delibere nos termos do artigo 23.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010 de 15 de dezembro, e Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro, aprovar a realização de um referendo local, submetendo ao Tribunal Constitucional a sua fiscalização preventiva, nos termos do artigo 28.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro e Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro, com a seguinte pergunta:

“ Concorda que a Assembleia Municipal de Bragança se pronuncie a favor da reorganização das freguesias no Município de Bragança, promovendo a agregação, fusão ou extinção de qualquer uma delas?”

----- Assim, e tendo como certo que todos os grupos municipais desta Assembleia Municipal tomaram conhecimento do conteúdo da nossa proposta e da nossa justificativa que a acompanha, que foi distribuída na reunião da Comissão Permanente, a todos os Líderes dos diferentes grupos, quero referir dois ou três aspetos da nossa argumentação que considero pertinentes e que por si justificam a nossa proposta e deveriam justificar a aprovação por parte desta Assembleia, da deliberação em causa. .

----- Primeiro – Como podem perceber trata-se essencialmente de uma questão de legitimidade. E repito, uma questão de legitimidade.....

----- Ao atuais órgãos autárquicos não foram eleitos com base em qualquer proposta eleitoral, de extinção ou fusão das autarquias locais, aliás nunca se pronunciaram em concreto ou abstrato sobre uma eventual reorganização territorial das freguesias.

----- Assim, carecem de legitimidade para tomar uma deliberação desta natureza, por isso deve-se devolver a palavra às populações.

----- Segundo – A própria Assembleia Municipal de Bragança consciente da importância deste processo, reuniu extraordinariamente a 27 de janeiro deste mesmo ano, para debater este assunto e aprovou uma moção na qual no seu ponto terceiro se propôs, e passo a citar, “ Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências em situações em que não exista a concordância das populações envolvidas”, fim de citação.

----- Terceiro, e último – Por fim, afirmar e destacar a importância histórica das freguesias, que ao contrário do que muitos pensam, não são fruto de qualquer renascimento ou iluminismo, mas sim uma divisão administrativa do território nacional que remonta à idade média e que nalguns casos são referenciadas como anteriores à própria fundação da nacionalidade. Estes são referentes históricos identitários fortes que não se alteram ou extinguem por decretos, mas antes por iniciativa ou anuência das suas populações.....

----- E agora estarei disponível para responder a qualquer questão que vocês queiram colocar.

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, pretendem fazer pedidos de esclarecimento ao Sr. deputado Luís do Vale?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções?

----- Rui Correia, do PSD, tem a palavra para a sua intervenção.....

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, boa tarde a todos. Tendo em conta a Lei Orgânica n.º 4/2000, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010 e Lei Orgânica n.º 1/2011, atendendo aos timings nos artigos 24.º e seguintes, nós poderíamos, se votássemos favoravelmente este referendo, nós poderíamos ter um referendo por volta do dia 15 de setembro, porque teria que ser enviado ao tribunal Constitucional, depois teria algum tempo para se pronunciar, teria que comunicar, teria que haver uma reunião entre o Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Autarquia, e depois teríamos ainda quarenta dias, no mínimo, para realizar esse referendo.

----- No entanto ainda se metem pelo meio as férias judiciais, que são de 15 de julho a 30 de agosto, o que iríamos ter referendo em novembro.

----- Nós, Assembleia, se o quisermos fazer temos que nos pronunciar em setembro, teríamos só que realizar este referendo em novembro, portanto extemporâneo.

----- Depois também dizer-lhes que há compromissos com as entidades que nos emprestaram o dinheiro, dinheiro para nós podermos funcionar, a denominada “Troica” e esses compromissos foram assumidos pelo PSD, pelo CDS e principalmente pelo PS uma vez que era quem estava no Governo, na altura em que se assinaram estes compromissos.....

----- Estes compromissos levam a uma reorganização das nossa autarquias, portanto, no fundo, estamos a cumprir aquilo que nos comprometemos com quem nos está a financiar neste momento.

----- No entanto não vi o Bloco de Esquerda em outras matérias fazer aqui também referendos! Sente-se legitimado para outras matérias mas não para este.

----- Portanto eu acho que o PSD sente-se legitimado para poder ter uma opinião com a proposta que está a ser trabalhada sobre a nossa reorganização, acho que saímos legitimados quando fomos eleitos em 2009 e, por isso, tendo em conta que a Lei já foi promulgada, por isso só poderemos votar contra este referendo, por tudo aquilo que referi.....

----- Pedia, mais uma vez, ao Bloco de Esquerda para ter mais cuidado ao filtrar a informação que lhe chega da nacional e que depois apresenta aqui, portanto para ter um bocadinho de mais cuidado para que não seja um meio nacional e depois apresente em todas as Assembleias. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda há um pedido de intervenção por parte de Luis Pires, do PS. Tem a palavra.....

----- **Luis Pires** – Muito boa tarde a todos. Eu estava para não vir intervir. Rui Correia é só para te informar, já que tu corrigiste ali umas coisas do Luis Vale, eu também te vou corrigir, é que houve uma interpretação por causa das férias judiciais e as assembleias têm que se pronunciar até 15 de outubro de 2012, portanto houve essa alteração, as tuas contas estão mal, escreves-te isso o outro dia! As tuas contas estão mal, pronto, é só para as atualizar.

----- Relativamente a esta questão do referendo, eu acho que quanto mais abrirmos as populações melhor fica a democracia, é sempre bom ouvirmos as populações, mas também, em termos funcionais se estamos sempre a ouvi-las a gente põe em causa para que é que elegemos os órgãos e a funcionalidade fica sem ser conseguida, porque a gente não se consegue concretizar.

----- Eu acho que na nossa justificativa, que o Luis entregou na Reunião da Comissão Permanente, havia o ponto um que diz “ Considerando que: 1 – Foi publicada a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio,

conferindo competência às Assembleia Municipais para se pronunciarem sobre a reorganização administrativa do território das freguesias...”. Ora bem, se há uma Lei que dá este mandato, eu acho que seria um pouco redundante estarmos aqui a fazer o referendo. No entanto, se essa for a vontade desta Assembleia, nós também não iremos dizer que não. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra Ana Almeida, do CDS/PP.....

----- **Ana Almeida** – Sem combinar, eu e o Luis concertámos o que vínhamos dizer. De facto a AM tem que se pronunciar, a Lei 22/2012 o que diz é que os prazos que estão previstos nessa Lei se contam de acordo com o Código do Processo Civil, o tem que significar necessariamente uma coisa, que se suspendem em férias judiciais. Ora, suspendendo-se em férias judiciais portanto os prazos da Lei avançam para outubro.

----- E há, efetivamente, nos artigos 6.º, 7.º e 11.º da Lei 22/2012, diz que há um direito de pronúncia da AM, é uma deliberação, delibera, portanto nem toma só conhecimento, a AM delibera, o que significa que decide, e poder decidi-lo aderindo aos parâmetros que estão definidos na Lei, mas a própria Lei lhe dá critérios de flexibilidade, portanto ajustando os parâmetros para 20% ou mais ou mesmos consoante o tipo de núcleo que esteja envolvido.....

----- Portanto eu acho que a participação da Assembleia está mais que assegurada. O papel que é dado não é meramente um papel de parecer, é um papel deliberativo, e tendo sido nós eleitos, e aqui não posso deixar de concordar, parece-me que, contando os prazos para o referendo, se revelaria extemporâneo este referendo local, e acredito veementemente que a democraticidade e a representatividade está asseguradíssima pela Lei 22/2012.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Mais uma inscrição, Luis do Vale tem a palavra, ainda tem tempo, tem seis minutos

----- **Luis Vale** – Obrigado, Sr. Presidente.....

----- Bem, não foram feitas questões, mas houve alguns comentários e começando pela questão do Luis Pires, eu pergunto quantas vezes já esta Assembleia, ou a Câmara, ou algum órgão autárquico chamou a população a decidir o que quer que seja. Portanto nunca isso aconteceu. E, de facto, eu volto a repetir, e repetirei as vezes que foram precisas, é mesmo uma questão de legitimidade. E, indo de encontro ao raciocínio da Ana Cláudia, eu acho é que não temos mesmo essa legitimidade, vocês acham que sim, o Bloco de Esquerda acha que não.....

----- Em relação à intervenção do Rui Correia, e já foi dito pelo Luis e também pela Ana Cláudia, de facto o período de férias não conta, portanto o período das férias judiciais não contaria, portanto

estaríamos a falar no dia 14 de outubro, havia mais do que tempo para haver tempo para se realizar esse referendo.

----- Por outro lado, a decisão também ficaria em suspenso, só depois da pronúncia do Tribunal Constitucional, portanto não haveria qualquer problema em ultrapassar essas datas.

----- Em relação ainda ao nosso projeto, eu gostava de dizer o seguinte:

----- O referendo local não pode ser visto como meio de entravar esta reforma, deve antes ser visto como de adequação dos propósitos desta reforma às necessidades das populações, simplesmente o que acontece, e os promotores desta proposta estão conscientes disso, a Lei é tão má que os seus autores e apoiantes temem os efeitos de um qualquer referendo, onde quer que seja.

----- Outro argumento - que o referendo custa dinheiro – vão-me desculpar mas também não colhe, e tem sido cada vez mais recorrente ao nível nacional esse argumento, aproveitando este ambiente de crise e de intervenção externa, para poderem cercear a própria democracia.

----- É com despudor, e é este mesmo o termo que eu quero utilizar, que alguns dirigentes do PSD, se têm pronunciado a favor da suspensão da democracia, sempre com discurso auto elogioso, da moderação e da racionalidade, tal como há dias o fez o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, que defendeu que os municípios endividados deveriam ser impedidos de eleger os seus órgãos autárquicos e em sua substituição deveriam ser nomeadas troicas para sanearem as suas finanças.

----- Sábio pensamento este, acerca do funcionamento da democracia em autarquias endividadas.

----- Nunca esta AM, em democracia, se pronunciou sobre uma matéria com tanta relevância para a vida do Município, para a sua população e para as suas comunidades. Se há matéria que merecia ser referendada, esta é uma, não temos dúvidas, e é por isso que vos é proposta, a democracia não perderia com esse referendo. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão terminadas as intervenções vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, NOVE ABSTENÇÕES E VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Pedro Fernandes, para a sua declaração de voto

----- **Pedro Fernandes** – Boa tarde a todos. O PSD votou contra a proposta da realização do referendo local, uma vez que sente que a AM eleita neste último mandato tem legitimidade para exercer esse poder que foi investido na Lei que foi aprovada, em relação à reforma do poder local, e, pelo menos, não

temos essa dificuldade, como pode eventualmente ter a Sr.^a Presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, do Bloco de Esquerda, em relação a isso.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra Ana Almeida para a sua declaração de voto.

----- **Ana Almeida** – Só para esclarecer que o CDS votou contra porque precisamente na interpretação que se faz da Lei 22/2012, quando a Lei refere que a Assembleia Municipal delibera e que a intervenção da Assembleia se chama pronúncia e a própria Lei prevê que a própria Assembleia possa ter mecanismos de flexibilidade, não aderindo, digamos assim, aos parâmetros tipificados na Lei, significa que ela tem poder de decisão, e portanto não é um órgão meramente consultivo mas verdadeiramente deliberativo, senão teria que tomar conhecimento, não poderia decidir em contrário, teria que aderir, portanto não se me afiguram dúvidas quanto à legitimidade da AM num quadro deliberativo de reorganização administrativa. E, aliás, como eu já disse aqui, quando se discutiu este problema, acho que esta reorganização administrativa vai reforçar os poderes da AM, e portanto é salutar e revejo-me na maior parte das suas propostas. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra o Sr. Representante da CDU, Leonel Fernandes, por favor. ...

----- **Leonel Fernandes** – Muito boa tarde a todos. Desculpem lá só por mais este pequeno interregno, mas é só par dizer o seguinte: a CDU votou a favor porque entende efetivamente a filosofia de um referendo, e, ao mesmo tempo, que seria uma forma de dar corpo à moção que esta própria Assembleia aprovou em 26 de janeiro, em que disse que ouviria todas as populações e sem elas serem ouvidas não aceitaria a reorganização. Só por isso vota a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Luis Vale, do Bloco de Esquerda.

----- **Luís Vale** - Obrigado, Sr. Presidente. Tal com têm testemunhado, o Bloco de Esquerda tem direcionado a sua intervenção política com uma postura de partilha e de envolvimento com os diferentes setores da sociedade portuguesa, e, sempre que possível, defende e propõe o envolvimento das populações em todos os processos de decisão e opção política, que direta ou indiretamente interferiram com o futuro desses mesmos cidadãos. Foi e é assim, com insistência nos orçamentos participativos e é agora com esta opção política de combate á péssima e infeliz Lei n.º 22/2012, que se traduz nesta proposta de referendo local.

----- É com pesar que confirmo o desprezo pelos nossos eleitores e pelas instituições administrativas que são as freguesias.

----- É com tristeza que vejo os autarcas locais votarem contra a possibilidade das suas populações e eleitores se manifestarem legalmente e com a consequência acerca do seu próprio futuro. Essa votação é estranha, muito estranha.....

----- Acabámos igualmente de perder uma excelente oportunidade para contribuir positivamente para a qualificação das instituições políticas municipais e até nacionais. Não percebo o que saiu latente, que encontrei nesta sala, por querer dar a palavra aos eleitores, seria apenas a democracia, aquela que é mais participada, aquela que é mais partilhada e também mais responsável. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Para finalizarmos as declarações de voto, tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Vítor Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Cumprimentar naturalmente, até porque é a primeira vez que venho cá, e hoje com certeza a última, o Excelentíssimo Executivo, cumprimentar a Excelentíssima Mesa, a todos vocês, Deputados, não vejo a Comunicação Social mas fica também o cumprimento.....

----- O nosso sentido de voto e a nossa responsabilidade para com esta matéria fico expressa, e o nosso sentido ficou bem expresso, aliás ali o camarada, o deputado do PCP, disse a data, que eu já não sabia de memória, nem de cor, vinte e sete de janeiro, em que nós próprios, PS, fizemos aqui e apresentámos aqui esta moção. Nós apresentámo-la dizendo que esta Assembleia e todos os membros e os partidos políticos deveriam ir às freguesias esclarecer, promover sessões em que as pessoas se manifestassem, em que as pessoas ficassem esclarecidas, em que as pessoas, no fundo, tomassem conhecimento com os conteúdos que esta Lei, eu até quase que me atreveria a chamar-lhe Pseudo Lei , nos traz para o futuro das populações.....

----- Qual foi o meu espanto, na altura, que a moção foi chumbada. Ainda bem, em boa hora o Bloco de Esquerda traz esta proposta de referendo, porque efetivamente isso bem de acordo àquilo que nós já pensávamos na altura, porque isso legitima-nos, a nós PS e às pessoas e às forças que efetivamente votaram a favor do referendo, e votaram já, na altura, há cerca de meio ano, a favor dessa ida às freguesias para o seu esclarecimento capaz e competente, que efetivamente esta matéria trás. Legitima-nos na altura em que em setembro vier a ser discutida esta matéria nesta Assembleia.

----- Eu sei que existe uma Lei, claro que existe uma Lei, é evidente que a Lei foi feita, como diz o meu partido na Assembleia da República, e muito bem, a régua e esquadro, nenhuma força política a não ser o CDS e o PSD, e o CDS duvido, até duvido, a não ser porem o dedo no ar e concordar, tivesse sido efetivamente ouvido sobre essa matéria, porque o CDS está, e nós sabemos disso, a criar obstáculos naquela que seria o teto por onde se começaria esta reforma que é a lei autárquica, e o CDS, nós sabemos, temos informações, que está a criar obstáculos a esta Lei, e por isso é que eu digo e duvido

que o CDS tivesse sido ouvido nesta célebre reforma deste mapa cor de rosa, que é mais laranja do que rosa, é evidente. E portanto dizer-vos que não sei, como disse o Luis, e muito bem, não sei qual é o medo de ouvir as populações. Eu não me sinto legitimado, eu, pessoalmente, não me sinto legitimado, nesta Assembleia em setembro para votar uma decisão que me parece de tal maneira importante, com as implicações que tem, para efetivamente depois enfrentar a minha população, em qualquer freguesia deste Concelho e ser culpado pela decisão que foi aqui tomada, eu não me sinto capaz, nem me quero sentir responsabilizado pelo ato que efetivamente irá acontecer em setembro, eu não me sinto legitimado, ao contrário do que disse aqui o nosso amigo Rui Correia, eu não me sinto.....

----- Na altura que eu fiz a campanha eleitoral e na altura que foi feito esse esclarecimento nunca esta matéria foi trazida aqui. E portanto, meus amigos, eu acho que se fizeram muito bem as pessoas que votaram a favor deste referendo, porque, efetivamente, em setembro isto vai tornar aqui à liça e aí então veremos o que efetivamente, principalmente os nossos autarcas que irão ser hipoteticamente “atingidos” por esta reforma, veremos então como é que as coisas se processarão e veremos então como é que as nossas gentes das nossas freguesias reagirão a este estado de coisas. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, está terminada esta terceira sessão ordinária de dois mil e doze, até à próxima, muito obrigado.....

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeira Secretária em substituição – Maria Madalena Morais Morgado

Segunda Secretária em substituição – Maria Isabel Lopes

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico

Amândio dos Anjos Gomes

Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho

Anibal de Jesus Raimundo Morais

António Eduardo Fernandes Malhão

António Manuel Pereira

António Nuno Neves Pires *
Armando José Pereira *
Bruno José Fernandes Miranda *
Cândido Vaz Alves
Carlos Abílio Moreno
Delminda Maria Costa Leite *
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
João da Rocha e Silva *
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
José Alberto Moutinho Moreno
Júlio da Costa Carvalho *
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *
Miguel José Abrunhosa Martins *
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Fernando Carlos Silva Paula *
Francisco Manuel Esteves Marcos *
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Vanda Marisa Graças do Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Hugo Manuel Rodrigues Pereira *
Jorge Manuel Xavier Laranjinha *
José Fernando Cameirão
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro *

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes *

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

BLOCO DE ESQUERDA

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Pedro Miguel Castro veiga
Castro de Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel de Almeida Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Anibal Rodrigues Martins
Espinhosela	João David C. Pires
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Paradinha Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lapaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordaínhos	Emília Carolina Fernandes Caminha (substituto legal)
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia

Rio de Onor	António José Preto
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Maria	José Júlio Vaz Pires (substituto legal)
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Miranda
Sortes	Juvêncio Alves de carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

(*) Membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIALISTA

Dinis Manuel Prata Costa (Justificada)
Luís Manuel Silvestre (Justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Santa Comba de Rossas - Elídio Alexandre Morais (Justificada)

B- CÂMARA PRESENCAS:

Presidente – António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha
Hernani Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas, e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 22/06/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

O Presidente - Luis Manuel Madureira Afonso

A Primeira Secretária em substituição - Maria Madalena Morais Morgado

A Segunda Secretária em substituição - Isabel Maria Lopes

NOTA: Os anexos I, II e III encontram-se na ata original, arquivada na Secção de Apoio à Assembleia Municipal.